

Universidade Federal de São Paulo
Pró Reitoria de Graduação
Campus Baixada Santista
Instituto Saúde e Sociedade
Curso de Serviço Social



**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO SERVIÇO SOCIAL
PPPC - 2023**

SANTOS-SP

2023

Reitor

Prof. Dr. Nelson Sass

Vice Reitora

Prof.^a Dr.^a Raiane Patrícia Severino Assumpção

Pró-Reitora de Graduação

Prof.^a Dr.^a Lúgia Ajaimé Azzalis

Pró-Reitor de Graduação Adjunto

Prof. Dr. Maurício Lourenção Garcia

Diretor Acadêmico do *Campus* Baixada Santista

Prof. Dr. Odair Aguiar Junior

Vice Diretor Acadêmico do *Campus* Baixada Santista

Prof. Dr. Gustavo Fernandes Camargo Fonseca

Diretor do Instituto Saúde e Sociedade

Prof. Dr. Fernando Sfair Kinker

Vice Diretora do Instituto Saúde e Sociedade

Prof.^a Dr.^a Gláucia de Castro-Champion

Coordenador do Eixo O Ser Humano e sua Inserção Social

Prof.^a Dr.^a Marinez Villela Macedo Brandão

Vice Coordenadora do Eixo O Ser Humano e sua Inserção Social

Prof.^a Dr.^a Sylvia Helena Souza Batista da Silva

Coordenadora do Eixo Trabalho em Saúde

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Ferreira Queiróz

Vice Coordenadora do Eixo Trabalho em Saúde

Prof.^a Dr.^a Lia Thieme Oikawa Zangirolani

Coordenação pro Tempore da Câmara de Graduação do ISS

Prof.^a Dr.^a Carolina Prado de França Carvalho

Vice coordenadora pro.tempore da Câmara de Graduação

Prof.^a Dr.^a Stella Maris Nicolau

Coordenação do Curso de Serviço Social

Prof.^a Dr.^a Luciana Maria Cavalcante Melo

Vice coordenadora do Curso de Serviço Social

Prof.^a Dr.^a Tania Maria Ramos de Godoi Diniz

Comissão de Curso

Membros Corpo Docente do Eixo Específico de Serviço Social

Prof.^a Dr.^a Ana Maria Ramos Estevão

Prof.^a Dr.^a Anita Burth Kurka

Prof.^a Dr.^a Claudia Maria França Mazzei Nogueira

Prof. Dr. Daniel Péricles Arruda

Prof.^a Dr.^a Francisca Rodrigues de Oliveira Pini

Prof.^a Dr.^a Gisele Aparecida Bovolenta

Prof.^a Dr.^a Joana das Flores Duarte

Prof.^a Dr.^a Juliana Biondi Guanais

Prof.^a Dr.^a Luciana Maria Cavalcante Melo

Prof.^a Dr.^a Luzia Fátima Baierl

Prof. Dr. Marcos Ferreira de Paula

Prof.^a Dr.^a Maria Liduína de Oliveira e Silva

Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Garcia Mira

Prof.^a Dr.^a Maria Natália Ornelas Pontes Bueno Guerra

Prof.^a Dr.^a Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso

Prof.^a Dr.^a Renata Cristina Gonçalves dos Santos

Prof.^a Dr.^a Rosiran Carvalho de Freitas Montenegro

Prof.^a Dr.^a Sílvia Maria Tagé Thomaz

Prof.^a Dr.^a Sonia Regina Nozabielli

Prof.^a Dr.^a Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz

Prof.^a Dr.^a Terezinha de Fátima Rodrigues

Membros Representantes do Corpo Docente dos Eixos Comuns

Prof. Dr. Luiz Henrique Passador – Eixo O Ser Humano e sua Inserção Social

Prof. Dr. Helton Saragor de Souza – Eixo Trabalho em Saúde

Membros Corpo Técnico Administrativo em Educação

Me. Fabrício Gobetti Leonardi – Assistente Social

Me. Heloíse Helena Pereira Nunes – Assistente Social

Membros Representantes do Corpo Discente

Amanda Cardoso Pinheiro

Bárbara Cesar Santos

Bianca Mondin

Carolina Macedo Sebben

Cristopher Ribeiro dos Santos Nasar Sad

Ester Souza Cânovas Bottazzo

Felipe Soares Martins

Fernanda Frias Motta

Giovanna Gonçalves Blanco de Moura

Giovanni Bernardo Perrella

Greice Kelly de Oliveira Rodrigues

Guilherme Nascimento Cont

Isabella Martins Cotting

Isadora Campanha Pelai

Julia Candido Ferreira

Julia Ribeiro da Silva

Lucas Manuel Alves dos Santos

Luiza Fernandes Safra

Maria Fernanda de Aguiar Azevedo

Olívia Blay de Castro Abreu

Rafaela Pereira Reis

Vinicius Bruno Franco

Membros Corpo Docente Externo:

Prof.^a Dr.^a Diana Mendes Machado da Silva (docente substituta/CAAF)

Prof. Dr. Egeu Gomes Esteves (docente Instituto das Cidades – Campus Zona Leste)

Núcleo Docente Estruturante (NDE) instituído em conformidade com a Portaria da Reitoria/Unifesp nº 1.125, de 29 de abril de 2013.¹

Prof.^a Dr.^a Francisca Rodrigues de Oliveira Pini

Prof.^a Dr.^a Luciana Maria Cavalcante Melo (Coordenadora)

Prof.^a Dr.^a Luzia Fátima Baierl

Prof.^a Dr.^a Renata Cristina Gonçalves dos Santos

Prof.^a Dr.^a Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz

Me. Heloise Helena Pereira Nunes - (Assistente Social - NDE Ampliado)

Prof.^a Dr.^a Sonia Regina Nozabielli (Membro NDE Ampliado para Reformulação do PPPC 2023)

Sumyre Ebisui (Assistente em Administração – apoio técnico administrativo para Reformulação do PPPC 2023)

Coordenação do Programa de Pós-Graduação Serviço Social e Políticas Sociais (PPGSSPS):

Prof.^a Dr.^a Maria Liduína de Oliveira e Silva

Prof.^a Dr.^a Renata Cristina Gonçalves dos Santos

Coordenação de Estágio:

Me. Heloise Helena Pereira Nunes (Coordenadora) – Assistente Social

Prof.^a Dr.^a Francisca Rodrigues de Oliveira Pini (vice coordenadora)

Comissão de TCC:

Prof. Dr. Daniel Péricles Arruda

Prof.^a Dr.^a Gisele Aparecida Bovolenta

Comissão de Atividades Complementares:

Me. Fabrício Gobetti Leonardi – Assistente Social

Prof.^a Dr.^a Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso

¹ A Portaria do NDE será atualizada em conformidade com o novo Instrumento de Avaliação do INEP/2017.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	08
1. DADOS DA INSTITUIÇÃO	17
1.1 Nome da Mantenedora	17
1.2 Nome da IES.....	17
1.3 Lei de Criação	17
1.4 Perfil e Missão.....	17
2. DADOS DO CURSO	19
2.1 Nome.....	19
2.2 Grau	19
2.3 Forma de Ingresso.....	19
2.4 Número total de vagas	19
2.5 Turno (s) de funcionamento.....	19
2.6 Carga horária total do curso.....	19
2.7 Regime do Curso	19
2.8 Tempo de integralização	19
2.9 Situação Legal do Curso	19
2.10 Endereço de funcionamento do curso.....	20
2.11 Conceito Preliminar de Curso - CPC e Conceito de Curso - CC.....	20
2.12 Resultado do ENADE no último triênio.....	20
3. HISTÓRICO	21
3.1 Breve Histórico da Universidade.....	21
3.2 Breve Histórico do Campus.....	25
3.2.1 Princípios Orientadores do Projeto Pedagógico do Campus Baixada Santista	30
3.3 Breve Histórico do Curso	38
3.3.1- Curricularização da Extensão	43
4. PERFIL DO CURSO E JUSTIFICATIVA	48
5. OBJETIVOS DO CURSO	61
5.1 Objetivo Geral	61
5.2 Objetivos Específicos.....	61
6. PERFIL DO EGRESSO	63

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	65
7.1 Organização Curricular do Eixo Comum Trabalho em Saúde – TS.....	66
7.2 Organização Curricular do Eixo Comum O Ser Humano e sua Inserção Social.....	71
7.3 Organização Curricular do Eixo Específico – Curso de Serviço Social....	75
7.4 Curricularização da Extensão no PPC do Serviço Social	81
7.5 Matriz Curricular	83
7.5.1 Quadro: Matriz curricular do Curso de Serviço Social por Núcleos de Fundamentação da Formação Acadêmico Profissional em Serviço Social – PPP 2023	87
7.5.2 Tabela de Equivalência Matriz 2011 para Matriz 2023	88
7.5.3 Tabela de Equivalência Matriz 2016 para Matriz 2023	90
7.6 Ementa e Bibliografia	91
8. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO	136
8.1 Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem	136
8.2 Sistema de Avaliação do Projeto Político Pedagógico do Curso.....	139
9. ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	141
10. ESTÁGIO CURRICULAR.....	143
11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	148
12. APOIO AO DISCENTE.....	151
13. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO	155
14. RELAÇÃO DO CURSO COM O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO.....	157
15. INFRAESTRUTURA.....	159
16. CORPO SOCIAL.....	164
16.1 Docentes	164
16.2 Técnicos Administrativos em Educação	166
17. REFERÊNCIAS	167

APRESENTAÇÃO

O Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo iniciou suas atividades acadêmicas em março de 2009, como resultado da política de expansão de vagas desta Universidade e da demanda histórica da categoria profissional por uma graduação no ensino público federal² no Estado de São Paulo.

Atualmente, o Campus BS é composto por duas unidades universitárias, o Instituto Saúde e Sociedade (ISS) e o Instituto do Mar (IMar). Cada Instituto é organizado em Departamentos, Comissões de Curso de Graduação e Pós-graduação, Câmaras Técnicas (Graduação, Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação) e a Biblioteca. Atualmente, o campus conta com 9 cursos de graduação, 2 programas de residência multiprofissional na área da saúde, 9 programas de pós-graduação Lato Sensu (especialização) e 10 programas de pós-graduação Stricto Sensu, dois destes em parceria com outros *campi* da UNIFESP³.

Como uma das áreas de formação do Campus Baixada Santista, no Instituto Saúde e Sociedade, o Curso de Serviço Social se desenvolve e se consolida por sua relação política, institucional e acadêmica com o Projeto Político Pedagógico (PPP) desse Instituto.

É importante destacar que o PPP do Campus no ISS vincula seis cursos - Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Terapia Ocupacional, Psicologia e Serviço Social - em uma proposta de educação interprofissional em saúde.

O Curso de Serviço Social foi criado em período posterior aos outros cinco cursos que se constituíram no ano de 2006, deste modo, sua implantação ocorre em um momento de consolidação do PPP do Campus, alinhando-se às suas diretrizes, princípios e ao desenho curricular direcionado por Eixos de formação comum e específica.

O PPP do Campus no ISS tem uma proposta formativa interdisciplinar e interprofissional direcionada por Eixos Comuns que perpassam a graduação e por

² Em São Paulo, o estado com o maior número de cursos privados na área de serviço social, havia apenas um curso público, instalado em uma universidade pública estadual, a Unesp.

³ PDI 2021-2025. Disponível em: [Conheça os novos PDI 2021-2025 e PPI da Unifesp](#) . Acesso em 30/06/2022.

Eixos Específicos⁴ que abordam as questões específicas de cada um dos cursos. Nesta relação entre Eixos Comuns e Eixos Específicos, mais propriamente entre o Eixo “O Ser Humano e sua Inserção Social”, o Eixo “Aproximação ao trabalho em saúde” e o Eixo Específico em Serviço Social há particularidades importantes que trazem desafios à construção de uma lógica curricular que preserve os princípios do PPP do Campus no ISS aliada às Diretrizes Curriculares da área de Serviço Social.

Dentre os cursos referidos (Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Terapia Ocupacional, Psicologia e Serviço Social), o Serviço Social é o único que funciona em regime parcial, com turnos vespertino e noturno. Os demais são de regime integral nos turnos matutino e vespertino. O regime e os turnos de funcionamento dos cursos impõem questões e limites para a operacionalização do PPP do Campus e do Instituto Saúde e Sociedade, e trazem o desafio, para o Curso, de zelar pela qualidade igual da formação entre os turnos. Outra questão que se coloca é a formação generalista prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação em Serviço Social. Na relação com o PPP do Campus/ISS, em diferentes momentos isto se coloca: um Projeto de Campus/ISS, voltado para a educação interprofissional em saúde, e a perspectiva generalista da formação em Serviço Social.

Em seu décimo quarto ano de criação, o Curso de Serviço Social, formou dez turmas de assistentes sociais em 2022⁵, passou por avaliação do MEC⁶, obteve seu reconhecimento⁷ e manteve em vigência duas matrizes curriculares para ingressantes em 2011 e 2016 vinculadas ao Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social, aprovado no ano 2016.

Conforme o Curso se consolida, emergem desafios e necessidades de mudanças. No processo de acompanhamento permanente da implantação do seu Projeto Político Pedagógico pelo NDE, o Curso se manteve atento às experiências, problematizações, questões e adequações decorrentes e se mobilizou para promover sua revisão e atualização como agenda político-pedagógica prioritária.

⁴ Proposta formativa interdisciplinar e interprofissional direcionada por eixos de formação que perpassam a graduação: Eixo Bio/O ser humano em sua dimensão biológica; Eixo IS/O ser humano em sua inserção social; Eixo TS/Aproximação ao trabalho em saúde; Eixo Específico/área de formação.

⁵ Concluintes de 2012 a 2022 com uma média de 450 formandos assistentes sociais pelo Curso.

⁶ Curso foi avaliado com nota 5 pela Comissão de Avaliação do MEC.

⁷ Reconhecimento renovado pela Portaria Seres/MEC nº 823, publicada no D.O.U. nº 1 de 02/01/2015 e submetido a novo processo de reconhecimento por motivo de alteração de endereço, pela Portaria nº 949, de 30 de agosto de 2021, Publicado em: 31/08/2021, edição: 165, Seção: 1, Página: 56.

A partir de 2014, ocorreu a proposta de revisão do Projeto Político Pedagógico do Campus, sob a coordenação da Câmara de Ensino de Graduação (CEG). Definiram-se fluxos, prazos e estratégias comuns para a revisão e, também rediscutiu-se a relação dos eixos específicos com os eixos comuns. Esse processo impôs desafios políticos e acadêmicos importantes, pois a revisão do PPP do Campus exigiu, de modo interdependente, a revisão do PPP dos seis cursos de graduação.

Nessa dinâmica, o Curso de Serviço Social considerou centralmente essa relação como elemento histórico, político e acadêmico que vincula e legitima o Curso como área de formação no Campus e na Unifesp. Considerando o momento de revisão dos PPP no Campus, todos os eixos comuns e específicos refletiram e reavaliaram conteúdos programáticos, lugares e carga horária dos módulos nas matrizes curriculares, articulação entre os eixos, em duas ondas de movimentos de revisão articuladas pela Câmara de Ensino de Graduação (CEG) e pelos NDE/Comissões de Cursos.

Nosso movimento no Curso ganhou densidade no ano de 2014 e intensidade e aprofundamento em 2015 na direção da reformulação para a aprovação do PPPC 2016. Foram realizados oficinas, fóruns ampliados, grupos de trabalho, reuniões docentes, reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão de Curso, da CEG e da Congregação. Essas estratégias possibilitaram avaliar a totalidade do projeto de formação; a relação com os eixos comuns e com o Campus; as particularidades de cada plano de ensino, suas ementas, conteúdos programáticos e bibliografias; a natureza pedagógica das oficinas, seminários temáticos, estágio, supervisão e Trabalho de conclusão de curso; a articulação ensino, pesquisa e extensão; indicativos do perfil dos estudantes e dos ex-aluno/as; o trabalho do/a assistente social supervisor de estágio e participe da formação; a articulação com as demandas e lutas dos/as trabalhadores/as; a inserção do Curso na Baixada Santista.

Deste modo, o PPPC 2016 foi resultado de um amplo e intenso trabalho coletivo de toda a comunidade acadêmica nos anos de 2014 e 2015, proporcionando substantivas modificações, no campo de alterações de Unidades Curriculares, conteúdos programáticos, ementas, bibliografias, carga horária, concepção de estágio e da formação científica, além da garantia de áreas livres na matriz curricular na perspectiva de fomentar espaços propícios à participação na pesquisa e na extensão, como unidade necessária a imersão universitária. Ainda, o projeto revisado em

2014/2015, nesta direção, ampliou o tempo de formação do Curso, de quatro anos para quatro anos e meio. Foi um histórico e importante momento do Curso de Serviço Social que durante esses últimos sete anos provocou o monitoramento e avaliação de sua implementação, especialmente pelo NDE⁸ e por toda a comunidade acadêmica.

Na trajetória de consolidação do Curso como área de formação no Campus/Unifesp reconhecemos e legitimamos a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) como uma associação acadêmico-política que conduz a formação profissional alinhada ao projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. O Curso tem um vínculo histórico com as entidades nacionais: ABEPSS, Conselho Federal e Regional de Serviço Social (CFESS-CRESS) e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), expresso no protagonismo político e acadêmico de docentes, estudantes e técnicos em prol da qualidade da formação e do trabalho profissional, alargando as fronteiras do conhecimento e da participação política da Universidade.

Em 2016, o Curso de Serviço Social aprovou nas instâncias da Unifesp, a criação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais (PPGSSPS - mestrado acadêmico) no Campus Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo. O Programa já formou 65 mestres e mestras e neste momento passa por sua primeira avaliação quadrienal.

Assim é que a área de formação em Serviço Social se consolida no Campus Baixada Santista da UNIFESP. Vale salientar que além da graduação e pós-graduação, destaca-se também a contribuição de docentes e técnicos em educação no Programa de Residência Multiprofissional, além das inserções nas dimensões da extensão e da pesquisa.

Consubstanciados deste processo, o Curso de Serviço Social acompanha e retoma o processo de reformulação do seu projeto político pedagógico, durante os anos de 2021 até o presente momento, na direção de responder a dois aspectos prioritários

⁸ NDE - Núcleo Docente Estruturante - Ato nº 11, de 01 de junho de 2021, considerando a Portaria n 1125, de 29 de abril de 2013, Reitoria da Universidade Federal de São Paulo, por este ATO fica nomeado o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Serviço Social do Instituto de Saúde e Sociedade do Campus Baixada Santista: Prof^a Dr^a Francisca Rodrigues de Oliveira Pini; Prof^a Dr^a Luciana Maria Cavalcante Melo (Coordenadora); Prof^a Dr^a Luzia Fátima Baierl; Prof^a Dr^a Renata Cristina Gonçalves dos Santos; Prof^a Dr^a Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz.

que demandaram o aprofundamento e incorporação: a necessária educação antirracista e a curricularização da extensão.

O presente documento expressa o compromisso político pedagógico da comunidade acadêmica do Curso na avaliação e atualização do projeto de formação profissional consoante às novas requisições institucionais e político-pedagógicas - curricularização da extensão - enquanto recomendação de âmbito nacional para as Instituições de Ensino Superior Federais e às demandas históricas e sociais da necessária incorporação da educação antirracista no conjunto dos pressupostos epistemológicos, teórico-metodológicos e transversais à formação das/os/es assistentes sociais de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana/2004 e os Subsídios para o Debate Étnico-Racial na Formação em Serviço Social da ABEPSS de 2018.

A Curricularização da Extensão compõe uma exigência político-institucional em todas as universidades públicas com o prazo limite de junho de 2022. Faz parte da política nacional de extensão universitária prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), sendo regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, na qual se estabelece que “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”. Estabelecida também na UNIFESP pela Resolução CONSU nº 139/2017. alterada parcialmente pela Resolução CONSU nº 192 de 2021.

A implementação da Educação Antirracista na formação em Serviço Social constitui demanda de um processo sócio-histórico que envolve as relações étnico-raciais, especialmente o enfrentamento ao racismo institucional e estrutural que mobilizou as entidades da categoria (ABEPSS, CFESS, CRESS e ENESSO), na disseminação do debate e aprofundamento da questão ao longo dos últimos anos. O Curso de Serviço Social da UNIFESP compôs esse processo e partilhou iniciativas que reverberaram passos no horizonte de uma Educação Antirracista.

Ao longo desse percurso, importantes provocações à Universidade e à sua institucionalidade foram feitas. Realizou-se Rodas de Conversas, Oficinas, Mesas de debates, aprovação de Unidade Curricular específica e obrigatória na reformulação

de 2015/2016 denominada de Gênero, Raça/Etnia, organizou-se projeto de educação permanente sobre relações étnico-raciais e de gênero; propostas de revisão bibliográfica nos Planos de Ensino na perspectiva de incorporar a literatura antirracista, oferta de Curso com Supervisoras/es de campo sobre a temática; em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais (PPGSSPS), a Editora Cortez, o Projeto de Pesquisa e Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos (ESS/UFRJ) e o Núcleo de Pesquisa Carolina de Jesus da Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS/SP). Realizou-se também, o Ciclo de Debates Marxismo, Antirracismo e Serviço Social; também em parceria com o PPGSSPS, participou do I Simpósio Serviço Social e Relações étnico-raciais em novembro de 2020. Enfim, um período de significativo relevo que a temática perpassou o cotidiano acadêmico do Curso, porém, com muitos desafios que reverberam a concretude da formação profissional.

Conforme citado, a implementação de uma nova Matriz Curricular em 2016 suscitou acompanhamento e avaliação por parte da comunidade acadêmica. Apesar dos recentes sete anos notou-se necessárias atualizações/reformulações, especialmente no âmbito da educação antirracista, incorporando as iniciativas desenvolvidas pelo conjunto da comunidade acadêmica ao longo da história do Curso e que, no entanto, não constava formalmente no documento do projeto político pedagógico. A matriz curricular 2016 incluiu a Unidade Curricular (UC) de Gênero, Raça/Etnia, em reposta aos debates e reivindicações da comunidade estudantil, dos movimentos organizados no interior da Universidade, especialmente do movimento negro, dos Núcleos de Estudos e Pesquisa da área e da recomendação da criação de disciplina específica pela ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em 2015⁹ e coerente com os debates acadêmico-científicos desenvolvidos no período, pelo qual o corpo discente e docente se envolveram. Não obstante, o percurso da presente reformulação avança para a necessária transversalidade da educação antirracista no corpo do projeto de formação profissional.

⁹ “Em dezembro de 2014, na Assembleia da ABEPSS, realizada em Natal-RN, por ocasião do XIV ENPESS, foi aprovada, por unanimidade, a inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório na graduação de Serviço Social, que aborde as temáticas relacionadas às relações sociais de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração. O entendimento dessa necessidade parte da compreensão de que a questão social é mediada dialeticamente por tais relações”. Disponível em: [GTP: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades | ABEPSS](#) (acesso em 28/06/2022)

A análise e acompanhamento do projeto político pedagógico anterior possibilitou notar a escassez dos pressupostos teórico-metodológicos antirracistas no interior do projeto formativo, identificando-os apenas no Plano de Ensino e ementa da UC específica citada anteriormente. Compreendeu-se como necessário a inclusão destes pressupostos na totalidade do PPPC, enfatizando os princípios antirracistas na unidade do ensino, pesquisa e extensão.

Neste sentido, novamente o Curso abre um período de densas jornadas¹⁰ de reuniões, Oficinas e Comissões de Curso no estudo, debate e aprofundamento do tema no intuito de avançar na concepção de um projeto de educação antirracista e da curricularização da extensão, que provoque a reconfiguração no perfil do egresso do Curso de Serviço Social, ensejando a incorporação do debate étnico racial por dentro dos Núcleos de Fundamentação do Projeto Profissional: Os fundamentos do trabalho profissional; Os fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Os fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira.

Portanto, a Reformulação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social (PPPC) nas Dimensões da Educação Antirracista e Curricularização da Extensão, apresenta alterações frente ao PPPC-2016, nas seguintes ordens:

- a) As Ementas e bibliografias das Unidades Curriculares, alinhadas a dimensão da Educação Antirracista;
- b) A inclusão de carga horária extensionista nas Unidades Curriculares especificadas, em atenção a Curricularização da Extensão;

¹⁰ Conforme o PLANO DE AVALIAÇÃO/ REFORMULAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (PPPC) NAS DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO - Curso de Serviço Social / UNIFESP-BS 2021 - aprovado em Comissão de Curso em 11/11/2021 e com lançamento oficial na Semana da Consciência Negra com atividade específica do Curso e do PPGSSPS com o tema: “Desafios para o Serviço Social na luta antirracista”, realizada em 18/11/2021, realizou-se seis (6) Oficinas com a comunidade acadêmica nos meses de novembro, dezembro/2021, janeiro, fevereiro e abril de 2022. Na 1a. Oficina, em 29/11/2021, contamos com a participação da Prof^a Dra. Ana Paula Procópio da UERJ que problematizou a complexidade da educação antirracista no interior da formação profissional. Em janeiro de 2022 foi realizado, na direção da educação permanente, encontros de formação étnico-racial para o corpo docente e técnico nos dias 17, 18, 20 e 21/01/2022. As demais oficinas com toda a comunidade acadêmica ocorreram: 2a. oficina: 10/12/2021; 3a. oficina: 19/01/2022; 4a. oficina: 03/02/2022; 5a. oficina: 15/02/2022 e 6a. oficina: 25/04/2022. A metodologia das referidas oficinas foi direcionada para a análise das UCs que compõem os Núcleos de Fundamentação Profissional sob o aspecto da curricularização e da incorporação da educação antirracista.

- c) A nomenclatura da UC de Gênero, Raça/Etnia para Gênero, Raça/Etnia e Classe;
- d) A retirada dos pré-requisitos para as UCs de OTP I para as UC OTP II e OTP III e o co-requisito OTP I com Supervisão Acadêmica I
- e) A inclusão de pré-requisito de Pesquisa Social II para Oficina de TCC.

Neste sentido, a presente reformulação preserva a matriz curricular prevista no PPPC de 2016, não acrescentando novas UCs, nem alterando carga horária delas, entendendo que processos futuros exigirão da comunidade acadêmica atenção e revisão, para um próximo horizonte que amplie a avaliação do estágio supervisionado como eixo central da formação profissional, bem como, a incorporação de novos pressupostos epistêmicos coerentes com a lógica curricular da formação em Serviço Social.

O PPP do Curso de Serviço Social expresso neste documento, para além de reafirmar as Diretrizes Curriculares¹¹ da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), as Diretrizes Curriculares do MEC, os Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Ensino Superior, as orientações da Lei de Regulamentação da Profissão, do Código de Ética Profissional do Assistente Social, o Regimento da Pró-Reitoria de Graduação da Unifesp, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o PPP do Campus Baixada Santista, demonstra de modo consistente o processo, o produto da revisão e a direção da formação.

Nessa perspectiva, este documento reafirma a concepção norteadora da formação no Curso de Serviço Social da UNIFESP e atualiza o Projeto Político Pedagógico vigente desde 2016. Todos os componentes do PPP 2023 tiveram como ponto de partida para revisão, o texto do PPP 2016. Alguns itens permaneceram com a mesma redação do PPP 2016 e, outros, foram revistos e adequados aos debates e deliberações realizadas no atual processo coletivo da revisão, realizado no âmbito do Curso de Serviço Social.

¹¹ As Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), de 8/11/1996, Diretrizes Curriculares do MEC (Parecer nº CNE/CES 492/2001, de 03/04/2001; Parecer 1.363/2001 de 12 de dezembro de 2001; Resolução nº CNE/CES 15, de 13/03/2002; Resolução nº 2 de 18/06/2007), em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394, de 20/12/1996, Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8662, de 17/06/1993), Código de Ética Profissional do Assistente Social (Resolução do Conselho Federal de Serviço Social nº 273/1993).

Em tempo, cabe informar que o PPP 2023 segue o Roteiro “Orientação para elaboração do Projeto Pedagógico de Curso” enviado pela Coordenadoria de Projetos e Acompanhamento Pedagógico – CPAP, da Pró-Reitoria de Graduação.

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.1 **Nome da Mantenedora:** Universidade Federal de São Paulo

1.2 **Nome da IES:** Universidade Federal de São Paulo

1.3 **Lei de Criação:** Lei 8.957, de 15 de dezembro de 1994.

1.4 Perfil e Missão

Perfil: Independentemente da área de escolha do estudante que ingressa na Unifesp, espera-se que, ao final de sua trajetória de formação, se ampliem conhecimentos, habilidades e atitudes fundamentais para o seu desenvolvimento intelectual, profissional, pessoal e social, delineando-se um perfil que revele as seguintes características:

- A. formação humanística pautada em sólidos fundamentos teóricos e teórico-práticos;
- B. desenvolvimento de autonomia intelectual;
- C. visão aprofundada de sua área específica sem descuidar das potencialidades de integração com as demais áreas do conhecimento;
- D. domínio de conhecimentos científicos, tecnológicos e filosóficos;
- E. desenvolvimento do pensamento crítico e da criatividade;
- F. capacidade para enfrentar desafios e buscar as melhores soluções para os problemas que se apresentam;
- G. realização profissional e interprofissional pautada nos princípios da ética e da justiça social;
- H. habilidade de avaliar, sistematizar e decidir sobre a conduta mais apropriada em situações que lhe são impostas pela profissão;
- I. capacidade de vincular responsabilidade pessoal e social;

- J. formação que amplie possibilidades de atuação para diversas alternativas profissionais;
- K. capacidade de desenvolver trabalhos de forma cooperativa e colaborativa;
- L. capacidade de investigação;
- M. domínio de conhecimento diversificado;
- N. capacidade para a formação e qualificação permanente do profissional;
- O. formação ampla e crítica que ultrapasse as fronteiras da própria instituição, proporcionada por intercâmbio e experiências internacionais;
- P. envolvimento com a transformação social, a redução das desigualdades, a produção de cidadania, o exercício de direitos, a democracia e o interesse público. (PDI 2021-2025)

Missão: Formar profissionais e cidadãos conscientes, críticos e tecnicamente habilitados, nas mais diversas áreas, preparados para transformar a realidade e desenvolver o país, na construção de uma sociedade mais justa, democrática, plural e sustentável, por meio de ensino, pesquisa, extensão, gestão, cultura, assistência, inovação tecnológica, social e em políticas públicas atuando como universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada. (PDI 2021-2025)

2. DADOS DO CURSO

2.1 **Nome:** Bacharelado em Serviço Social

2.2 **Grau:** Bacharelado

2.3 **Forma de Ingresso:** Anual - SISU/ENEM

2.4 **Número total de vagas:** 100 vagas/ano, sendo 50 no turno vespertino e 50 no turno noturno

2.5 **Turno (s) de funcionamento:** vespertino e noturno

2.6 **Carga horária total do curso:** 3.360 horas

- Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002
- Resolução CNE/CES n. 2 de 18 de junho 2007
- Parecer CNE/CES nº 8, de 31 de janeiro de 2007

2.7 **Regime do Curso:** Semestral

2.8 **Tempo de integralização:** Mínimo de 9 semestres e máximo de 16 semestres. Em conformidade com as Diretrizes Curriculares do Serviço Social. O tempo máximo para integralização é definido de acordo com o art. 120 do Regimento Interno da ProGrad.

- Hora-aula compatibilizada em 60 minutos
- Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002
- Resolução CNE/CES n. 2 de 18 de junho 2007
- Parecer CNE/CES nº 8, de 31 de janeiro de 2007

2.9 **Situação Legal do Curso:**

2.9.1 **Criação:** Ata do Conselho Universitário de 17/10/2007.

2.9.2 **Reconhecimento:** Portaria Seres/MEC nº 651, de 10/12/2013, publicada no DOU em 11/12/2013.

2.9.3. **Renovação de reconhecimento:** Portaria Seres/MEC nº 823, de 30/12/2014, publicada no DOU em 2/1/2015. Portaria Seres/MEC nº 949, de 30/08/2021, publicada no DOU em 31/08/2021.

2.10 Endereço de funcionamento do curso: Rua Silva Jardim, 136, Vila Mathias. Santos-SP.

2.11 Conceito Preliminar de Curso - CPC e Conceito de Curso - CC: CPC em 2018: 4; Conceito de Curso em 2019: 5

2.12 Resultado do ENADE: 2018: 4

3. HISTÓRICO

3.1 Breve Histórico da Universidade¹²

A história da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) começa antes mesmo da Universidade receber esse nome, fato que ocorreu apenas em dezembro de 1994, através da Lei nº 8.957/94. Antes disso, existia a Escola Paulista de Medicina (EPM), que foi fundada em 1933, com o objetivo de propiciar o ensino médico e prestar a assistência hospitalar. Em 1938, a EPM foi reconhecida oficialmente e diplomou a sua primeira turma de médicos. Logo a seguir, foi fundada a Escola de Enfermeiras (1939) que deu origem à Escola Paulista de Enfermagem (EPE). O Hospital São Paulo (HSP) foi o primeiro hospital-escola a ser construído no Brasil. O crescimento, tanto da EPM como de seu hospital-escola, levou à federalização da instituição, que era de natureza privada. A Lei 2.712, de 21 de janeiro de 1956, federalizou a Escola e adotou um modelo onde uma escola médica, vinculada ao Ministério da Educação, tinha seu hospital-escola mantido por uma sociedade de caráter privado.

Em dezembro de 1994, a lei nº 8.957/94 transformou a EPM em Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), uma universidade com característica temática, voltada ao ensino e à pesquisa nas áreas de Ciências Biológicas e da Saúde. Em 2004 a Unifesp iniciou o processo de expansão institucional e de universalização das áreas de conhecimento, com a instalação de novos campi e a criação de novos cursos de graduação, agora em áreas do conhecimento que se diferenciavam das Ciências da Saúde. Assim, a Unifesp deixou de ser uma universidade temática e passou a ter um amplo espectro de cursos de graduação e de áreas de pesquisa. As atividades de ensino, pesquisa e extensão expandiram-se rumo à Baixada Santista, Diadema, Guarulhos, São José dos Campos, Osasco, além de seu incremento na cidade de São Paulo com a implantação do *campus* Zona Leste. Nos municípios onde a Unifesp passou a atuar, as parcerias locais têm sido fundamentais para a consolidação dos *campi*.

O processo de expansão começou por áreas do conhecimento que dialogam de perto com os cursos e atividades já em funcionamento no Campus São Paulo, ou seja, a

¹² Texto elaborado pela CEG do ISS de acordo com o PDI 2016-2020.

experiência concentrou-se inicialmente no campo das Ciências da Saúde. A adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) possibilitou à Unifesp assumir a liderança na implantação de novos campi no Estado de São Paulo.

A Unifesp assinou convênio com a Prefeitura Municipal de Santos em meados de abril de 2004 para a criação de um *campus* na Baixada Santista. Oficialmente, o novo campus começou a funcionar em 14 de setembro de 2004, com a oferta de cursos sequenciais de “Educação e Comunicação em Saúde” e de “Gestão em Saúde”. Em Santos, planejava-se o primeiro vestibular direcionado a cursos de graduação para a metade do ano de 2005, o que acabou ocorrendo em dezembro daquele ano, juntamente com o vestibular do *campus* São Paulo. Aos cursos tradicionalmente oferecidos em São Paulo (Medicina, Enfermagem, Ciências Biomédicas, Fonoaudiologia e Tecnologia Oftálmica), somaram-se os cursos de Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia e Terapia Ocupacional, implantados no *campus* Baixada Santista. Em 2009 foi criado o Curso de Serviço Social, nas modalidades vespertino e noturno. Em 2012, foi fundado o curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia - ênfase em Ciências do Mar (BICT-Mar), com turmas no vespertino e noturno. Os estudantes do BICT-MAR também podem continuar seus estudos em nível de graduação, por mais 2 anos, cursando Engenharia Ambiental, ou Engenharia de Petróleo e Recursos Renováveis, ambos implantados em 2015, pelo Instituto do Mar (IMar), instituto criado recentemente, no ano de 2019. Os cursos de graduação em Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Psicologia, Educação Física (bacharelado - modalidade: Saúde), Nutrição e Serviço Social se vinculam ao Instituto de Saúde e Sociedade (ISS). O Campus da Baixada Santista, atualmente, também abriga Programas de Pós-graduação em nível de Mestrado e Doutorado, além de Residência Multiprofissional. Também na extensão são numerosos os Projetos e Programas.

Os *campi* Diadema, Guarulhos e São José dos Campos não constavam no Plano de Desenvolvimento Institucional de 2005, mas foram inaugurados em 2007. O Campus Diadema confirmou – juntamente com os demais *campi* – o projeto de expansão da Unifesp, que – entre outros objetivos – buscou estabelecer políticas institucionais e estratégias para a produção científica e a inovação, de modo a atender às necessidades sociais e ao desenvolvimento do país. Implantado em 2007 em uma

região de alta densidade industrial, que – ao mesmo tempo – abriga área preservada de Mata Atlântica e parte da represa Billings, evidencia sua vocação para as Ciências Naturais e Exatas, com ênfase nas Ciências Químicas, Ambientais, Biológicas, Farmacêuticas e da Educação. O Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas, que constitui a Unidade Universitária do *campus* Diadema, oferece sete cursos de graduação (Ciências Ambientais, Ciências Biológicas, Engenharia Química, Farmácia e Bioquímica, Licenciatura Plena em Ciências, Química e Química Industrial), além de ações de pesquisa – com pós-graduação em níveis de mestrado e doutorado, e de extensão universitária. O *campus* distribui-se em quatro unidades, sendo três delas localizadas no centro do município e uma no bairro Eldorado, próximo à represa Billings, em área de proteção e recuperação de mananciais.

A Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH/Unifesp) constitui a Unidade Universitária do *campus* Guarulhos, oferecendo cursos de graduação em Filosofia, Ciências Sociais, História, História da Arte, Pedagogia e Letras, bem como ações de pesquisa – com pós-graduação em níveis de mestrado e doutorado, e de extensão universitária. Criada em 2007, a EFLCH, cuja implantação, como já descrito, decorreu do programa de reestruturação expansão das universidades federais (Reuni), propõe em seu projeto acadêmico a integração entre as áreas de conhecimento das Ciências Humanas.

O Campus de São José dos Campos, localizado em região do Vale do Paraíba, que se caracteriza por inegável vocação científica e tecnológica, abriga o Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT/Unifesp), cujas atividades iniciaram-se em 2007 com a graduação em Ciência da Computação e, posteriormente, em Matemática Computacional. Em 2011, foi introduzido o bacharelado em Ciência e Tecnologia (BCT), com duração de três anos. A partir de 2013, a forma de ingresso no *campus* passou a ser unicamente por meio desse curso. O BCT baseia-se em um projeto pedagógico interdisciplinar, sendo facultado aos estudantes optarem, após a sua conclusão, pela continuidade de estudos em um dos seguintes cursos de formação específica (pós-BCT): Biotecnologia, Ciência da Computação, Engenharia Biomédica, Engenharia de Computação, Engenharia de Materiais e Matemática Computacional. O ICT possui também programas de pós-graduação *stricto sensu* e diversos programas de extensão. Em 2014, o ICT transferiu a sede definitiva de seu *campus* para o prédio construído em área do Parque Tecnológico de São José dos Campos,

onde passou a funcionar o ensino de graduação. As instalações da Rua Talim, por sua vez, foram reservadas às atividades de pós-graduação. A localização estratégica do *campus* São José dos Campos permite a colaboração com outras Universidades e empresas voltadas à inovação tecnológica.

Em funcionamento desde março de 2011, a Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN/Unifesp), localizada no município de Osasco, oferece cursos de graduação na área de Ciências Sociais Aplicadas: Administração, Ciências Atuariais, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Relações Internacionais, paralelamente aos de pós-graduação e extensão. Em setembro de 2020 foi autorizada pelo Ministério da Educação (MEC) a abertura do curso de graduação em Direito.

A Universidade Federal de São Paulo tem o compromisso de continuar a expansão do ensino superior público em São Paulo, considerando que esse Estado apresenta a menor porcentagem de vagas públicas por habitante. Em 2014 foi aprovado pelo Conselho Universitário a implantação do *campus* Zona Leste, em terreno desapropriado pela Prefeitura do município em 2013. Ao longo de 2013 e 2014, por meio de audiências públicas, seminários e workshops, foi formulada - com a participação de especialistas do Brasil e do exterior, movimentos sociais e profissionais de áreas afins - a proposta de criação de um instituto cujo tema estratégico e aglutinador são as cidades. A missão do Instituto das Cidades (IC/Unifesp) - Campus Zona Leste - é favorecer espaços de ensino e aprendizagem, pesquisa e extensão, de forma interdisciplinar entre formações complementares, que possibilitem a resolução de problemas urbanos complexos, de modo a conceber, transformar e construir cidades melhores, mais justas e sustentáveis. O *campus* Zona Leste é resultado não apenas da ação do governo federal e da Unifesp como também da mobilização de movimentos sociais na região para a instalação de Universidades Públicas que atendam a uma população que hoje supera 4,5 milhões de pessoas. Em sessão histórica de 17 de dezembro de 2014, com a presença de representantes de movimentos sociais, coletivos e organizações da sociedade civil da zona leste, o Conselho Universitário aprovou por unanimidade o novo campus. Em 9 de outubro de 2019 sancionou a criação do curso de graduação de Geografia do IC/Unifesp. Esse ato marcou a primeira graduação do campus e a consolidação da Universidade na região leste de São Paulo.

3.2 Breve Histórico do Campus¹³

O *campus* Baixada Santista foi o primeiro *campus* do processo de expansão das Universidades Federais, fundado em 2004, quando se firmou um convênio entre a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e a Prefeitura Municipal de Santos (PMS).

A compreensão do histórico do *campus* Baixada Santista encontra na expressão “A UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL NA REGIÃO DA BAIXADA SANTISTA: UM DESEJO, UMA LUTA, UMA CONQUISTA!” uma fecunda tradução.

A presença da universidade pública foi sempre uma demanda histórica da região da Baixada Santista. Nas palavras da então Deputada Federal Mariângela Duarte¹⁴:

Temos certeza de que a criação de uma Universidade Federal na região metropolitana da Baixada Santista e litoral, por desmembramento da Unifesp, será fundamental para complementar as ações que desencadearão o desenvolvimento social e tecnológico da região. (Folha de São Paulo, 19 de janeiro de 2004)¹⁵.

É importante ressaltar que a luta pela vinda do *campus* para a cidade de Santos uniu toda a Câmara de Vereadores, a Prefeitura, o Governo Estadual e o Governo Federal, traduzindo um compromisso com os anseios e a garantia do direito à educação superior da população brasileira e, particularmente, com a comunidade da Baixada Santista¹⁶. Ademais, vale destacar a abrangência da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), que se compõe por nove municípios: Santos, São Vicente, Cubatão, Praia Grande, Bertioga, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe e Guarujá. Com uma delimitação territorial de 2.373 km², e uma estimativa de um milhão e oitocentos mil habitantes¹⁷.

A RMBS conta com uma situação geográfica privilegiada, com a proximidade de São Paulo, capital do Estado e com o principal porto da América Latina. Além disso,

¹³ Texto elaborado pela CEG do ISS de acordo com o PDI 2016-2020.

¹⁴ A referida deputada foi a autora da Emenda 11060009 apresentada ao CONGRESSO NACIONAL/ COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO / EMENDAS À LDO 2005 – dentro do Programa Universidade do Século XXI.

¹⁵ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u14800.shtml>

¹⁶ Importante pronunciamento sobre a implantação do Campus Baixada Santista foi feito na reunião do mês de fevereiro de 2004 no CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA (disponível em http://www.agem.sp.gov.br/condesb_atas_2004_74.htm)

¹⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2021/08/29/populacao-da-baixada-santista-sobe-para-1897551-em-estimativa-do-ibge-para-2021-veja-dados-por-cidade.ghtml>

também possui um importante centro industrial no município de Cubatão. A localização estratégica associada à sua infraestrutura torna-se um forte atrativo para diferentes investimentos no espaço ultrarregional. Apresenta uma malha rodoviária composta pela Rodovia Anchieta, a Rodovia Imigrantes, Rio-Santos, Padre Manoel da Nóbrega, Rodovia Ariovaldo Almeida Viana, que possibilita o acesso intermetropolitano e uma integração com a capital e com o interior paulista potencializando o escoamento de mercadorias do Porto e, ao mesmo tempo, o turismo regional.

A Região Metropolitana conta com uma rede hospitalar pública, ligada ao SUS, com 15 hospitais, sendo nove públicos e seis filantrópicos. A distribuição dos hospitais ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS) concentra-se a maior parte no Município de Santos. Apesar de todo este perfil socioeconômico, os indicadores de desenvolvimento social nos mais diversos e complexos âmbitos, mostra uma aguda desigualdade social, com grandes áreas de vulnerabilidade e, ainda, restrito alcance das políticas públicas sociais.

Apreende-se, portanto, que se justifica a importância de uma Universidade Pública na região, e que a criação e implantação do *Campus Baixada Santista* da Universidade Federal de São Paulo é fruto da organização da sociedade da região, da luta coordenada de diversos setores e diferentes instâncias executivas e legislativas.

Neste movimento, em setembro de 2004 implantam-se, como modalidade sequencial de formação específica, com fornecimento de diploma de nível superior em áreas de fronteira das ciências humanas com a da saúde, os cursos de “Educação e Comunicação em Saúde” e o de “Gestão em Saúde”. O vestibular foi feito e vários servidores da Prefeitura Municipal de Santos que atuavam em diferentes espaços da Secretaria Municipal de Saúde, buscando qualificação para avançar na assistência à população, tiveram a possibilidade de vivenciar essa formação.

Todo o processo de criação dos Cursos, bem como a efetiva realização dos mesmos envolveram diferentes setores do Campus São Paulo da Unifesp, particularmente o Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde (CEDESS), o Departamento de Medicina Preventiva – Setor de Planejamento em Saúde e Departamento de Informática em Saúde.

Destaca-se, desta forma, a vocação, desde sua criação, do *Campus Baixada Santista* de estar inserido nas demandas, necessidades e perspectivas da comunidade, tendo

com a Prefeitura de Santos um permanente vínculo de parceria e trabalho conjunto a favor da vida e da garantia de direitos da população. Estes cursos sequenciais, desenvolvidos no noturno, com duração de dois anos, diplomaram suas turmas em outubro de 2006.

Neste contexto, os primeiros cursos de graduação, implantados em 2006, vincularam-se ao campo da saúde: Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia e Terapia Ocupacional. Todos estes cursos em período integral, trazendo para cidade de Santos estudantes, docentes e técnicos de diferentes partes do Estado, além da potencialidade de atender à população da região da Baixada Santista.

No âmbito da graduação destaca-se o Projeto Pedagógico Inovador, fundado na educação interprofissional e na perspectiva da integralidade do cuidado, consonante com as Diretrizes Nacionais do Sistema Único de Saúde (SUS) e fazendo jus ao papel histórico que a cidade de Santos tem na luta pela Reforma Psiquiátrica e pela construção da saúde para todos e com todos.

Em 2009, implantou-se o Curso de Serviço Social e inaugurou-se, no campus, a graduação no noturno, respondendo, também, às necessidades dos estudantes trabalhadores da Região. Existia uma demanda por essa área profissional no Estado de São Paulo e na Região Metropolitana da Baixada Santista, visto que até aquele momento apenas um curso público na cidade de Franca era oferecido pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP.

Esses 6 cursos já foram avaliados pelo MEC e receberam notas 4-5 (numa escala de 0 a 5) e figuram entre os melhores do país, de acordo com o ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) e com diversos rankings nacionais, incluindo a inserção no mundo do trabalho.

Em 2012, implanta-se o Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia - ênfase em Ciências do Mar, turmas vespertino e noturno, dialogando com mais duas áreas fundamentais para a cidade de Santos: o Porto e o Mar.

Também com um projeto pedagógico inovador, o desenho de bacharelado interdisciplinar, o BICT-Mar habilita seu concluinte a atuar no mercado de trabalho, ingressar em cursos de pós-graduação, ou ainda, que seus egressos tenham a oportunidade de continuar seus estudos em nível de graduação, por mais 2 anos, em um dos seguintes cursos: Engenharia Ambiental; Engenharia de Petróleo e Recursos

Renováveis (ambos implantados em 2015). Futuramente, o IMAR pretende contar também com os cursos de Oceanografia, Engenharia de Pesca e Aquicultura e Ecologia Marinha.

Atualmente, o *Campus* Baixada Santista é composto por dois institutos, o Instituto de Saúde e Sociedade (ISS) e o Instituto do Mar (IMar), a Direção Acadêmica de campus e a Direção Administrativa (com seus respectivos setores e divisões). O Instituto de Saúde e Sociedade se organiza em 5 Departamentos Acadêmicos, 6 Comissões de Curso de Graduação, 3 Eixos Comuns de Graduação, 3 Câmaras Técnicas (Graduação, Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação), 6 programas de Pós-Graduação, e, 80 projetos e 10 programas de Extensão, além de espaços comuns como biblioteca e restaurante universitário.

Já o Instituto do Mar se organiza em 1 Departamento, 3 Câmaras Técnicas (Graduação, Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação), 4 Eixos de formação, 3 programas de Pós-Graduação, além de Programas e Projetos de extensão aderentes às Ciências do Mar.

Em 2014, o *Campus* Baixada Santista completou 10 anos de atividade acadêmica, inserindo-se de maneira diferenciada no campo da formação para a área da saúde e anuncia um importante papel no campo da formação de profissionais vinculados à área de Ciências do Mar, denotando empreendedorismo, responsabilidade e dedicação de todos que participam de seu desenvolvimento.

A formação de profissionais graduados em Educação Física, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição, Psicologia, Serviço Social e Ciências do Mar tem sido uma das mais significativas tarefas desse *campus*. Destaca-se, ainda, uma importante atuação em pesquisa, em extensão universitária e na formação de mestres e doutores.

A produção e disseminação do conhecimento desde a graduação, alcançando um patamar de destaque com os Programas de pós-graduação *Stricto Sensu* têm, também, constituído o nosso percurso.

No âmbito da pós-graduação *stricto sensu* o processo de construção do Programa Interdisciplinar em Ciências da Saúde é relevante, pois nasceu de um movimento de discussão interna e integrada entre professores de diferentes áreas disciplinares e profissionais, departamentos e colegiados do ISS, além de discussão com a Prefeitura e secretarias do município de Santos e análise de gestores da Universidade,

particularmente com a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Unifesp. A proposta do Programa Interdisciplinar em Ciências da Saúde foi aprovada e implantada em 2010.

Nesse mesmo ano, implantou-se o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde “Atenção Integrada à Saúde”, articulando o *campus* com a Secretaria Municipal de Saúde e com a Santa Casa de Misericórdia de Santos, e abrindo mais possibilidades de formação de profissionais comprometidos com a saúde da população. Envolvendo os seis cursos de graduação da área de saúde já implantados no *campus*, além de Enfermagem e Farmácia, o referido programa materializou parcerias e ações compartilhadas para que formação e trabalho em saúde dialogassem permanentemente. Atualmente, estão em vigência as Residências Multiprofissionais em “Redes de Atenção Psicossocial” e em “Ortopedia e Traumatologia”, desenvolvidos respectivamente nos serviços da rede de atenção psicossocial de Santos e na rede de Atenção Básica e na Santa Casa de Santos.

O empoderamento das Câmaras de Graduação, Extensão e Cultura, Pesquisa e Pós-graduação, bem como o alargamento da participação da comunidade acadêmica em Comissões (dispositivo presente desde a criação do *Campus* Baixada Santista), vai possibilitando ouvir diferentes vozes e captar os movimentos de criação e desejos de implementação de novos programas de pós-graduação *stricto sensu*: Bioprodutos e Bioprocessos (mestrado acadêmico e doutorado), Ciências do Movimento Humano e Reabilitação (mestrado acadêmico e doutorado), Serviço Social e Políticas Sociais (mestrado acadêmico), Mestrado Profissional em Saúde da Família, Ensino em Ciências da Saúde (Modalidade Profissional), Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia do Mar, Programa de Pós Graduação em Biodiversidade e Ecologia Marinha e Costeira e Programa Interunidades de Pós-Graduação em Análise Ambiental Integrada.

Compondo as atividades curriculares, na trajetória de consolidação do *Campus* Baixada Santista da UNIFESP (CBS), os estudantes tiveram sempre a oportunidade de participar de projetos de iniciação científica e de Extensão, entre os quais destacamos o Pró-Saúde, o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde, em diversas modalidades, vinculado ao Ministério da Saúde, e o Programa de Educação Tutorial - PET, vinculado ao Ministério da Educação. Esses projetos, dirigidos à comunidade de Santos e região, aproximaram a Unifesp da população e exigiram um

trabalho delicado de mediação entre a Universidade e as secretarias municipais diretamente envolvidas¹⁸.

Dentre os vários projetos de Extensão existentes no campus, destacam-se dois programas sociais que dialogam intrinsecamente com a comunidade: a Universidade Aberta da Pessoa Idosa (UAPI, anteriormente denominada Universidade Aberta da Terceira Idade – UATI) e o Curso Popular Cardume, destinado a preparar estudantes para o ingresso na universidade. Entre os mais de 80 projetos e 10 programas de extensão, destacam-se ainda os Projetos Redução de Danos, o Serviço de Atendimento ao Envelhecimento Cognitivo (SAEC) e o Maré de Ciência. Com propostas formativas que integram com os estudantes de graduação do CBS, esses programas ampliam a interação com a comunidade e contribuem para que o *campus* continue sua construção identitária com fortes e efetivos vínculos com as necessidades e demandas socioambientais e da área da saúde.

3.2.1 Princípios Orientadores do Projeto Pedagógico do Campus Baixada Santista

Em Pedagogia da Tolerância, o professor Paulo Freire nos diz:

[...] eu diria que uma das coisas que devemos fazer é não esperar que a sociedade se transforme. Se esperamos, ela não se transforma; temos de fazer, e é nos metendo dentro do processo, na própria intimidade do processo em movimento, que descobrimos o caminho e vamos desmontando coisas que se opõem à mudança (2004: 141)¹⁹.

A inspiração destas palavras possibilita, articulando com as aprendizagens construídas na formação superior no *Campus* Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo, com os movimentos epistemológicos contemporâneos e o compromisso com uma universidade sócio-ético-politicamente referenciada, assumir como princípios orientadores do nosso Projeto Pedagógico²⁰:

¹⁸ Fonseca, G. F. C.; Monteiro, N. R.; Batista, N. A.; Junior, O. A.; Spadari, R. C.; Batista, S. H. O campus Baixada Santista da UNIFESP: Compromisso Social, Expansão e Inovação em Perspectiva Histórica. In: Nemi, A.; Gallian, D.; Minhoto, M. A. P. UNIFESP 25 ANOS - Histórias e Reflexões. São Paulo: Editora Unifesp, 2020. parte II.2, p. 111-135.

¹⁹ FREIRE, P. Pedagogia da tolerância. São Paulo: Unesp, 2004.

²⁰ Plano de Desenvolvimento Institucional (2016-2020) – Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista. Documento disponível em: https://www.unifesp.br/campus/san7/images/pdfs/PDI%202016_2020%20CAMPUS%20BAIXADA%20SANTISTA.pdf

I - A formação acadêmica em toda sua diversidade e pluralidade funda-se na promoção de equidade e igualdade étnico-racial, prevenção e combate ao racismo.

O reconhecimento da universidade como instituição que se deseja democrática, pública, laica, autônoma, implica, de maneira singular, assumir o compromisso com a discussão e análise crítica das causas e das impossibilidades do direito ao acesso e permanência na educação superior. Desta forma, implica, necessariamente, o trabalho de formulação de políticas e práticas que sustentem relações pedagógicas emancipatórias.

Assumir a educação antirracista como princípio orientador reverbera as lutas e denúncias das práticas excludentes e racistas, dialogando com os movimentos sociais e com marcos regulatórios como Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN)²¹, as Leis 10.639/03²² e 11.645/08²³ e a Política Carolina Maria de Jesus de Promoção da Equidade e Igualdade Étnico-racial, Prevenção e Combate ao Racismo (UNIFESP)²⁴.

Para além de ações de ingresso e da permanência de estudantes, este princípio explicita o compromisso com uma formação que privilegie o diálogo entre diferentes saberes, epistemologias e culturas na perspectiva da construção de uma sociedade antirracista.

II – A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

Como os três pilares da Universidade, o ensino em seus diferentes níveis, a pesquisa e a extensão devem ser vistas como indissociáveis e interdependentes. Da mesma forma que o ensino está presente na formação do pesquisador e nas atividades

²¹ BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 36 p.

²² BRASIL, Presidência da República. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. (2003). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>

²³ BRASIL. Lei nº 11.645. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2008.

²⁴ UNIFESP. Política Carolina Maria de Jesus de Promoção da Equidade e Igualdade Étnico-racial, Prevenção e Combate ao Racismo. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2021.

extensionistas da Universidade, a pesquisa encontra na extensão e no próprio ensino, campos fecundos de investigação.

Por outro lado, as atividades de extensão possibilitam novas dimensões do processo formativo da Universidade, aproximando os estudantes da realidade local e regional da área de abrangência da Universidade e favorecendo os projetos de pesquisa e construção de novos conhecimentos.

III – A prática profissional como eixo norteador do projeto pedagógico

Apreender a prática como estruturante significa construir um referencial orientador diferenciado para as decisões pedagógicas: pensar sobre o que foi realizado representa interrogar a própria ação, os interesses e expectativas dos alunos e as condições institucionais e sociais.

Nesse sentido, insere-se a discussão sobre a prática como eixo estruturante para o processo de ensino-aprendizagem: no processo de construção de conhecimento a prática necessita ser reconhecida como eixo a partir do qual se identifica, questiona, teoriza e investiga os problemas emergentes no cotidiano da formação. A prática não se reduz a eventos empíricos ou ilustrações pontuais. Se lida com a realidade e dela se retira os elementos que conferem significado e direção às aprendizagens.

IV – A problematização no ensino, na pesquisa e na extensão

As metodologias problematizadoras expressam princípios que envolvem a assunção da realidade como ponto de partida e chegada da produção do conhecimento, procurando entender os conteúdos já sistematizados como referenciais importantes para a busca de novas relações. Encontra nas formulações de Paulo Freire um sentido de inserção crítica na realidade para dela retirar os elementos que conferirão significado e direção às aprendizagens.

As dimensões problematizadoras procuram constituir mudanças significativas na forma de conceber e concretizar a formação de profissionais, configurando uma atitude propositiva frente aos desafios contemporâneos. Assume a construção do conhecimento como traço definidor da apropriação de informações e explicação da realidade.

V- Inteprofissionalidade

Como em outras áreas de conhecimento, a graduação em saúde enfrenta desafios importantes: fragmentação do ensino, dicotomias no projeto pedagógico (básico-clínico, ensino-serviço, clínico-epidemiológico, saúde-doença), biologicismo e hospitalocentrismo na formação, deslocamento do aluno para a posição do sujeito que recebe passivamente a informação, centralidade do processo pedagógico no professor como transmissor de informações, significativa fragilidade no processo de profissionalização docente, desvinculação dos currículos em relação às necessidades da comunidade, dentre outras.

A perspectiva da integralidade no cuidado demanda um trabalho em saúde que transcende os fazeres individualizados de cada profissão, projetando para a importância da equipe. Projeta-se, assim, um profissional de saúde que, não abrindo mão da formação específica, possa estar atento às diferenças, aos movimentos de inclusão, ao interprofissionalismo presente em suas ações.

Configura-se, assim, como pressuposto da formação em saúde no Campus Baixada Santista, um estilo de educação que prioriza o trabalho em equipe, a interdisciplinaridade e o compromisso com a integralidade das ações que deve ser alcançado com um amplo reconhecimento e respeito às especificidades de cada profissão.

VI – A interdisciplinaridade

O desenvolvimento da tecnologia e da ciência em vários campos disciplinares articulado com a crescente complexidade e o avanço significativo com que novas informações são produzidas trazem o desafio da integração das disciplinas.

Na diversidade que marca as conceituações e práticas interdisciplinares, é possível identificar pontos comuns: o sentido de relação, a valorização da história dos diferentes sujeitos/disciplinas envolvidas, o movimento de questionamento e dúvida, a busca por caminhos novos na superação de problemas colocados no cotidiano, a ênfase no trabalho coletivo e na parceria e o respeito pelas diferenças. É possível, assim, pensar que a interdisciplinaridade se constitui em um dos caminhos para que áreas científicas delimitadas e separadas encontrem-se e produzam novas possibilidades.

Assume-se que a ênfase interdisciplinar favorece o redimensionamento das relações entre diferentes conteúdos, contribuindo para que a fragmentação dos conhecimentos possa ser superada. Integrar também implica pensar em novas interações no trabalho em equipe multiprofissional, configurando trocas de experiências e saberes numa postura de respeito à diversidade, cooperação para efetivar práticas transformadoras, parcerias na construção de projetos e exercício permanente do diálogo.

VII – A integração com a comunidade

A relação entre a universidade e a sociedade inscreve-se como fundante do projeto acadêmico do Campus Baixada Santista: relação orgânica, valorizando diferentes racionalidades e demandas das pessoas, desenvolvendo itinerários formativos e curriculares que partem da inserção dos e das estudantes nos territórios nos quais as vidas se produzem.

Esta inserção dialógica e compartilhada entre estudantes, professores (as), técnicos(as), e as comunidades em suas realidades sociais, de saúde, meio ambiente, educação, esporte, trabalho, cultura. A percepção da multicausalidade dos processos de vidas, tanto individuais como coletivos, demanda novos cenários para o ensino-aprendizagem na área da saúde, no campo social e educacional.

A integração do ensino com a realidade visa uma melhor organização da prática docente e dos espaços de aprendizagem nos vários níveis de apoio técnico científico a órgãos governamentais, instituições privadas, organizações não governamentais e outras instituições de ensino e pesquisa. Nesta perspectiva, supera a simples utilização da rede de instituições, empresas e serviços como campo de ensino, mas supõe uma reelaboração da articulação teoria-prática, ensino-aprendizagem-trabalho e, fundamentalmente, uma reconfiguração da função social da própria universidade, no sentido de proporcionar o desenvolvimento de novos conhecimentos, serviços e produtos pautados na inovação social, de acordo com as demandas sociais.

VIII – A postura ativa do estudante na construção do conhecimento

Parte-se da premissa de que a aprendizagem implica em redes de saberes e experiências que são apropriadas e ampliadas pelos estudantes em suas relações com os diferentes tipos de informações. Aprender é, também, poder mudar, agregar, consolidar, romper, manter conceitos e comportamentos que vão sendo (re)construídos nas interações sociais. A aprendizagem pode ser, assim, entendida

como processo de construção de conhecimento em que o aluno edifica suas relações e intersecções na interação com os outros alunos, professores, fóruns de discussão, pesquisadores.

IX – A postura mediadora do docente no processo ensino e aprendizagem

Entende-se que as transformações sociais exigem um diálogo com as propostas pedagógicas, nas quais o professor assume um lugar de mediador no processo de formação do profissional, estruturando cenários de aprendizagem que sejam significativos e problematizadores da prática profissional.^{25 26}

O docente deve desenvolver, nesse enfoque, ações de ensino que incidem nas dimensões ativas e interativas dos alunos, discutindo e orientando-os nos caminhos de busca, escolha e análise das informações, contribuindo para que sejam desenvolvidos estilos e estratégias de estudo, pesquisa e socialização do que foi apreendido. Insere-se, ainda, o esforço em propiciar situações de aprendizagem que sejam mobilizadoras da produção coletiva do conhecimento.

Nesse cenário, mediar não equivale a abandonar a transmissão das informações, mas antes construir uma nova relação com o conteúdo/assunto abordado, reconhecendo que o contexto da informação, a proximidade com o cotidiano, a aplicação prática, a valorização do que o aluno já sabe, as conexões entre as diversas disciplinas, ampliam as possibilidades de formar numa perspectiva de construção do conhecimento.

X - Aprendizagem colaborativa/interativa e significativa

Práticas colaborativas/interativas proporcionam aprendizagens diversas e promovem um maior fluxo de troca de informações. A troca e a partilha de experiências faz aumentar de forma significativa a quantidade de soluções e ideias, bem como a qualidade das atividades realizadas. Freire (1996)²⁷ aponta que o educando deve primeiro descobrir-se como um construtor desse mundo em constante metamorfose,

²⁵ BREW, A; BOUD, D. Preparing for new academic role: an holistic approach to development. *International Journal of Academic Development*, v. 1, n. 2, p. 17-25. 1998.

²⁶ HARDEN, R M.; CROSBY, J. The good teacher is more than a lecturer: the twelve roles of the teacher. *Medical Teacher*, v. 22, n. 4, p. 334-347. 2000.

²⁷ FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia – os saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1996.

saber relacionar o real e o virtual, pois a cultura precisa ser redescoberta e reinventada, numa ação dialógica e interativa.

Portanto, a aprendizagem deve ser significativa, desafiadora, problematizadora e instigante, a ponto de mobilizar o aluno e o grupo a buscar soluções possíveis para serem discutidas e concretizadas à luz de referenciais teóricos e práticos.

XI – A avaliação formativa como feedback do processo

A avaliação deve subsidiar todo o processo de formação, fundamentando novas decisões, direcionando os destinos do planejamento e reorientando-o caso esteja se desviando. Dentro da visão de que aprender é construir o próprio conhecimento, a avaliação assume dimensões mais abrangentes. Conforme Luckesi (1998)²⁸, “o ato de avaliar por sua constituição mesmo, não se destina a julgamento definitivo sobre uma coisa, pessoa ou situação, pois que não é um ato seletivo. A avaliação se destina ao diagnóstico e, por isso mesmo, à inclusão, destina-se à melhoria do ciclo de vida”.

Assim, deve ser um mecanismo constante de retroalimentação, visando a melhoria do processo de construção ativa do conhecimento por parte de gestores, professores, alunos e funcionários técnico-administrativos.

XII – Mobilidade acadêmica

De acordo com a Portaria nº 94/2009 do Ministério de Educação e Cultura, que institui o "Programa Mobilidade Acadêmica Brasil - MAB" entende-se por mobilidade acadêmica entre Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) a possibilidade efetiva de discentes e docentes vinculados a uma Universidade Federal cursarem (no caso de discentes) e ministrarem (no caso de docentes) disciplinas em outras Universidades Federais, bem como, complementarmente, desenvolverem atividades de pesquisa e de extensão, dentro de um curso equivalente, no qual terão asseguradas as mesmas condições, direitos e garantias gozadas por um estudante regularmente matriculado ou por docente em efetivo exercício na Universidade que os receberá.

No *Campus* Baixada Santista, a mobilidade acadêmica é estimulada internamente (intercampi) e entre instituições através de convênios e parcerias com Universidades

²⁸ LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1998.

Federais bem como em instituições internacionais de ensino e pesquisa de excelência.

Em âmbito internacional, a mobilidade acadêmica de discentes e docentes deverá ser fomentada pela participação em iniciativas do Governo Federal (CAPES, CNPq) com vistas ao intercâmbio científico entre IES do Brasil e do exterior, e pela participação do Campus Baixada Santista em redes e associações voltadas ao intercâmbio de informação e conhecimento visando a formação de recursos humanos de alto nível em programas de graduação e pós-graduação.

XIII – Internacionalização

Considerando que o intercâmbio de informação e experiências, e a multiplicação de iniciativas conjuntas são instrumentos fundamentais para o progresso contínuo do conhecimento, a internacionalização universitária visa promover não apenas o desenvolvimento acadêmico do aluno e do docente, mas também um enriquecimento cultural que se traduza em ampliações dos referenciais profissionais na perspectiva do multiculturalismo e da diversidade.

Nesse contexto, importa priorizar o estabelecimento de acordos de cooperação internacional para atividades de ensino, pesquisa e extensão, através da concepção e implementação de estratégias de aproximação a agências internacionais de cooperação acadêmica, representações diplomáticas e organizações internacionais. Tal aproximação se completa através da participação do corpo docente e discente em eventos, congressos e missões no exterior, bem como a partir da promoção e organização de eventos, simpósios e jornadas internacionais nos níveis de graduação e pós-graduação, com vistas à formação e integração de redes, associações e programas de cooperação acadêmica, científica, tecnológica e de responsabilidade social.

Considerando a importância da temática de internacionalização, a congregação do Instituto de Saúde e Sociedade (ISS) aprovou em 2022 a criação da Comissão Local de Internacionalização (CLAI), Portaria ISS CBS N. 615/2022 que, em consonância com a Política Institucional de Internacionalização da Unifesp (RESOLUÇÃO Nº 208/2021/CONSELHO UNIVERSITÁRIO), visa fortalecer a internacionalização no ISS.

XIV – Desenvolvimento docente

Pensar em novos papéis para o docente exige projetar espaços de formação dos professores que sejam norteados pela valorização da prática cotidiana, privilegiando os saberes que os professores já construíram sobre o seu trabalho assistencial e educativo e desenvolvendo possibilidades de refletir sobre a própria prática, identificando avanços, zonas de dificuldades e nós críticos na relação ensino-aprendizagem, bem como formulando, em parceria com outros colegas, caminhos de transformação da docência universitária.

Observa-se que na Universidade brasileira interagem diferentes modelos de docência: o do pesquisador com total dedicação à universidade e uma sólida formação científica; o do professor reprodutor do conhecimento e o do professor que se dedica à atividade acadêmica, mas carece de uma formação consistente para a produção e socialização do conhecimento.

A institucionalização de práticas de formação docente torna-se, assim, fundamental. Tomar a própria prática (ação-reflexão-ação) como ponto de partida para empreender transformações no cotidiano do ensinar e aprender na Universidade coloca-se como eixo estruturante para o processo de formação/desenvolvimento docente.

3.3 Breve Histórico do Curso

A criação do Curso de Serviço Social na UNIFESP resulta da política de expansão de vagas desta Universidade para o ensino superior no Estado de São Paulo. Reconhecido pelo Ministério da Saúde como uma das profissões da área da saúde, o Serviço Social se incorpora aos cinco cursos (Nutrição, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Educação Física e Psicologia) que compõem o Instituto Saúde e Sociedade do Campus Baixada Santista, caracterizado como um instituto de ensino e pesquisa voltado para as ciências da saúde.

Essa expansão se deu a partir da adesão da UNIFESP ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Brasileiras (REUNI) que apresentava como meta: ampliar e/ou implantar a abertura de cursos noturnos, ampliar a política de permanência estudantil no ensino superior e possibilitar aos jovens a educação superior.

O processo de discussão, articulação e aprovação da criação do Curso de Serviço Social ocorre entre o período de agosto e novembro de 2007 e envolve a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a direção acadêmica do Campus Baixada Santista, culminando com a deliberação favorável do Conselho Universitário, em novembro desse mesmo ano. No final de 2008, o MEC autorizou o funcionamento do Curso e, na sequência, foi realizado o concurso para contratação de docentes²⁹ e o vestibular³⁰ para seleção dos estudantes, dando-se início às atividades acadêmicas no primeiro semestre de 2009.

O Curso se vincula ao Instituto Saúde e Sociedade do Campus Baixada Santista e passa a compor o seu PPP que tem como proposta a educação interprofissional em saúde.

A inauguração deste Curso na UNIFESP representa para a área, a abertura do ensino público federal, laico, gratuito em turmas no vespertino e noturno, democratiza o acesso e a permanência de estudantes trabalhadores, tanto da Região Metropolitana da Baixada Santista, como de demais regiões do Estado de São Paulo.

Trata-se, reconhecidamente, de uma conquista histórica do ponto de vista político, acadêmico e profissional que esse Curso representa na valorização do ensino público, laico, universal e de qualidade, bem como, pela reafirmação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Conforme o Curso foi se consolidando, como área de formação no Campus e na Unifesp, emergiram peculiaridades e necessidades de mudanças resultantes do amadurecimento coletivo do corpo docente e discente e de sistemáticas avaliações. No processo de acompanhamento permanente da implantação do seu PPP, o Curso se manteve atento às experiências, problematizações, questões e adequações decorrentes e, se mobilizou para promover sua revisão e atualização como agenda

²⁹ Inicialmente, foram concursados 5 docentes. Ao longo da trajetória do curso, outros concursos foram realizados e, atualmente, temos um corpo docente formado por vinte e um professores. No Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI 2016-2020 constava uma previsão de até 2020 completar um total de 25 docentes, o que não aconteceu, de acordo com o PDI 2021-2025 frente à “gravidade da situação orçamentária, desde 2015 não são repassadas vagas novas de docentes e técnicos para implementar a continuidade da expansão e mesmo a consolidação de determinados cursos e unidades universitárias”.

³⁰ Apenas os ingressantes do ano de 2009 realizaram vestibular. Após a primeira turma, o Curso delibera pelo ingresso via SISU-ENEM exclusivamente.

político-pedagógica prioritária. A partir dessas reflexões, elencou questões norteadoras para o processo de revisão do PPP desencadeado nos anos de 2014 e 2015:

- a) Relação do eixo específico de Serviço Social com os eixos comuns – Relação do PPP do Curso com o PPP do Campus (proposta; educação interprofissional; desenvolvimento dos módulos dos eixos comuns nos períodos vespertino e noturno);
- b) Carga horária total e a duração do curso para os períodos vespertino e noturno;
- c) Possibilidade de incluir a extensão no cômputo da carga horária do curso, conforme estabelecido pelo Plano Nacional de Educação (Lei 13005/2013);
- d) Conteúdo programático em relação à carga horária das UCs, movimentação das UCs nos termos da matriz, inclusão e exclusão de UCs, junção ou desmembramento de UCs, alteração de nomenclatura;
- e) Incorporação de conteúdos transversais previstos nas Diretrizes Nacionais para educação brasileira: Educação em Direitos Humanos; Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; e, Educação Ambiental;
- f) Abordagem transversal no PPP das diversas formas de acessibilidade: arquitetônica, atitudinal, pedagógica, nas comunicações e digital;
- g) Organização curricular em quatro eixos de fundamentação da formação;
- h) TCC como produção individual, orientado exclusivamente por docentes do curso;
- i) Política de Estágio indiferenciada para estudantes em situação de emprego;
- j) Pouca ênfase de conteúdos nas UCs sobre a temática regional;
- k) Ampliação dos temas para oferta de Seminários Temáticos;
- l) Introdução de mais temáticas nas UCs eletivas com carga horária diferenciada;

- m) Semana padrão “engessada” e “sem janelas” dificultando ao/a estudante a ter outras oportunidades de formação acadêmica, cultural e artística; de estudos e intervenções interdisciplinares;

Estas questões norteadoras foram problematizadas de muitas formas: oficinas, fóruns ampliados, grupos de estudo, levantamentos, reuniões; envolveram muitos sujeitos: docentes, convidados/as *ad doc*; estudantes, técnicos, ex-alunos/as, supervisores/as de estágio; e articularam várias instâncias institucionais: Comissão de Curso, Eixos Comuns, CEG, Congregação, Direção de Campus, PROGRAD. Essa dinâmica possibilitou avaliar a totalidade do projeto de formação e deliberar por sua revisão nos anos de 2014/2015, nos seguintes termos:

Na relação com os Eixos Comuns do PPP do Campus:

Reafirmamos nossa vinculação ao PPP de Campus, e aos eixos comuns: o Eixo o Ser Humano e sua Inserção Social, o Eixo Aproximação ao Trabalho em Saúde, com algumas adequações e problematizações.

- Em relação ao Eixo o Ser Humano e sua Inserção Social (IS), orientados pela lógica dos conteúdos programáticos mantivemos nossa inserção no módulo do 1º termo (Natureza, cultura e sociedade) e mudamos para o módulo do 4º termo (Constituição do humano, políticas e marcadores sociais da diferença). Esses módulos abrangem áreas disciplinares fundamentais para formação em Serviço Social, em especial, as áreas de Antropologia e Ciências Sociais e, respondem diretamente às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Brasileira e para graduação em Serviço Social (educação em direitos humanos, das relações étnico-raciais e ambiental). Possibilitam aprofundar a discussão sobre natureza, cultura e sociedade; maior aproximação dos estudantes a realidade dos modos de vida nas sociedades contemporâneas e, ampliam a discussão sobre os ciclos da vida a partir das intersecções dos marcadores sociais da diferença, e o modo como suscitam formas específicas de atuação política.
- Em relação ao Eixo Aproximação ao Trabalho em Saúde (TS), orientados pela defesa do percurso formativo interdisciplinar e interprofissional, permanecemos no 1º, 2º e 3º módulos (respectivamente os módulos: Condições de Vida e a Produção Social da Saúde, Desigualdades Sociais e Políticas de Saúde no

Brasil e Encontros e Produção de Narrativas), com a condição de inserção dos/as estudantes sem a concomitância prevista pelo Eixo, para o 3º e 4º módulos e, também, de amplo debate e posicionamento do Campus sobre o período noturno.

- A saída do 4º módulo (Trabalho em Equipe e Práticas Coletivas) justificou-se pelas recorrentes dificuldades de sua operacionalização no período noturno, por exigir uma relação com os serviços, usuários das políticas sociais e territórios da cidade, além da constatação da presença dos conteúdos abordados nos módulos do Eixo Específico do Curso.

Em relação ao Eixo Específico de Serviço Social, sob as mudanças ocorridas no processo de reformulação do PPC 2016:

- O Curso ampliou sua duração para nove semestres; a Carga Horária total foi reduzida; inseriu “janelas” na semana padrão; reviu todas as UCs e respectivos Planos de Ensino; inseriu conteúdo das Diretrizes Curriculares; redefiniu metodologias de ensino e estratégias de aproximação da formação com a realidade regional na perspectiva de melhor articular processos de ensino, pesquisa e extensão; estende a compreensão da interdisciplinaridade para os processos de orientação de TCC e de estágio.
- Em relação à extensão, o Curso se posicionou favoravelmente, pela inclusão do cômputo da carga horária estabelecida nacionalmente até o momento de aprovação da matriz. Com a visão de totalidade e o debate normativo da Unifesp em andamento, o Curso decidiu aguardar e participar do aprofundamento dessa discussão no âmbito institucional e acadêmico. Reafirmando a extensão como atividade formativa fundamental, indissociável dos processos de ensino e pesquisa.

Essas foram as importantes alterações estruturais na reformulação dos anos de 2014/2015 que aprovaram o PPC 2016 e que neste momento passa por atualizações.

Neste sentido, é válido destacar que no processo vigente de avaliação e monitoramento do PPC 2016, não se vislumbrou a perspectiva de mudança estrutural do PPC. Nos seus sete anos de vigência, com apenas uma turma formada no ano de 2020, compreendeu-se como necessário manter a lógica curricular

apresentada, garantindo a mesma matriz curricular, totalidade da carga horária, distribuição das Unidades Curriculares/Módulos, bem como a organicidade dos Núcleos de Fundamentação Profissional na sua totalidade.

O presente objeto de reformulação, portanto, optou em atualizar seu projeto formativo no campo da educação antirracista e na implementação da curricularização da extensão. Essas são as ênfases que provocaram a realização das seis oficinas junto à comunidade acadêmica entre os meses de novembro de 2021 a abril de 2022.

3.3.1- Curricularização da Extensão

Considerando a necessidade de atenção e cumprimento com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2021-2025 e Projeto Pedagógico Institucional (PPI)³¹ a curricularização da extensão na graduação,

deve refletir a experiência extensionista como elemento formativo e permitir que o estudante seja protagonista de sua formação. Deve proporcionar interação dialógica, favorecer a interdisciplinaridade e interprofissionalidade, afirmar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e possibilitar impacto na transformação social (PPI: 2021 – p:26).

Considerando os marcos regulatórios da Política de Curricularização da Extensão: inserção das atividades de extensão na matriz curricular dos cursos de graduação, atendendo ao PNE em sua Meta 12, que define na Estratégia 12.7,

assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social; (PNE:2014-2024).

Considerando a Resolução 07 de 2018 do CNE que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

Sobre as ações extensionistas, para além dos marcos regulatórios, historicamente o Serviço Social tem sido desafiado à materialização das dimensões de ensino, pesquisa e extensão no processo formativo do Serviço Social. O documento

³¹ Link: <https://www.unifesp.br/reitoria/proec/curricularizacao/documentos>.

preliminar da ABEPSS sobre a curricularização da extensão, aponta que o desafio da curricularização,

está em estabelecer relações, entre os princípios profissionais a partir da sua renovação crítica e uma confluência com princípios que aparecem no debate na universidade, mas não só, e, que apontam para uma concepção de extensão que entendemos pode ser chamada de popular, comunicativa e orientada para os processos de emancipação humana. (ABEPSS:2021, p.14).

Segundo o FORPROEX (2010), a Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (Guia sobre Curricularização: 2021).

As práticas extensionistas possibilitam a aproximação de estudantes, técnicos educacionais e docentes à realidade local e regional, através de práticas e experiências junto a setores e sujeitos sociais na busca de respostas aos temas candentes postos pela realidade social, pelos grupos e movimentos sociais, realimentando o currículo e possibilitando novas pesquisas através de relações dialógicas e emancipatórias. A indissociabilidade deste tripé é um debate recorrente no âmbito da educação, desafiando-nos a sua materialização e universalidade a todas/os/es estudantes. Experiências e atividades de pesquisa e extensão configuram-se como atividades complementares ao processo formativo que não são acessíveis à totalidade de discentes, visto que são atividades fora da matriz curricular, o que dificulta a inserção de estudantes trabalhadores.

Assim, curricularizar a extensão significa criar as condições para que todos/as/es estudantes vivenciem experiências extensionistas a partir das unidades curriculares, criando-se um espaço de estudo, formação, aprendizagem, prática e reflexão junto com os sujeitos sociais, numa relação dialógica e de troca de conhecimentos e saberes, que envolve, o debate necessário das práticas e projetos interdisciplinares.

Dessa maneira, a curricularização da extensão, para além do cumprimento do PNE (2014-2024) de garantir 10% de carga horária vinculadas a unidades curriculares, possibilita a ampliação de práticas e reflexões numa relação dialógica e democrática com grupos, movimentos sociais e setores da sociedade que possibilite construções coletivas de saberes, vivências e experiências, inseridas na matriz curricular,

envolvendo a totalidade dos/as/es discentes. Assim, curricularizar a extensão significa materializá-la de forma universal, ampliando o processo de ensino aprendizagem tendo o protagonismo de estudantes, técnicos educacionais e docentes, na busca de respostas e enfrentamentos das expressões da questão social.

O curso de Serviço Social, desde sua implantação em 2009, desenvolve ações extensionistas vinculadas aos grupos e movimentos populares, às organizações sociais, aos conselhos municipais e de direitos locais da região. Quando da primeira portaria sobre curricularização em 2018, a comissão de curso, em 2019, constituiu uma Comissão de Curricularização para apresentação de Proposta Preliminar sobre a curricularização da extensão no Curso de Serviço Social³². O curso participou do primeiro “piloto” com duas experiências através da Unidade Curricular Seminários Temáticos e uma articulação da Oficina do Trabalho Profissional II, com o Núcleo de Pesquisa Socioambiental em Serviço Social³³. No interior do curso, propostas “piloto” foram realizadas em 2019 e avaliadas coletivamente em reuniões, disparando ideias, como a proposta da criação de um Projeto “guarda-chuva” para o curso de Serviço Social, que pudesse contemplar um conjunto de ações de curricularização. Avaliou-se que se tratava de momento importante para avançar em propostas interdisciplinares, que fossem ao mesmo tempo ousadas, simples, factíveis, construídas com a comunidade e orientadas pela perspectiva da extensão popular e de uma educação emancipatória.

Em abril de 2021 a Comissão de Curso instituiu nova composição da “Comissão de Curricularização da Extensão” formada por docentes, técnicos educacionais e estudantes³⁴ para subsidiar a comissão de curso e o NDE, articulado ao plano de avaliação/reformulação do projeto político pedagógico do curso (PPPC) nas dimensões da educação antirracista e da curricularização da extensão. Foram realizadas 6 oficinas, sendo duas delas específicas sobre curricularização da

³² Comissão formada pelas/o técnicos educacionais Heloíse Nunes e Fabrício Gobetti Leonardi e pelas/os professoras/es Francisca Pini, Luzia Fátima Baierl, Marcos Pereira Paula, Maria Liduina Oliveira, Mauro Iasi e Sonia Nozabielli.

³³ Seminários Temáticos Desenvolvidos pela Professora Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso e Professor Ferreira de Paula através de projeto de extensão oficial e uma experiência da UC Oficina do Trabalho Profissional II pelas professoras Sílvia Maria Tague Thomas e Luzia Fátima Baierl articulada ao Núcleo de Pesquisa Saúde Socioambiental.

³⁴ Comissão formada pelas/os estudantes Juliana Francaro, Christopher Sad (2021) e Luiza Safra. Bianca Mondin e Isadora Pelai (2022); técnicos educacionais Heloíse Nunes e Fabrício Gobetti Leonardi; e pelas professoras Rosirán Carvalho de Freitas Montenegro e Luzia Fátima Baierl.

extensão, as quais tiveram como objetivo aprofundar o debate e indicar as UCs a serem curricularizadas e as respectivas cargas horárias que posteriormente foram aprovadas na reunião de comissão de curso de abril de 2022. Fruto deste amplo debate envolvendo docentes, estudantes e técnicos educacionais, e debates com eixos comuns do instituto foram definidos caminhos de curricularização na matriz do curso e definida algumas diretrizes:

- Carga horária total de extensão mínima: 336 horas;
- Unidades Curriculares que incorporam a extensão: UC fixas distribuídas do 1º ao 7º Termo do curso, incluído UCs do Eixo comum;
- Construção de um projeto de curricularização que se solidifique por dentro do projeto pedagógico, mas que mantenha uma relação flexível e dinâmica com a realidade local da Baixada Santista;
- que sejam ações desenvolvidas, dialogadas e planejadas com os sujeitos envolvidos;
- que sejam acompanhadas pela Comissão de Curricularização e avaliadas pelo NDE e comissão de curso;
- que garantam a interdisciplinaridade;
- que se articule a educação antirracista.

Após amplo debate, reflexões e indicações a respeito da escolha das Unidades Curriculares (UCs) a serem curricularizadas, a oferta de carga horária extensionista e os projetos e ações de extensão possíveis para cada UC, na última Oficina, realizada em 25/04/2022, foram indicadas as seguintes UCs e cargas horárias: Formação Sócio-histórica Brasileira/30h; Trabalho e Questão Social/30h; Direitos e Legislação Social/30h; Classe, Gênero e Raça/ Etnia/30h; Política Social II/30h; Oficina do Trabalho Profissional I/30h; Oficina do Trabalho Profissional II/30h; Classes e Movimentos Sociais/30h, totalizando 240 horas de curricularização ofertadas pelo Eixo Específico. Os Eixos Comuns, Trabalho em Saúde/TS e Inserção Social/IS distribuíram do seguinte modo: TS Narrativas/80h; TS Desigualdades Sociais e Políticas de Saúde no Brasil/80h; IS Constituição do Humano, Políticas e Marcadores Sociais da Diferença/12h; IS Natureza, Cultura e Sociedade/12h, com 104 horas de extensão curricularizadas dos Eixos Comuns na Matriz Curricular do

Curso de Serviço Social. Portanto, o Curso ofertará 424 horas de curricularização da extensão.

Destaca-se a preocupação de neste momento de reformulação ofertar o limite de 10%, conforme previsto nas regulamentações, considerando a permanência dos projetos de extensão em vigência e das variadas formas existentes dos/as/es discentes vivenciarem o ensino, pesquisa e extensão na Universidade de modo a não sobrecarregá-las/os/es e potencializar a vida universitária com consistência e tranquilidade.

Nos debates acerca dos projetos de extensão, foram mencionadas inúmeras possibilidades de vinculação às UCs indicadas, ainda que não necessariamente precise constar no corpo do presente projeto pedagógico, considerando a dinâmica do processo de inserção e criação das ações e projetos de extensão. Porém, um norte que ficou nítido nas discussões do Curso foi o de ressaltar o Centro de Educação em Direitos Humanos/CEDH³⁵ como um programa “guarda-chuva” que poderá incorporar projetos e ações vinculadas às Unidades Curriculares.

³⁵ O Centro de Educação em Direitos Humanos da Unifesp Campus Baixada Santista é um programa de extensão e existe desde 2011 numa perspectiva de efetivação de uma cultura de educação em direitos humanos em acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Seu objetivo é potencializar a vivência da formação continuada e ações de intervenção para o aprofundamento e fortalecimento das relações no cotidiano da universidade e com a sociedade em geral de modo a construir diálogos fecundos entre sujeitos e instituições que ocupam diferentes lugares, olhares e saberes para a construção de conhecimento e intervenção social. O Centro de Educação em Direitos Humanos como um programa de extensão é espaço para realizar e viabilizar ações de formação, pesquisa e articulação junto às políticas públicas, movimentos sociais, coletivos e fóruns, para contribuir com o enfrentamento das expressões da questão social no contexto da região da Baixada Santista na perspectiva de promover, garantir e defender a educação em direitos humanos e contribuir com uma cultura democrático-participativa e de respeito e convivência com a diferença na diversidade. Para isso, se subsidia metodologicamente da educação popular freiriana e da noção de práxis gramsciana (ação-reflexão-ação), que sai da particularidade para a generalidade, do específico para o global, do micro para o macro, em movimentos de retroalimentação da análise e da intervenção. Atualmente é coordenado pela Profa. Dra. Francisca Pini.

4. PERFIL DO CURSO E JUSTIFICATIVA

O Curso de Serviço Social está inserido no Campus da Baixada Santista no Instituto Saúde e Sociedade desde 2009. Conforme citado anteriormente, é resultado de múltiplas requisições, reivindicações e respostas frente ao cenário social, econômico dos territórios e das cidades que comportam a Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), composta por nove municípios: Santos, São Vicente, Cubatão, Bertioga, Mongaguá, Praia Grande, Guarujá, Itanhaém e Peruíbe. A RMBS tem aproximadamente um milhão e oitocentos mil habitantes (IBGE 2013), próxima a São Paulo, capital do Estado, tem o principal porto da América Latina em Santos e importante centro industrial na cidade de Cubatão.

Do ponto de vista econômico, o Produto Interno Bruto (PIB) da Baixada Santista, de acordo com dados do Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), apresentou uma queda no 3º trimestre de 2020 em comparação com o mesmo período de 2019. Apenas as regiões de Santos e Itapeva apresentaram números negativos em todo o Estado de São Paulo. Conforme apontam os dados:

De acordo com as estimativas do Seade, houve crescimento de 9,4% neste trimestre no Estado. No acumulado de 12 meses, o PIB diminuiu 0,7%. O PIB cresceu na maior parte das regiões, sendo os maiores aumentos registrados em Campinas (16,4%), Sorocaba (10,0%) e na Região Metropolitana de São Paulo (9,1%). As únicas regiões que apresentaram decréscimos foram Itapeva (-2,6%) e Santos (-0,3%), que engloba as nove cidades da Baixada Santista. No mesmo trimestre de 2019, foi registrado um aumento de 3,1% na região de Santos. Segundo dados do Seade, a agropecuária e a indústria tiveram uma queda de 1,9%, o que contribuiu para o resultado negativo do PIB na região de Santos. Em contrapartida, o segmento de serviços apresentou um crescimento de 2,3%. A Baixada Santista atingiu R\$ 15,8 bilhões representando cerca de 2,63% de toda riqueza produzida no estado de São Paulo no período. No acumulado de 12 meses, porém, o PIB da região de Santos cresceu 0,6%³⁶.

Outros dados apontam desafios no campo das políticas sociais. Conforme Fundação SEADE (2013) e IBGE (2010), a pirâmide etária da região mostra o envelhecimento da população. Santos tem o maior índice de envelhecimento (91,98%)³⁷. Há que se ressaltar que o município atrai a população idosa da capital que, ao se aposentar, vem

³⁶ Disponível em [Baixada Santista vai na contramão do estado e têm queda no PIB no 3º trimestre de 2020 – Fundação Seade](#). Acesso em 30/06/2022.

³⁷ O índice de envelhecimento calculado pelo SEADE refere-se à proporção das pessoas com 60 anos ou mais por 100 indivíduos de 0 a 14 anos.

residir na cidade, o que exige um olhar mais aguçado, pois esse segmento requer ampliação de políticas sociais, em particular, de saúde, lazer e cultura. Os demais municípios possuem índices de envelhecimento abaixo das taxas do Estado de São Paulo (46,6%), sendo que o menor é de Bertioga (23%).

A taxa de mortalidade Infantil³⁸ da RMBS é de 15,89 por mil nascidos vivos no período. À exceção de Mongaguá e Itanhaém, todos possuem taxas de mortalidade infantil acima das taxas do Estado de São Paulo. As maiores encontram-se em Cubatão (23,26 p/mil/hab.) e Guarujá com 21,27 p/mil/hab.). Articulando a este dado, temos os índices de taxas de fecundidade. O Estado de São Paulo apresenta desde os anos 1980 uma redução na taxa de fecundidade, passando de 3,4 filhos por mulher a 1,7 filhos no final da década de 2000. Os municípios que compõem a Baixada Santista seguiram a mesma evolução, à exceção da cidade de Santos. Em 2010, a redução permaneceu e a taxa de fecundidade total ficou abaixo do nível de reposição, exceto nas cidades de Peruíbe e Bertioga que mantiveram níveis superiores a 2,1 filhos por mulher. Outra significativa mudança encontra-se na configuração das unidades domésticas.

A pesquisa realizada por Baierl, Braz e Morell³⁹ demonstra que as unidades domésticas sofreram impactos das transformações do processo de acumulação capitalista. As autoras identificam um “aumento do número de pessoas que passam a viver sozinhas em unidades domésticas unipessoais e uma tendência na redução das unidades domésticas compostas a partir de relações de parentesco” (2015, p. 155). Entre 2000 e 2010, as unidades domésticas unipessoais passaram de 12% para 14% na RMBS. Santos, Peruíbe e Itanhaém destacam-se com porcentagens de unidades unipessoais acima da média na região, com respectivamente, 17,7%; 16,2% e 16%.

Essa aproximação à realidade da RMBS dá algumas indicações das condições socioeconômicas e demográficas revelando profundas desigualdades sociais não só

³⁸ Relação entre os óbitos de menores de um ano residentes numa unidade geográfica, num determinado período de tempo (geralmente um ano) e os nascidos vivos da mesma unidade nesse período.

³⁹ BAIERL, Luzia Fátima; BRAZ, Norma; MORELL, Maria Graciela González de. Configuração das unidades domésticas da Região Metropolitana da Baixada Santista. In: BRANDÃO, Marinez Villela Macedo; MORELL, Maria Graciela González de; SANTOS, André Rocha (orgs.). **Baixada Santista: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópolis, 2015.

entre os municípios como no interior destes, onde pobreza e riqueza convivem cotidianamente.

O uso do território pela sociedade gera um princípio a ser considerado: as desigualdades socioespaciais. Tais desigualdades constituem a essência da dinâmica dos lugares a serem identificadas e enfrentadas pelos profissionais, juntamente com a população, na implantação e consolidação das Políticas Públicas.

De 2009 a 2022, o Curso de Serviço Social, formou dez turmas de assistentes sociais, passou por avaliação do MEC, obteve o reconhecimento do Curso pelo MEC por duas vezes⁴⁰, manteve em vigência duas matrizes curriculares para ingressantes em 2011 e 2016 vinculadas ao PPP do Curso de Serviço Social, aprovado no ano 2016.

A composição do corpo docente do Curso é interdisciplinar nas áreas afins ao Serviço Social (psicologia, filosofia, ciências sociais) como exigência da natureza de formação da profissão em Serviço Social. Ressalta-se que a vinculação do Curso ao PPP do *Campus/ISS* amplia essa composição com docentes de outras áreas e favorece diferentes percursos formativos.

O Curso tem dez Núcleos/Grupos de Estudos, Pesquisa e Extensão, um Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH) que favorecem a construção e execução de propostas de estudos, pesquisas, extensão em articulação com serviços e movimentos sociais da região e um Programa de Educação Tutorial/PET: “Educação Popular Criando e Recriando a Realidade Social”. Também se insere nos Programas de Residência Multiprofissional em Atenção a Saúde (2010-2014) e Redes de Atenção Psicossocial (2015-até o presente momento). Essa organização possibilita a interdisciplinaridade, com articulação entre linhas de pesquisa e projetos acadêmicos.

Discentes, docentes e técnicos em educação do Curso de Serviço Social estão inseridas/os/es em todas as dimensões da vida acadêmica, com bolsas de Iniciação Científica, Monitoria, no PET Educação Popular “Criando e Recriando a Realidade Social” e bolsa de Iniciação à Gestão. Há outras inserções, no campo da gestão

⁴⁰ Devido alteração de endereço o Curso passou por avaliação de reconhecimento do MEC duas vezes: Reconhecimento renovado pela Portaria Seres/MEC nº 823, publicada no D.O.U. nº 1 de 02/01/2015 e submetido a novo processo de reconhecimento pela Portaria nº 949, de 30 de agosto de 2021, Publicado em: 31/08/2021, edição: 165, Seção: 1, Página: 56.

institucional, como vice coordenações da Câmara de Extensão, de departamentos, dentre outros.

Atualmente, o Curso conta 21 docentes doutores, dois técnicos em educação (assistentes sociais), um assistente em administração e 402 estudantes, sendo 207 no período vespertino e 195 no período noturno.

A entrada e permanência dos estudantes do Curso de Serviço Social são permeadas por uma série de determinantes que revelam uma faceta importante dos desafios do processo de ensino-aprendizagem.

Conforme dados da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE)⁴¹ é possível perceber que o Curso de Serviço Social possui alto índice de estudantes provenientes do ensino médio público, de baixa renda, que necessitam e utilizam auxílios de assistência estudantil e bolsas de auxílio.

Dados Serviço Social – ingressantes 2021 – Antecedentes Escolares – vespertino:

TIPO DE INSTITUIÇÃO QUE CURSOU O ENSINO MÉDIO

	Curso		Campus		Unifesp	
	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%
Somente em escola pública	26	52	285	52.7	1616	52.6
Maior parte em escola pública	2	4	4	0.7	34	1.1
Somente em escola particular com bolsa integral	2	4	32	5.9	215	7
Somente em escola particular sem bolsa ou com bolsa parcial	16	32	186	34.4	1045	34
Maior parte em escola particular com bolsa integral	0	0	2	0.4	23	0.7
Maior parte em escola particular sem bolsa ou com bolsa parcial	4	8	32	5.9	142	4.6
Total	50	100	541	100	3075	100

Dados Serviço Social – ingressantes 2021 – Antecedentes Escolares – noturno:

TIPO DE INSTITUIÇÃO QUE CURSOU O ENSINO MÉDIO

	Curso		Campus		Unifesp	
	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%
Somente em escola pública	37	74	285	52.7	1616	52.6
Maior parte em escola pública	0	0	4	0.7	34	1.1
Somente em escola particular com bolsa integral	1	2	32	5.9	215	7
Somente em escola particular sem bolsa ou com bolsa parcial	10	20	186	34.4	1045	34
Maior parte em escola particular com bolsa integral	1	2	2	0.4	23	0.7
Maior parte em escola particular sem bolsa ou com bolsa parcial	1	2	32	5.9	142	4.6
Total	50	100	541	100	3075	100

⁴¹ Dados PRAE Ingressantes 2021. Disponível em: [Perfil por Curso \(unifesp.br\)](https://www.unifesp.br/perfil-por-curso). Acesso 30/06/2022.

Dados Serviço Social – ingressantes 2021 – Perfil Socioeconômico/renda – vespertino:

RENDA MENSAL BRUTA DO GRUPO FAMILIAR

	Curso		Campus		Unifesp	
	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%
Até meio salário mínimo	1	2	9	1.7	60	2
Mais de ½ a 1 salário mínimo e ½	7	14	77	14.2	405	13.2
Mais de 1 e ½ a 2 salários mínimos	4	8	50	9.2	322	10.5
Mais de 2 a 3 salários mínimos	8	16	76	14	453	14.7
Mais de 3 a 4 salários mínimos	9	18	69	12.8	376	12.2
Mais de 4 a 5 salários mínimos	4	8	55	10.2	325	10.6
Mais de 5 a 6 salários mínimos	6	12	37	6.8	222	7.2
Mais de 6 a 7 salários mínimos	4	8	31	5.7	147	4.8
Mais de 7 a 8 salários mínimos	2	4	30	5.5	152	4.9
Mais de 8 a 9 salários mínimos	1	2	15	2.8	119	3.9
Mais de 9 a 10 salários mínimos	0	0	25	4.6	108	3.5
Acima de 10 salários mínimos	4	8	61	11.3	360	11.7
Nenhuma renda	0	0	6	1.1	25	0.8
Total	50	100	541	100	3074	100

Dados Serviço Social – ingressantes 2021 – Perfil Socioeconômico/renda – noturno:

RENDA MENSAL BRUTA DO GRUPO FAMILIAR

	Curso		Campus		Unifesp	
	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%
Até meio salário mínimo	2	4	9	1.7	60	2
Mais de ½ a 1 salário mínimo e ½	10	20	77	14.2	405	13.2
Mais de 1 e ½ a 2 salários mínimos	6	12	50	9.2	322	10.5
Mais de 2 a 3 salários mínimos	6	12	76	14	453	14.7
Mais de 3 a 4 salários mínimos	7	14	69	12.8	376	12.2
Mais de 4 a 5 salários mínimos	4	8	55	10.2	325	10.6
Mais de 5 a 6 salários mínimos	6	12	37	6.8	222	7.2
Mais de 6 a 7 salários mínimos	3	6	31	5.7	147	4.8
Mais de 7 a 8 salários mínimos	1	2	30	5.5	152	4.9
Mais de 8 a 9 salários mínimos	0	0	15	2.8	119	3.9
Mais de 9 a 10 salários mínimos	4	8	25	4.6	108	3.5
Acima de 10 salários mínimos	1	2	61	11.3	360	11.7
Nenhuma renda	0	0	6	1.1	25	0.8
Total	50	100	541	100	3074	100

Outros dados, que podem ser observados no Relatório do “Perfil por Curso” da PRAE (2021), indicam que boa parte dos/as estudantes, em especial do noturno, trabalham no setor formal e informal, são casados e tem filhos, residem nos municípios da Baixada Santista, ingressam na Universidade após longo período de conclusão do ensino médio, e ainda tem outra graduação.

No âmbito da relação com os municípios e campos de trabalho de assistentes sociais, destacam-se as atividades de estágio supervisionado em Serviço Social que possibilitam a mediação entre formação e trabalho e o conhecimento da realidade

regional. Um processo formativo que articula o Curso com o trabalho de assistente sociais, as particularidades das expressões da questão social e as políticas sociais na realidade regional.

A partir do estágio firmamos relações com os municípios de Santos, Guarujá, São Vicente, Praia Grande, São Paulo, Diadema, São Bernardo do Campo, Itanhaém, Cubatão, Peruíbe nas políticas de Assistência Social (proteção básica e especial); Habitação; Educação; Saúde (nível assistencial ambulatorial, assistencial ambulatorial especializado, saúde hospitalar); Sociojurídico; ONGs (política da assistência social e saúde); empresa (política empresarial).

Em relação aos/as egressos/as do Curso, no levantamento realizado no ano de 2014⁴², aponta que 50% deles/as trabalham como assistentes sociais em municípios da Baixada Santista, sendo 78% no campo das políticas sociais. Cerca de 50% continuam estudando, inseridos em Programas de Pós-graduação *lato e stricto sensu* (Mestrado, Residências e Especializações).

No percurso de 2009 até os dias atuais, o contexto da graduação aponta novos caminhos e desafios na perspectiva da consolidação da área de Serviço Social na Universidade. Neste sentido, em 2016, o Curso avança na criação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais/PPGSSPS (mestrado acadêmico), hoje com dez docentes do Curso compondo o grupo, com mestrado e ampla disseminação da produção científica da área, fortalece a região com a oferta do único programa de pós-graduação em Serviço Social público e gratuito. A Pós-Graduação marca um nítido amadurecimento da área de Serviço Social na UNIFESP, potencializando a produção do conhecimento e a relação político-acadêmica recíproca na unidade da graduação e da pós-graduação.

Na trajetória do Curso registra-se expressivo protagonismo político acadêmico de estudantes, docentes e técnicos que têm contribuído para unidade e fortalecimento da formação e do trabalho profissional nas entidades da categoria (ABEPSS e Conjunto CFESS-CRESS) e estudantil (ENESSO), nas instâncias de participação e

⁴² O Projeto Bolsa de Iniciação À Gestão, da PROEX, intitulado “Apoio à gestão da informação e da comunicação no curso de Serviço Social” teve como proposta criar um espaço de intersecção entre a formação acadêmica e a gestão educacional para contribuir com o processo de revisão do PPP do Curso de Serviço Social. Uma iniciativa de levantamento de dados do/a egresso/a. Foram convidados 88 ex-alunos/as, trinta e seis participaram da pesquisa, sendo doze formados/as no ano em 2013 e vinte e quatro formados/as em 2014.

de gestão da Universidade (Departamentos, Curso, Pró-Reitorias), nos espaços de controle democrático das políticas sociais e nos movimentos sociais de luta e defesa de direitos da classe trabalhadora, alargando as fronteiras do conhecimento e da participação política da Universidade. Ressalta-se a participação de docentes no campo da educação pública, compondo comissões nacionais na área de ensino e pesquisa (SINAES, CONEP), Programas de Residência Multiprofissional (Câmara Técnica).

Há forte inserção política de estudantes em movimentos estudantis, movimentos sociais e partidos políticos que trazem para o ambiente universitário suas pautas, reivindicações e promovem formações alternativas e enriquecedoras do percurso acadêmico.

Esta característica também se encontra no perfil de docentes e técnicos do Curso, nos conteúdos das UCs e confluem para efervescência política e cultural que, por vezes, geram tensões, provocações e “desassossegos” que exigem articulações e posicionamentos permanentes do Curso.

O projeto de formação profissional se fundamenta na questão social e no trabalho do/a Assistente social. A questão social, compreendida como resultante da desigualdade social e os seus enfrentamentos nas relações Estado e classes sociais e, o trabalho profissional, em seus fundamentos e processos inscritos nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, conforme aponta as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 nos seus pressupostos norteadores da concepção de formação profissional:

O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho. (...) O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais. (ABEPSS, 1996, p. 5/6)⁴³.

Sendo o Serviço Social uma profissão e uma área de conhecimento, estabelece interlocução com as ciências humanas e sociais. A sua inserção no Campus Baixada

⁴³ Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. [ABESS/CEDEPSS \(abepss.org.br\)](http://ABESS/CEDEPSS (abepss.org.br)) Disponível em: Acesso em 30/06/2022.

Santista confere uma particularidade na interlocução interdisciplinar com a área e o trabalho na saúde.

O Curso se orienta por pressupostos – epistemológico-teóricos, didático-pedagógicos e metodológicos – articulados e interdependentes que compõem a estruturação do percurso formativo.

Os pressupostos epistemológicos e teóricos afirmam a dimensão ontológica e histórica da formação acadêmico-profissional, conforme as diretrizes norteadoras da área de Serviço Social:

- A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico metodológica e ético política, como requisito para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade;
- Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país;
- Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado”⁴⁴.
- Estes pressupostos são materializados pela adoção dos seguintes princípios:
- Adoção de uma teoria social crítica, que possibilite a apreensão da totalidade social;
- Dimensões investigativa e interventiva tomadas como central na formação e na relação teoria-realidade;
- Pluralismo como princípio ético;
- Ética como princípio universal que permeia o processo formativo em sua totalidade;
- Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;

⁴⁴ MEC/SESU, Diretrizes para o Curso de Serviço Social, Comissão de Especialistas, 1999

- Pesquisa como componente transversal da formação acadêmica comprometida com a produção de conhecimento;
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Indissociabilidade entre supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio;
- Flexibilidade de organização da matriz curricular expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
- Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
- Padrões de qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades, garantindo-se na matriz espaços para iniciação científica, extensão, participação em núcleos de estudos e pesquisas entre outros.

A estes pressupostos epistemológicos e teóricos são incorporados os princípios assumidos pelo PPP do Campus/ISS, reafirmados como princípios de formação do Curso de Serviço Social, resguardando algumas de suas peculiaridades:

- A indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, entendidos como os pilares de sustentação da universidade, em seus diferentes níveis. Desta forma, pesquisa e extensão são vistas como indissociáveis do processo ensino aprendizagem. A pesquisa realimenta o processo de ensino na busca de respostas para as diferentes inquietações encontrando no próprio ensino um campo fecundo de alimentação. A extensão possibilita a aproximação dos estudantes e docentes à realidade local e regional, através da prática de busca de respostas aos temas candentes da realidade social, alimentando os currículos e possibilitando novas pesquisas.
- A pesquisa como elemento impulsionador do ensino e da extensão toma um papel central no processo de formação de profissionais críticos e propositivos.

- A prática profissional como eixo norteador do projeto pedagógico implica em tomar a realidade como ponto de partida do processo de conhecimento e de formação.
- A interdisciplinaridade como condição necessária para redimensionar as relações entre diferentes conteúdos e áreas do conhecimento.
- A postura ativa do estudante na construção do conhecimento.
- A postura facilitadora/mediadora do docente no processo ensino/aprendizagem pressupõe um docente que assuma um papel ativo na acessibilidade pedagógica; nos caminhos de busca, escolha e análise das informações, contribuindo para que sejam desenvolvidos estilos e estratégias de estudo, pesquisa e socialização do que foi apreendido; metodologias que priorizem a participação, interação e construção de conhecimentos.
- A integração com a comunidade: a aproximação entre a universidade e a realidade local e regional tem como finalidade aproximar os estudantes e docentes das demandas concretas da realidade, identificando as diferentes manifestações da questão social. A universidade pública no contexto nacional, regional e local tem a função social de disponibilizar o seu arsenal científico junto com a sociedade local – gestores públicos, movimentos sociais e sociedade civil – e a partir da produção do conhecimento, contribuir para o enfrentamento das questões identificadas.
- A integração entre os diferentes níveis de ensino e pesquisa se apresentam como condição para a relação entre as atividades de graduação, pós-graduação e residência, bem como das interfaces e interdependências que existem entre estes três momentos de ensino.
- A dinamicidade do plano pedagógico: o projeto político pedagógico é resultado de um processo de construção e reconstrução permanente, o que supõe acompanhamento, avaliação e monitoramento.
- A avaliação formativa como feedback do processo que deve subsidiar todo o processo de formação, fundamentar novas decisões, direcionar os destinos do planejamento e reorientando-o. (Projeto Político Pedagógico do Campus Baixada Santista: 2006).

Em relação aos pressupostos didático-pedagógicos, a concepção fundante considera que o processo formativo não está dado a priori. Não estão fora do contexto e das relações que o determinam, nem tampouco se encerram em si mesmo. Diferentemente, mantém uma relação orgânica com a dinamicidade da realidade social, do território, das práticas diversas e da articulação entre teoria-prática.

O papel docente é de facilitador/mediador do processo formativo, possibilitando o desenvolvimento da aprendizagem e da postura ética e ativa da/o estudante na construção do conhecimento e na atuação profissional, por meio de uma didática colaborativa, dialogada e problematizadora, que promova o pensamento crítico e autônomo, interações com múltiplos universos culturais e com diversas manifestações da realidade social.

Além desses aspectos, os pressupostos didático-metodológicos são elementos estruturantes da Organização Curricular comprometidos com a:

- Garantia de acessibilidade atitudinal, por meio de processos afirmativos de respeito às diferenças de gênero, raça, etnia, orientação e diversidade sexual, políticas e religiosas, sem preconceito, estigmas, estereótipos e discriminações.
- Garantia da acessibilidade pedagógica, nas metodologias e técnicas de estudo, partindo do conhecimento das condições objetivas e subjetivas que interferem no seu processo de aprendizagem, buscando alternativas de acompanhamento pedagógico complementar e estratégias facilitadoras da inclusão educacional.
- Acessibilidade de comunicação, a estudantes com deficiência (PCD), através de língua de sinais, Braille, grafia ampliada, uso de computador e as diversas formas e expressões da comunicação.
- Acessibilidade digital mediante a disponibilização de acessos físicos, tecnologias assistivas, equipamentos e programas adequados.

A relação teoria-prática constitui o pressuposto metodológico para a formação do/a assistente social, cujo perfil profissional se constitui na relação de criticidade, competência e compromisso com determinado projeto societário *sem dominação/exploração de classe, raça-etnia e gênero* conforme Código de Ética Profissional do/a Assistente Social.

A *relação teoria-prática* no processo de formação deve ser assegurada no percurso acadêmico por meio de práticas pedagógicas que possibilitem a compreensão do movimento da produção/reprodução da vida social e das expressões da questão social de forma crítica. Também devem proporcionar o conhecimento dos procedimentos operativos para contribuir com a atuação profissional e intervenções propositivas na dinâmica societária.

As perspectivas reflexiva, crítica, dialógica e propositiva estão presentes nas metodologias utilizadas na relação docentes e estudantes, nos diversos espaços e nas atividades pedagógicas ao longo do processo formativo, desenvolvidas de forma diversificada, tanto nos espaços da universidade como em experiências de inserção acadêmica e profissional na realidade regional, tais como: aulas, oficinas, seminários temáticos, supervisão acadêmica, estágio, atividades de extensão, pesquisa, monitoria, participação em congressos, eventos e atividades culturais. O processo de ensino-aprendizagem implica na introdução e uso das tecnologias de informação e comunicação.

São pressupostos metodológicos norteadores do processo ensino-aprendizagem:

- Partir do conhecimento prévio dos estudantes para apresentar questionamentos e novos conteúdos na perspectiva de desenvolver a capacidade investigativa, de raciocínio analítico e crítico, de apreensão e compreensão da realidade a partir de diversas referências teórico-metodológicas;
- Prescindir de metodologias dialogadas, participativas e construídas coletivamente e individualizada, na exposição de conteúdos, análises de textos, filmes e realidade cotidiana;
- Promover a produção de conhecimento e desenvolvimento da postura profissional a partir de experiências que promovam a apreensão de referenciais teórico-metodológicos e experiências investigativas e interventivas;
- Avaliação do desempenho dos estudantes como processual, qualitativa e reflexiva.

Os pressupostos epistêmicos que orientam o Curso de Serviço Social da UNIFESP contribuem para o desvendamento da realidade social, política, econômica da

sociedade brasileira e da região da Baixada Santista; ainda, fortalecem a construção e elaboração de mediações, estudo, análise e respostas concretas frente aos desafios e requisições profissionais. Tem fundamentação teórico-metodológica de densidade crítica, apoiada especialmente na contribuição das áreas das Ciências Sociais e seus interlocutores, contribuindo, inclusive, no avanço da produção do conhecimento, incorporando e atualizando os debates no campo das determinações sócio-históricas, permeados pelas dimensões de gênero, sexualidades, raça/etnia e classe.

5. OBJETIVOS DO CURSO

5.1 Objetivo Geral:

Oferecer uma formação com sólida fundamentação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, que permita apreender o significado sócio-histórico da profissão e de intervir de forma crítica, qualificada e propositiva nos espaços sócios ocupacionais dos/as assistentes sociais, considerando a realidade local, regional e nacional. Isso supõe o conhecimento das diferentes expressões da questão social; formas de organização e de lutas sociais; respostas do Estado e das políticas sociais; os espaços sócio-ocupacionais que vem se diversificando e sofrendo profundas alterações na contemporaneidade gerando novas demandas e desafios. Implica também em uma formação que se sustente nos avanços da profissão na produção do conhecimento, nas respostas exigidas pela dinâmica societária e profissional, considerando o patriarcado, o racismo, o sexismo e a luta de classe como componentes estruturais da sociabilidade brasileira, que demandam apropriação e enfrentamento em acordo às direções políticas e organizativas das entidades nacionais da categoria.

5.2 Objetivos Específicos:

Nesta perspectiva pretende-se formar Assistentes Sociais críticas/os/es e com sólida fundamentação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético política, com capacidade de:

- Identificar as diferentes manifestações da questão social, as formas de enfrentamento e articulação com os sujeitos de direitos das políticas sociais e os movimentos sociais;
- Articular os fundamentos teórico-metodológicos da profissão com as exigências postas no cotidiano do trabalho profissional;
- Responder às demandas sócio-históricas dos usuários dos serviços sociais respeitando e comprometendo-se com os valores e princípios norteadores do Código de Ética da/o Assistente Social e do projeto ético-político profissional

nos marcos históricos, teóricos e políticos: antirracista, antimachista, anti-lgbtqui+fóbico e anticapitalista;

- Desenvolver competências e habilidades para observar, escutar e intervir nas diferentes manifestações da questão social, através de abordagens individuais, grupais e coletivas.
- Atuar em equipes interdisciplinares e interprofissionais.

6. PERFIL DO EGRESSO

A formação profissional em Serviço Social tem como referência as atribuições e competências definidas na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei No. 8.662/1993), a saber:

- Formular e executar políticas sociais em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil;
- Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- Contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- Realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais;
- Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- Realizar estudos socioeconômico-sociais para identificação de demandas e necessidades sociais;
- Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;
- Exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área de Serviço Social;
- Supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social.
- Integrar equipes interdisciplinares nos diferentes espaços sócio-ocupacionais na gestão, elaboração, execução de políticas e projetos sociais.

Neste sentido, espera-se ao final da formação profissional no Curso de Serviço Social da UNIFESP, consolidar um perfil da/o/e egresso/a/e em que possam atuar:

nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no

conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social⁴⁵ .

⁴⁵ Conforme as Diretrizes Curriculares elaboradas pela equipe de especialistas de 1999. Disponível em: [Diretrizes Curriculares elaboradas pela equipe de especialistas de 1999](#). Acesso 30/06/2022.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso de Serviço Social se alicerça e se fundamenta nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS⁴⁶ e nas Diretrizes Curriculares Nacionais CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002, sendo norteado pela Lei de Regulamentação da Profissão e pelo Código de Ética do/a Assistente Social. O Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo, inscrita na divisão sócio técnica do trabalho, atuando nas esferas estatal (executiva: previdência social, assistência social, saúde, habitação, educação, justiça e segurança, lazer e cultura; judiciário: Fóruns e Varas, Defensoria Pública e Ministério Públicos), privada empresarial, nas organizações privadas não lucrativas, nas organizações da classe trabalhadora e nos espaços públicos de controle democrático, o que lhe confere uma formação generalista.

Como uma das áreas de formação do Instituto Saúde e Sociedade (ISS) do *Campus* Baixada Santista, o Curso de Serviço Social se desenvolve e se consolida por sua relação política, institucional e acadêmica com o Projeto Político Pedagógico (PPP) desse Instituto. É importante destacar que o PPP do ISS vincula seis cursos⁴⁷ - Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Terapia Ocupacional, Psicologia e Serviço Social – em uma proposta formativa interdisciplinar e interprofissional em saúde, direcionada por Eixos Comuns que perpassam a Organização Curricular das áreas de formação, denominadas Eixos Específicos.

Para garantir esta formação interdisciplinar voltada a temas atuais, os cursos compartilham um desenho curricular direcionado por eixos de formação que perpassam os anos de graduação. Em cada um dos eixos, a proposta curricular é constituída por módulos aglutinadores de áreas temáticas afins. Um dos arranjos organizacionais que procuram consolidar pedagogicamente a formação interdisciplinar e interprofissional é a existência de três eixos comuns- os eixos: “O ser humano e sua dimensão biológica”, “O ser humano e sua inserção social” e “Trabalho em Saúde”. Os módulos ministrados por esses três eixos são voltados para turmas mistas dos cursos. (PDI 2021-2025, p. 70)

A Organização Curricular do PPP do Curso de Serviço Social estabelece vínculos com dois dos Eixos comuns do PPP do *Campus/ISS*: “O Ser Humano e Sua Inserção

⁴⁶ Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, Comissão de Especialistas, 1999; CFESS, Lei nº 8662/93 que regulamenta a Profissão; CFESS, Código de Ética dos Assistentes Sociais, Brasília, 1993

⁴⁷ Além dos 6 Cursos, foi criado em 2012 o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia do Mar e, em 2015 os Cursos de Engenharia do Petróleo e Recursos Renováveis e de Engenharia Ambiental.

Social” (IS) e Eixo “Aproximação ao Trabalho em Saúde” (TS) num constante movimento, incorporam, compõem e integram um conjunto interdisciplinar de conhecimentos que vão desde a aprendizagem do “fazer pesquisa”, passando pela produção do conhecimento, com vistas à intervenção social. Todos os processos essenciais à formação do profissional em Serviço Social.

Nesta relação, entre Eixos Comuns e Eixos Específicos, mais propriamente entre o Eixo O Ser Humano e sua Inserção Social, o Eixo Aproximação ao trabalho em saúde e o Eixo Específico em Serviço Social há particularidades, movimentos e desafios importantes na construção de uma lógica curricular que preserve os princípios do PPP do Campus e das áreas de formação.

7.1 Organização Curricular do Eixo Comum Trabalho em Saúde - TS⁴⁸

A proposta de formação do Eixo *Trabalho em Saúde* – TS - insere-se no contexto dos movimentos de mudanças na formação dos profissionais de saúde. As atividades de ensino do Eixo abrangem os três primeiros anos dos cursos de graduação de Fisioterapia, Educação Física, Nutrição, Psicologia, Terapia Ocupacional e os dois primeiros anos do curso de Serviço Social - vespertino e noturno - perfazendo um total de aproximadamente 700 estudantes em cada semestre.

O princípio do Eixo Trabalho em Saúde é facilitar a construção de um agir no mundo, incluído o trabalho em saúde, que considere as dimensões técnicas, éticas, sócio-históricas e políticas da vida.

As diretrizes que orientam o Eixo *Trabalho em Saúde* são:

1. Possibilitar a construção de um raciocínio crítico que consiga estabelecer relações entre as múltiplas dimensões do trabalho em saúde e do processo saúde-doença-cuidado; as condições sociais e históricas de saúde, considerando a determinação social desta; a dimensão singular e coletiva do adoecimento; as práticas de atenção à saúde e os modos de gestão e organização dos serviços;

⁴⁸ Texto elaborado pelo Eixo Comum Trabalho em Saúde/TS.

2. Contribuir para constituir um corpo de conhecimento ético-técnico-conceitual que sirva de referência às diversas áreas profissionais da saúde, ampliando as possibilidades de trabalho em equipe;
3. Desenvolver o olhar, a escuta e a sensibilidade para ampliar a percepção do/da profissional de saúde sobre as demandas e necessidades de atenção;
4. Possibilitar o exercício da alteridade, de deslocamento em direção ao outro, visando ampliar a interação entre os sujeitos envolvidos: profissionais, usuários/as, estudantes e docentes;
5. Contribuir para desenvolver uma prática que dialogue com os diferentes saberes, com os desejos, com a singularidade de quem demanda atenção em saúde;
6. Desenvolver recursos para lidar com o momento do encontro com e entre os sujeitos, facilitando a construção de conhecimentos e habilidades para lidar com conflitos, contradições, identificações e transformações que emergem da práxis;
7. Contribuir para uma formação comprometida com as lutas antirracistas, sexistas e demais condições discriminatórias, com vistas à dignidade humana como um direito, e de acordo com a Política Carolina Maria de Jesus⁴⁹, de Promoção da Equidade e Igualdade Étnico-racial, Prevenção e Combate ao Racismo de dezembro de 2021-Unifesp.

As estratégias de formação, ensino e aprendizagem, do Eixo TS consistem em atividades nos territórios, vivências, supervisões, rodas de conversa, aulas teóricas e pesquisas orientadas, que valorizam a participação e o envolvimento dos estudantes na construção do conhecimento. A interação e exposição a situações vivenciadas no cotidiano das práticas de atenção à saúde são os pontos de partida para a formação-aprendizagem, que mediada por referenciais teóricos pluriepistêmicos ampliam os atributos que qualificam o agir produzido em diálogo com a prática. A estratégia pedagógica se ampara na constituição de turmas de estudantes e docentes que

⁴⁹ Disponível em:

https://www.unifesp.br/reitoria/dci/images/docs/consu/resolucoes/2021/Resolu%C3%A7%C3%A3o_212_0853414_publicada_21out2021.pdf

contemplem a coprodução da interdisciplinaridade e interprofissionalidade, para além de turmas constituídas de docentes e estudantes dos diferentes cursos da área da saúde do Instituto Saúde e Sociedade, tensionando e problematizando as diferentes concepções da interprofissionalidade, considerando que no Brasil e, particularmente no SUS, a concepção de interprofissionalidade assume características singulares, como a prática entreprofissional ⁵⁰.

Em decorrência, os módulos semestrais estão organizados de forma a promover a inserção dos/as estudantes, desde o primeiro ano da graduação, em atividades que possibilitam o contato, nos municípios da Baixada Santista, com diferentes grupos populacionais, nos diferentes territórios. Procura-se, desta forma, aproximar os/as estudantes dos problemas de saúde da população e dos serviços da rede de atenção à saúde e outras áreas. Há um permanente esforço de articular os referenciais teóricos às práticas, bem como sustentar e aprimorar o diálogo com os demais Eixos constitutivos do Projeto Político Pedagógico do Instituto Saúde e Sociedade *do campus*.

Assim, a proposta de formação desenvolvida, além de ampliar as possibilidades de articulação entre as diversas atividades práticas da universidade (estágios, residências e políticas indutoras de reorientação da formação dos profissionais de saúde como: VerSUS, Pró-Saúde, PET-Saúde e outros), contribui para a articulação da universidade com os gestores públicos, com o diálogo com as equipes dos serviços da rede municipal, buscando não só identificar possibilidades de ação conjunta a partir de suas necessidades, mas também contribuir para ampliar as redes de cuidado territoriais, a sistematização das informações sobre as ações nos territórios e as ações desenvolvidas.

Essa interação e exposição a situações vivenciadas no cotidiano das práticas de atenção à saúde, que exigem uma articulação com a comunidade, são os elementos centrais que identificam o Eixo TS como um Eixo com características extensionistas natas. Sendo assim, dos cinco módulos implantados, três estão curricularizados como extensionistas, na totalidade de sua carga horária, o que não exclui o reconhecimento de que os demais termos do Eixo também possuem caráter extensionista.

⁵⁰ CAPOZZOLO, et al. Formação interprofissional e produção do cuidado: análise de uma experiência. Interface (Botucatu) 22 (Suppl 2) 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0679>

As atividades do Eixo TS envolvem técnicos e docentes da área de saúde coletiva e dos diversos cursos de graduação, totalizando cerca de 40 docentes a cada ano. Também envolvem equipes de diversos serviços públicos de Santos (Saúde, Educação, Assistência Social, Esportes, Cultura) e de outros municípios da Baixada Santista, além de serviços ou equipamentos de outras instituições da sociedade civil organizada e de movimentos sociais.

A avaliação dos módulos é processual, contínua e formativa. Cada módulo possui modos de avaliação singulares, de acordo com suas especificidades. Para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, há docentes lotados especificamente no Eixo Trabalho em Saúde e, a cada semestre, há articulações com docentes dos seis Eixos Específicos.

Os módulos do Eixo *Trabalho em Saúde*:

1°. Termo - Condições de vida e produção social de saúde: com 40 horas, tem o objetivo de conhecer as diversas condições de vida da população e suas implicações para o processo saúde-doença e cuidado.

2°. Termo - Desigualdades sociais e políticas de saúde no Brasil: com 80h, objetiva discutir o processo histórico-social de desigualdade em saúde para a compreensão da construção do Sistema Único de Saúde - SUS e implicações contemporâneas, apresentar noções básicas da epidemiologia sob a perspectiva da epidemiologia crítica social e suas contribuições para as políticas de saúde e para o trabalho em saúde.

3° e 4°. Termos: os módulos ocorrem de forma concomitante, ou seja, são oferecidos ao mesmo tempo nos dois semestres (3o. e 4o. dos cursos) e as turmas são organizadas de modo que todos/as os/as/es estudantes matriculados/as nos cursos possam cursá-las, com exceção para o curso de Serviço Social, que não inclui o módulo Grupos e promoção da saúde em sua matriz curricular. Ambos os módulos são curricularizados como extensionistas na sua íntegra. São os módulos denominados:

- **Encontro e produção de narrativas:** com 80h, tem o objetivo desenvolver uma abordagem de escuta sensível, que amplie as possibilidades de alteridade e construção de vínculo, desenvolvendo uma clínica comum aos diversos profissionais

que possibilite a identificação de necessidades de saúde por meio da produção de narrativas.

- **Grupos e promoção da saúde:** com 80h, objetiva possibilitar o exercício do trabalho em equipe para o planejamento, organização e execução de práticas grupais coletivas comuns às cinco áreas da graduação, ampliando os espaços de escuta, diálogo e reflexão a fim de possibilitar ações de promoção da saúde.

Para a organização pedagógica dos módulos do 3º e 4º termos, que acontecem em concomitância, os(as) estudantes de cada Eixo Específico são divididos em duas turmas. Essa divisão é mediada pelos coordenadores de cursos e representantes de turma. No 3º termo, metade dos estudantes dos cursos cursam o módulo de “Encontro e produção de narrativas” e a outra metade dos estudantes cursam o módulo de “Grupos e promoção da saúde”. No 4º termo, essa distribuição se inverte. O mesmo modelo de distribuição dos estudantes é adotado também no módulo “Clínica comum: produção do cuidado”, em que metade da turma cursa o módulo no 5º termo e a outra metade no 6º termo.

Dos quatro módulos organizados pelo Eixo TS, três compõem o percurso formativo no PPP do Curso de Serviço Social⁵¹: Condições de Vida e a Produção Social da Saúde, Desigualdades Sociais e Políticas de Saúde no Brasil e Encontros e Produção de Narrativas

⁵¹ Vale ressaltar que conforme o Curso foi se consolidando, como área de formação no *Campus* e na Unifesp, emergiram peculiaridades e necessidades de mudanças resultantes do amadurecimento coletivo do corpo docente e discente e de sistemáticas avaliações que levaram a alterações na matriz curricular. “Em relação ao Eixo Aproximação ao Trabalho em Saúde (TS), orientados pela defesa do percurso formativo interdisciplinar e interprofissional, permanecemos no 1º, 2º e 3º módulos (respectivamente os módulos: Condições de Vida e a Produção Social da Saúde, Desigualdades Sociais e Políticas de Saúde no Brasil e Encontros e Produção de Narrativas), com a condição de inserção dos/as estudantes sem a concomitância prevista pelo Eixo, para o 3º e 4º módulos e, também, de amplo debate e posicionamento do Campus sobre o período noturno” (PPPC 2016, p. 24).

7.2 Organização Curricular do Eixo Comum O Ser Humano e sua Inserção Social – IS⁵²

O Eixo Comum *O Ser Humano e sua Inserção Social* tem como pontos de partida a compreensão da formação como um processo de compreensão crítica da complexidade das experiências sociais contemporâneas, relacionando-as com a atuação profissional, abrangendo diferentes dimensões da produção da vida humana (educação, trabalho, condições de vida, subjetividade, relações sociais).

Tais marcos interpretativos das práticas sociais e da formação coadunam-se com um entendimento ampliado das relações sociais, das culturas e das políticas, buscando superar relações de causalidade linear e contribuindo na instauração de uma formação acadêmica que se nutre do diálogo entre diferentes, do alargamento dos caminhos de produção do conhecimento, de uma perspectiva crítica, valorizando a pluralidade dos saberes e das experiências humanas

Os compromissos assumidos com a formação ancoram-se em uma compreensão das Ciências Humanas e Sociais que rompe com um caráter instrumental e/ou acessório dos conteúdos e metodologias próprias desses campos científicos, envolvendo-se na construção da reflexão crítica sobre a realidade, considerando as experiências sociais nas situações do trabalho, das políticas públicas, das relações sociais, das condições materiais de vida, na produção da desigualdade, no reconhecimento da interculturalidade, do direito, da participação e do controle social.

Nas encruzilhadas das Ciências Sociais, da Psicologia, da Educação, da Antropologia, dentre outros, esboçam-se experiências formativas que podem ser potencialmente transformadoras de uma formação comprometida com a construção de uma sociedade com mais justiça social e equidade. Para a concretização do processo educativo proposto por este Eixo e em coerência com os princípios norteadores do Projeto Político-Pedagógico dos Cursos do Instituto Saúde e Sociedade (ISS), as escolhas pedagógicas privilegiam os enfoques problematizadores, os exercícios metodológicos que aproximam das realidades, uma permanente articulação com a prática e a valorização do diálogo com outros Eixos comuns e específicos, em um desenho curricular interprofissional e interdisciplinar.

⁵² Texto elaborado pelo Eixo Comum O Ser Humano e sua Inserção Social/IS.

Na valorização de enfoques problematizadores busca-se a compreensão crítica das realidades sociais contemporâneas, relacionadas com a atuação profissional, num constante diálogo com os Eixos Comuns *O Ser Humano em sua Dimensão Biológica e Trabalho em Saúde*, bem como com os *Eixos Específicos*. O investimento, portanto, é na superação da concepção que desarticula e fragmenta saberes, instaurando fluxos pluriépistêmicos.

O Eixo *O Ser Humano e sua Inserção Social* tem como objetivos centrais:

- contribuir na formação do/da estudante para a atuação profissional e o conhecimento crítico engajado na transformação social, pautados nas contribuições teórico-metodológicas das Ciências Sociais e Humanas em sua relação com as distintas áreas de formação dos cursos;
- fomentar a utilização, teórica e metodologicamente, do instrumental das diferentes áreas do conhecimento das ciências humanas e sociais na construção dos conhecimentos e nas práticas profissionais;
- discutir e analisar relações entre natureza e cultura, diversidade cultural e desigualdade social, trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas e seus impactos nas relações sociais, Estado, direitos e participação social, noções socioculturais do corpo, estigma e subjetividade, a constituição do humano nos distintos momentos da vida, os marcadores sociais da diferença, gênero, raça/etnia e políticas públicas;
- contribuir, na perspectiva antirracista, para uma prática profissional comprometida com a justiça social e equidade nas diferentes áreas de atuação junto aos serviços e as políticas públicas;
- fomentar modos de lidar e compreender a complexidade das experiências sociais contemporâneas, articulando educação antirracista, direitos humanos, ambiente e políticas públicas.

Os compromissos assumidos com a formação em saúde ancoram-se em uma compreensão das Ciências Humanas e Sociais como partes integrantes de um processo de formação profissional e de produção de epistemologias plurais, pós-coloniais e decoloniais.

A arquitetura curricular, *esculpida* permanentemente e em contínua revisita crítica, abrange quatro módulos obrigatórios, desenvolvidos ao longo de dois anos dos trajetos acadêmicos dos/das estudantes, em turmas mistas e interprofissionais (com exceção da turma do Curso Serviço Social, noturno), articulando os e as docentes vinculadas/os ao próprio Eixo com professores e professoras vinculadas aos Cursos de Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional.

Dos quatro módulos organizados pelo Eixo IS⁵³, dois compõem o percurso formativo no PPP do Curso de Serviço Social⁵⁴:

- **Natureza, Cultura e Sociedade** (40h, primeiro termo), com os objetivos de analisar a relação entre natureza-cultura e as implicações dos conceitos de cultura e sociedade para a reflexão sobre os processos de etnocentrismo e relativismo cultural e discutir modos de vida na sociedade contemporânea.
- **Constituição do Humano, Políticas e Marcadores Sociais da Diferença** (40h, quarto termo), com os objetivos de discutir sobre a constituição do humano, enfatizando as concepções sócio-históricas e culturais dos ciclos de vida; analisar os ciclos da vida em intersecção com os marcadores sociais da diferença como, classe, raça/etnia, gênero e sexualidade e refletir sobre a importância e relevância das políticas de afirmação de diferenças no mundo contemporâneo.

A composição de módulos do Eixo *O Ser Humano e sua Inserção Social* abrange, também, as Unidades Curriculares Eletivas que buscam ampliar e adensar os estudos a partir das Ciências Sociais e Humanas em Saúde. São módulos em permanente

⁵³ Natureza, Cultura e Sociedade (40h, 1º termo), Capitalismo, Trabalho e Direitos (80h, 2º termo), Subjetividade, Corpo e Estigma (40h, 3º termo), Constituição do Humano, Políticas e Marcadores Sociais da Diferença (40h, 4º termo)

⁵⁴ O PPPC de 2016 explica a definição dos módulos que compõem a matriz curricular: “Em relação ao Eixo o Ser Humano e sua Inserção Social (IS), orientados pela lógica dos conteúdos programáticos mantivemos nossa inserção no módulo do 1º termo (Natureza, cultura e sociedade) e mudamos para o módulo do 4º termo (Constituição do humano, políticas e marcadores sociais da diferença). Esses módulos abrangem áreas disciplinares fundamentais para formação em Serviço Social, em especial, as áreas de Antropologia e Ciências Sociais e, respondem diretamente as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Brasileira e para graduação em Serviço Social (educação em direitos humanos, das relações étnico-raciais e ambiental). Possibilitam aprofundar a discussão sobre natureza, cultura e sociedade; maior aproximação dos estudantes a realidade dos modos de vida nas sociedades contemporâneas e, ampliam a discussão sobre os ciclos da vida a partir das intersecções dos marcadores sociais da diferença, e o modo como suscitam formas específicas de atuação política” (PPPC, 2016, p. 24).

construção e articulação interdisciplinar, interprofissional e entre os diferentes momentos curriculares, como: Introdução aos estudos anticoloniais, pós-coloniais e decoloniais; Introdução aos estudos sobre o colonialismo; LabDOC: aprender juntas para ensinar colaborativamente; Práticas Integrativas Complementares na Saúde Pública e Práticas Contemplativas: Meditação e Artes da Presença.

A tessitura pedagógica dos módulos (Unidades Curriculares, UCs) dialoga, também, com o previsto nos temas transversais de formação que tratam de Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012) e Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004) e Educação Ambiental (Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012). Dessa forma, os módulos (UCs) abordam os conteúdos referentes aos Direitos Humanos e às Relações Étnico-Raciais a partir do referencial teórico das Ciências Humanas e Sociais.

Na busca por uma arquitetura curricular tecida na porosidade, na abertura epistemológica, na produção de saberes múltiplos e socialmente referenciados, o Eixo *O Ser Humano e sua Inserção Social* concretiza em sua proposta da Curricularização da Extensão, o compromisso com uma formação baseada na educação antirracista, em consonância com a Política Carolina Maria de Jesus de Promoção da Equidade e Igualdade Étnico-racial, Prevenção e Combate ao Racismo aprovada na Unifesp em 2021.

A partir de uma proposta de Curricularização da Extensão interprofissional, interdisciplinar e inter-termos que privilegia momentos de formação antirracista ao longo do percurso no âmbito do Eixo *O Ser Humano e sua Inserção Social*, compromete-se com a formação de futuros/as/es profissionais de saúde que atuarão nos setores públicos de saúde, educação e assistência social e outros, a partir de uma prática extensionista comprometida com a justiça social e equidade.

7.3 Organização Curricular do Eixo Específico – Curso de Serviço Social

A Organização Curricular do PPP do Curso de Serviço Social se estrutura a partir de um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se expressam em NÚCLEOS DE FUNDAMENTAÇÃO da Formação Profissional. São eles: 1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2- Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Essa organização estabelece a lógica da matriz de formação profissional, constituída por uma totalidade de conhecimentos, expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades (ABEPSS, 1996).

Os Núcleos de Fundamentação da Formação Acadêmico Profissional em Serviço Social apresentam, portanto, dimensões indissociáveis de um mesmo processo de conhecimento, em seus componentes teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico operativos, constitutivos do trabalho profissional. “É uma lógica inovadora que supera fragmentações do processo de ensino e de aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos com experiência concreta no decorrer da formação profissional” (MEC/SESU/ Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, 1999). Assim, não representa um tratamento classificatório, hierárquico e muito menos a abordagem sequencial entre os núcleos de fundamentos. Refletem distintas e complementares dimensões e níveis de abstração de categorias de análise para a abordagem dos processos sociais em seu movimento e no complexo de contradições que os constitui. A pesquisa comparece como um elemento central na formação e no trabalho profissional.

Outra característica dessa organização curricular é que os conteúdos, tópicos de estudo e matérias básicas se traduzem em Unidades Curriculares, nas suas diversas modalidades, como seminários temáticos, oficinas, atividades complementares, pesquisa, extensão, intercâmbios, estágios curriculares, monitorias, eventos etc. Todas reconhecidas como componentes curriculares, estratégias e mecanismos formativos, valorizando a participação da/o aluna/o na dinâmica da vida universitária.

Ressalta-se que no PPP de 2011, os Núcleos de Fundamentação da Formação Acadêmica Profissional em Serviço Social eram denominados como Eixos, seguindo a denominação do PPP do Campus e, posteriormente, no processo de

amadurecimento e das reflexões críticas do Curso, na sua relação de interdependência com o PPP do ISS, os Eixos Comuns passaram a ser considerados parte desses Núcleos de Fundamentação, conforme dispõe o PPP do Curso de 2016.

Assim, os módulos do Eixo IS integram o Núcleo Fundamentos teóricos metodológicos da vida social e, os módulos do Eixo TS integram o Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional, como uma das áreas do exercício profissional em Serviço Social. Essa organização curricular constitui um diferencial do Curso na UNIFESP/Baixada Santista em relação à graduação da área no país.

Outra alteração realizada no PPPC de 2016, diz respeito à supressão do Eixo de Fundamentos da Formação Científica que compunha o PPP de 2011. Na revisão realizada em 2016 ficou entendido que seus conteúdos são transversais aos Núcleos de Fundamentos, não se configurando como um eixo em si. Os conhecimentos teórico-metodológicos referentes à formação acadêmica científica permanecem e se reorganizam em UCs específicas incorporadas aos Núcleos de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social e do Trabalho Profissional. Esta reorganização reafirma a perspectiva da formação científica no processo de formação profissional, seja por meio das diferentes UCs, seja nas possibilidades de participação em núcleos/grupos de estudos, reservando à dimensão investigativa e à pesquisa um lugar central na graduação.

Portanto, a direção do processo formativo no universo da produção e reprodução das relações sociais, explicitada neste PPPC, preconiza um conjunto de conhecimentos articulados em três Núcleos de Fundamentação da Formação Acadêmico Profissional em Serviço Social, abrangendo:

- Os **Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social**, que tem no trabalho o eixo da constituição do ser social e tematiza as feições por ele assumidas na sociedade burguesa, “sendo tratado como práxis econômica e que não separa de outras esferas, o que implica o desenvolvimento da sociabilidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e como tal, desenvolver a liberdade” (ABESS, 1996: 4). Abrange um conjunto de conhecimentos para decifrar a dinâmica da vida em sociedade, a compreensão teórico sistemática do Estado, da política, da cultura, das classes, das instituições, das formas de consciência e representação da vida social, das ideologias, das formas jurídicas,

religiosas, artísticas, filosóficas e científicas entre outros. Neste sentido, o acervo dos conhecimentos e tópicos de estudo que integram este núcleo incorporam o pensamento social clássico e contemporâneo no campo da filosofia, das ciências sociais, da teoria política, da economia, do direito e da psicologia, cuja interlocução é imprescindível para o Serviço Social. As UCs que compõem este Núcleo são: (IS) Natureza, Cultura e Sociedade; Introdução ao Pensamento Filosófico; Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social; Teoria Sociológica; (IS) Constituição do Humano, Políticas e Marcadores Sociais; Economia Política, Psicologia Social, Teoria Política; Teoria Social de Marx; Trabalho e Questão Social; Introdução ao Trabalho Científico; Pesquisa Social I e II.

Quadro: UCs, CH, Termo e Eixo que compõem o Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social

NÚCLEO DE FUNDAMENTAÇÃO	UC	CH	TERMO	EIXO ESPECÍFICO/COMUM
TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA VIDA SOCIAL 13 UCs: 7 UCs de 80h 3 UCs de 60h 3 UCs de 40h	Natureza, Cultura e Sociedade	40h	1º	EIXO COMUM-IS
	Introdução ao Pensamento Filosófico	60h	1º	EIXO ESPECÍFICO
	Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social	80h	2º	EIXO ESPECÍFICO
	Teoria Sociológica	80h	2º	EIXO ESPECÍFICO
	Constituição do Humano, Políticas e Marcadores Sociais da Diferença	40h	4º	EIXO COMUM-IS
	Economia Política	80h	2º	EIXO ESPECÍFICO
	Psicologia Social	80h	6º	EIXO ESPECÍFICO
	Teoria Política	80h	3º	EIXO ESPECÍFICO
	Teoria Social de Marx	80h	3º	EIXO ESPECÍFICO

	Trabalho e Questão Social	80h	2º	EIXO ESPECÍFICO
	Introdução ao Trabalho Científico	40h	1º	EIXO ESPECÍFICO
	Pesquisa Social I	60h	3º	EIXO ESPECÍFICO
	Pesquisa Social II	60h	4º	EIXO ESPECÍFICO

- Os **Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira**, que analisam a formação do capitalismo no Brasil, resguardando suas características históricas particulares em seu desenvolvimento agrário e urbano, nas diversidades regionais e locais. Abrangem as relações Estado e sociedade, as classes sociais com seus respectivos projetos políticos em debate, as políticas sociais, propiciando a apreensão da produção e reprodução da questão social em suas diversas manifestações. Este Núcleo traduz os conhecimentos anteriormente referidos no primeiro Núcleo para iluminar a abordagem histórica da particularidade brasileira, com ênfase na trajetória e ações das classes trabalhadoras, em suas formas de manifestação social, cultural e política. Estão presentes também nesse Núcleo os desdobramentos contemporâneos da formação social brasileira em termos da configuração da desigualdade e da constituição dos sujeitos sociais e políticos, tendo em vista seu enfrentamento. As UCs que compõem este Núcleo são: Formação Sócio-histórica Brasileira; Direitos e Legislação Social; Política Social I e II; Classes e Movimentos Sociais; Gênero, Raça/Etnia e Classe.

Quadro: UCs, CH, Termo e Eixo que compõem o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira

NÚCLEO DE FUNDAMENTAÇÃO	UC	CH	TERMO	EIXO ESPECÍFICO/COMUM
FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA	Formação Sócio-histórica Brasileira	80h	1º	EIXO ESPECÍFICO

DA SOCIEDADE BRASILEIRA 6 UCs de 80h	Direitos e Legislação Social	80h	4º	EIXO ESPECÍFICO
	Política Social I	80h	5º	EIXO ESPECÍFICO
	Política Social II	80h	6º	EIXO ESPECÍFICO
	Classes e Movimentos Sociais	80h	7º	EIXO ESPECÍFICO
	Gênero, Raça/Etnia e Classe	80h	5º	EIXO ESPECÍFICO

- Os **Fundamentos do Trabalho Profissional**, abarcando o complexo dos elementos constitutivos do Serviço Social enquanto uma especialização do trabalho na sociedade, que tem como matéria fundamental as múltiplas expressões da questão social e as formas históricas acionadas para seu enfrentamento por parte do Estado e da sociedade civil, nas quais se destacam as políticas sociais. Esses elementos constitutivos abrangem sua trajetória histórica, as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa nas relações e condições de trabalho. Envolvem, ainda, a pesquisa, a política social, a gestão e o planejamento no âmbito do Serviço Social, além do Estágio Supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Curso. Articulam a análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos, relações e condições de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais no exercício de suas funções, resguardando suas competências e atribuições específicas normatizadas por lei. Trata-se de articular os conhecimentos e saberes no desvendamento da profissão e de seu exercício na cena contemporânea. As UCs que compõem este Núcleo são: Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I, II e III, Ética Profissional, Processos de Trabalho e Serviço Social, Serviço Social e o Debate Contemporâneo, Oficina do Trabalho Profissional I, II e III, Planejamento Social, Gestão Social, Condições de Vida e Produção Social da Saúde (TS), Desigualdades Sociais e Políticas de Saúde no Brasil (TS), Encontros e Produção de Narrativas (TS), Supervisão Acadêmica de Estágio I, II e III, Seminários Temáticos I e II, Oficina de TCC, Orientação de TCC I e

II.

Quadro: UCs, CH, Termo e Eixo que compõem o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional

NÚCLEO DE FUNDAMENTAÇÃO	UC	CH	TERMO	EIXO ESPECÍFICO/ COMUM
TRABALHO PROFISSIONAL 22 UCs: 11 UCs de 80h 7 UCs de 60h 4 UCs de 40h	FHTM do SS I	80h	1º	EIXO ESPECÍFICO
	FHTM do SS II	80h	3º	EIXO ESPECÍFICO
	FHTM do SS III	80h	4º	EIXO ESPECÍFICO
	Ética Profissional	80h	5º	EIXO ESPECÍFICO
	Processos de Trabalho e Serviço Social	80h	5º	EIXO ESPECÍFICO
	Serviço Social e o Debate Contemporâneo	80h	9º	EIXO ESPECÍFICO
	Oficina do Trabalho Profissional I	80h	6º	EIXO ESPECÍFICO
	Oficina do Trabalho Profissional II	80h	7º	EIXO ESPECÍFICO
	Oficina do Trabalho Profissional: III	80h	8º	EIXO ESPECÍFICO
	Planejamento Social	60h	7º	EIXO ESPECÍFICO
	Gestão Social	60h	9º	EIXO ESPECÍFICO
	Condições de Vida e Produção Social de Saúde	40h	1º	EIXO COMUM-TS
	Desigualdades Sociais e Políticas de Saúde no Brasil	80h	2º	EIXO COMUM-TS
	Encontros e produção de narrativas	80h	3º / 4º	EIXO COMUM-TS
	Supervisão Acadêmica de Estágio I	60h	6º	EIXO ESPECÍFICO
	Supervisão Acadêmica de Estágio II	60h	7º	EIXO ESPECÍFICO
	Supervisão Acadêmica de Estágio III	60h	8º	EIXO ESPECÍFICO
	Seminários Temáticos I	40h	4º	EIXO ESPECÍFICO
	Seminários Temáticos II	40h	4º	EIXO ESPECÍFICO
	Oficina de TCC	40h	7º	EIXO ESPECÍFICO
	Orientação de TCC I	60h	8º	EIXO ESPECÍFICO
	Orientação de TCC II	60h	9º	EIXO ESPECÍFICO

7.4 Curricularização da Extensão no PPC do Serviço Social

Em conformidade com a Resolução nº 139, de 11 de outubro de 2017 que regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a Resolução nº 192/2021/CONSU que altera parcialmente a Resolução 139, de 11 de outubro de 2017 e o Guia para Curricularização da Extensão da Unifesp de 2021, são reconhecidas as atividades extensionistas em Unidades Curriculares fixas vinculadas a conhecimentos específicos da formação profissional, totalizando 344 horas sob a coordenação do docente responsável pela UC, conforme o quadro abaixo.

Unidade Curricular	Termo	Carga horária de extensão
Formação Sócio-histórica Brasileira	1º	30
Eixo Comum: IS - Natureza, Cultura e Sociedade	1º	12
Trabalho e Questão Social	2º	30
Eixo Comum: TS - Desigualdades Sociais e Políticas de Saúde no Brasil	2º	80
Eixo Comum: TS - Encontro e produção de narrativas	3º e 4º	80
Direitos e Legislação Social	4º	30
Eixo Comum: IS - Constituição do Humano, Políticas e Marcadores Sociais da Diferença	4º	12
Gênero, Raça e Etnia	5º	30
Política Social II	6º	30
Oficina do Trabalho Profissional I	6º	30
Oficina do Trabalho Profissional II	7º	30

Classes e Movimentos Sociais	7°	30
Total		424

As UCs do Eixo Específico Serviço Social estarão vinculadas ao Programa de Extensão do Centro de Educação em Direitos Humanos da Unifesp Baixada Santista ou a projetos de extensão cadastrados na PROEX. Os Planos de Ensino deverão apresentar as informações necessárias para alimentação do sistema, com a indicação da carga horária de extensão a ser validada pela UC e a indicação do(s) respectivo(s) projeto(s)/programa(s) de extensão ativo(s) naquela oferta da UC para a carga horária a ser creditada no histórico escolar do/a/e estudante. Na vigência da matriz curricular, novas UCs, além das indicadas, poderão oferecer ações extensionistas, seguindo os mesmos critérios, ou seja, devem estar vinculadas a programas ou projetos cadastrados na PROEX.

Pelo caráter dinâmico da extensão que se vincula diretamente com demandas da realidade social, os projetos de extensão podem sofrer mudanças ao longo da vigência da matriz curricular, podem ser extintos, modificados e apresentadas novas propostas.

Os/as/es estudantes ingressantes a partir de 2023 deverão ser informados/as/es que 10% das atividades de extensão serão obrigatórias para todos/as/es.

As atividades de extensão estão vinculadas diretamente aos conteúdos teórico-práticos das UCs a partir de ações diretas com sujeitos sociais vinculados aos projetos e ou/programas de extensão, sendo matéria de reflexão e de trocas numa relação da universidade com a sociedade local e vice-versa.

7.5 Matriz Curricular

A Reformulação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social (PPPC), nas Dimensões da Educação Antirracista e da Curricularização da Extensão, altera os seguintes componentes da Matriz Curricular do PPPC-2016:

- a) As Ementas e bibliografias das Unidades Curriculares, alinhadas a dimensão da Educação Antirracista;
- b) A inclusão de carga horária extensionista nas Unidades Curriculares especificadas, em atenção a Curricularização da Extensão;
- c) A nomenclatura da UC de Gênero, raça/etnia para Gênero, Raça/etnia e Classe;
- d) A retirada dos pré-requisitos para as UCs de OTP I para as UC OTP II e OTP III e o co-requisito OTP I com Supervisão Acadêmica I
- e) A inclusão de pré-requisito de Pesquisa Social II para Oficina de TCC.

Com efeito, o PPPC de 2016 está reformulado e convertido neste PPPC de 2023. O presente documento de Reformulação do PPPC orienta o processo formativo em Serviço Social a partir de 2023. A matriz curricular em extinção pertinente ao PPPC de 2011 também será convertido para o PPPC de 2023 tornando esse Projeto Político Pedagógico 2023 como “**Matriz Única**”, neste sentido, indicamos a tabela de equivalências entre Matriz 2011 para Matriz 2023.

Por esse motivo, a atualização do PPC não demandará a criação de mais de uma matriz curricular e não exigirá a proposição de uma matriz de transição, na forma disposta no parágrafo único, do art. 76, do RI da ProGrad. Na Matriz 2016 há uma única UC que exige a definição de equivalência, decorrente da mudança no nome da referida UC de Gênero, Raça/Etnia para Gênero, Raça/Etnia e Classe.

A flexibilização da organização curricular materializa-se em Unidades Curriculares, que adotam diferentes metodologias do processo ensino-aprendizagem - tradicionalmente centrada em disciplinas - tais como: a) módulos: aglutinam e articulam áreas de conhecimentos desenvolvendo associações de conteúdos básicos necessários à formação profissional e visa atender até 50 alunos por turmas; b) oficinas: momentos de vivências, a partir de diferentes linguagens, que desenvolvem a dimensão investigativa e o aprendizado de habilidades técnico instrumentais; a

perspectiva é atender até 25 alunos; c) seminários temáticos: objetivam aprofundar temáticas presentes na formação profissional, articulando ensino, pesquisa e extensão e o estágio supervisionado, a partir da dimensão investigativa; a perspectiva é de compor turmas de, no máximo, 40 (sendo 30 vagas para estudantes do Serviço Social e 10 abertas à comunidade acadêmica e geral) e no mínimo 10 estudantes.

Os Seminários Temáticos, como UCs eletivas obrigatórias, abordam temáticas emergentes e transversais ao exercício profissional, voltadas para a atitude investigativa e de pesquisa que promovam a reflexão das expressões da questão social contemporânea, na sua relação com a realidade local, regional, nacional e internacional. A UC de Libras será ofertada como optativa.

Além disso, incorporam-se à proposta curricular os Núcleos de Estudo, Pesquisa e Extensão, que se propõem espaços acadêmicos interdisciplinares da formação, articulando ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de aprofundar o conhecimento profissional, refletir criticamente e responder a questões regional e nacional contemporâneas.

Como componente das atividades formativas têm-se, ainda, as atividades complementares, que visam dar relevância às ações de pesquisa, extensão e à produção acadêmica, bem como possibilitam a participação em eventos acadêmicos (encontros, seminários, congressos e outros) e visitas monitoradas.

São atividades definidas no plano acadêmico do curso, realizadas fora do horário de aulas e exigem até 5% da carga horária total do curso, que se somam ao processo de formação dos discentes. Esse elenco de UCs é complementado com outras duas atividades integradoras do currículo: Estágio Supervisionado em Serviço Social e Trabalho de Conclusão de Curso, exigências curriculares para obtenção do grau em Bacharel em Serviço Social.

A Reformulação do PPPC introduz atividades extensionistas na Matriz Curricular, em UCs fixas vinculadas aos conhecimentos específicos e comuns da formação profissional, totalizando 424 horas, sob a coordenação da/o docente responsável pela UC. São 11 UCs, do 1º ao 7º termo do Curso, sendo 8 UCs do Eixo específico de Serviço Social e 4 UCs do Eixo comum, conforme segue:

- **UCs do Eixo específico:** 30 horas em cada uma das UCs: Formação Sócio-histórica Brasileira (1º termo); Trabalho e Questão Social (2º termo); Direitos e

Legislação Social (4º termo); Gênero, raça/etnia e Classe (5º termo); Política Social II (6º termo); Oficina do Trabalho Profissional I (6º termo); Oficina do Trabalho Profissional II (7º termo); e, Classes e Movimentos Sociais (7º termo).

- **UCs dos Eixos comuns:** 80h na UC Desigualdades Sociais e Políticas de Saúde no Brasil do Eixo Trabalho em Saúde (2º termo), 80h na UC Encontro e produção de narrativas do Eixo Trabalho em Saúde (3º e 4º termos) e 12h na UC Natureza, Cultura e Sociedade e, 12h na UC Constituição do Humano, Políticas e Marcadores Sociais da Diferença, respectivamente do 1º e 4º termos do Eixo O Ser Humano e sua Inserção Social.

O Curso conta com o mesmo ordenamento curricular para os períodos vespertino e noturno, dispõe de até 4 horas/aula ao dia, para cada turno. Cabe ressaltar que a estrutura pedagógica, a lógica curricular e os conteúdos são os mesmos no sentido de garantir uma formação profissional de qualidade para ambos os turnos.

A carga horária total do Curso é de **3.360 horas**, distribuídas em 41 Unidades Curriculares, sendo 39 fixas, 2 eletivas, e 1 optativa de Libras, totalizando 2800 horas; Estágio Supervisionado em Serviço Social com 420 horas; Atividades Complementares somando 140 horas, Trabalho de Conclusão de Curso. As UCs Eletivas serão ofertadas pelo Curso como Seminários Temáticos e poderão ser cursadas pelos/as estudantes em outras áreas de graduação da Unifesp e de outras Universidades, mediante avaliação e reconhecimento do Curso. A UC de libras será ofertada como optativa.

Atendendo a lógica de flexibilização curricular, o Curso define os seguintes pré-requisitos entre UCs:

- Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I para Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II e III;
- Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II para Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III;
- Pesquisa Social I para Pesquisa Social II;
- Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I, II e III; e Ética Profissional para Supervisão Acadêmica de Estágio I;
- Supervisão Acadêmica de Estágio I para Supervisão Acadêmica de Estágio II e

III;

- Pesquisa Social II para Oficina de TCC;
- Oficina de TCC para Orientação de TCC I;

Também define a simultaneidade no curso das UCs Supervisão Acadêmica de Estágio e Estágio Supervisionado em Serviço Social, do 6º aos 8º termos.

Quadro Resumo da Carga Horária da Matriz Curricular	
UCs Fixas	2.600 horas
Estágio Supervisionado Obrigatório	420 horas
Trabalho de Conclusão de Curso (02 UCs fixas Orientação de TCC)	120 horas
Atividades Complementares	140 horas
UCs Eletivas	80 horas
Carga horária total	3.360 horas
Atividades extensionistas	424 horas
UC Libras (optativa)	60 horas

7.5.1 Quadro: Matriz curricular do Curso de Serviço Social por Núcleos de Fundamentação da Formação Acadêmico Profissional em Serviço Social – PPP 2023

1º TERMO	2º TERMO	3º TERMO	4º TERMO	5º TERMO	6º TERMO	7º TERMO	8º TERMO	9º TERMO
IS- Natureza, Cultura e Sociedade - 40h	Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social – 80h	Teoria Política – 80h	IS - Constituição do Humano, Políticas e Marcadores Sociais da Diferença - 40h	Política Social I – 80h	Psicologia Social – 80h	Classes e Movimentos Sociais – 80h	Oficina do Trabalho Profissional III – 80h	Gestão Social – 60h
Introdução ao Pensamento Filosófico – 60h	Teoria Sociológica – 80h	Teoria Social de Marx – 80h	Pesquisa Social II – 60h	Gênero, Raça/Etnia e Classe – 80h	Política Social II – 80h	Oficina de TCC – 40h (1/2 da turma de estudantes no 1º bim e 1/2 no 2º bim)	Supervisão Acadêmica de Estágio III – 60h e Estágio Supervisionado III 140h	Serviço Social e o Debate Contemporâneo – 80h
Introdução ao Trabalho Científico – 40h	Economia Política – 80h	Pesquisa Social I – 60h	FHTM do SS III – 80h	Ética Profissional – 80h	Oficina do Trabalho Profissional I – 80h	Oficina do Trabalho Profissional II – 80h	Orientação de TCC I – 60h	Orientação de TCC II – 60h
Formação Sócio-Histórica Brasileira – 80h	Trabalho e Questão Social – 80h	TS - Encontros e Produção de Narrativas* - 80h (½ turma no 3º termo e ½ no 4º. Termo)	TS - Encontros e Produção de Narrativas* - 80h (½ turma no 3º termo e ½ no 4º. Termo)	Processos de Trabalho e Serviço Social – 80h	Supervisão Acadêmica de Estágio I – 60h e Estágio Supervisionado I 140h	Supervisão Acadêmica de Estágio II – 60h e Estágio Supervisionado II 140h		
TS - Condições de Vida e a Produção Social da Saúde - 40h	TS - Desigualdades Sociais e Políticas de Saúde no Brasil - 80h	FHTM II do SS – 80h	Direitos e Legislação Social – 80h	Seminários Temáticos I e II – 40h		Planejamento Social – 60h		
FHTM do SS I – 80h								



Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológico da Vida Social



Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira



Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional

7.5.2 Tabela de Equivalência Matriz 2011 para Matriz 2023:

UC MATRIZ 2011		UC MATRIZ 2023		
1º TERMO	CH	CORRESPONDENTES	CH	Termo
Formação Social Política e Econômica Brasileira	80	Formação Sócia Histórica Brasileira	80	1º
FHTM: A profissão na contemporaneidade	80	FHTM I	80	1º
Introdução ao Pensamento Filosófico	80	Introdução ao Pensamento Filosófico	60	1º
TS – Saúde como Processo: Contextos, Concepções e Práticas I	80	TS – Condição de Vida e Produção Social de Saúde	40	1º
IS – Indivíduo, Cultura e Sociedade	60	IS – Natureza, Cultura e Sociedade	40	1º
	380			

UC MATRIZ 2011		UC MATRIZ 2023		
2º TERMO	CH	CORRESPONDENTES	CH	TERMO
Fundamentos Filosóficos do Serviço Social	80	Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social	80	2º
Teoria Sociológica	40	Teoria Sociológica	80	2º
IS – Trabalho, Corpo e Significado	60	IS – Constituição do Humano, Políticas e Marcadores Sociais da Diferença	40	4º
TS – Saúde como Processo: Contexto, Concepções e Práticas II	80	TS – Desigualdades Sociais e Políticas de Saúde no Brasil	80	2º
Metodologia do Trabalho Científico	40	Introdução ao Trabalho Científico	40	1º
FHTM: O Projeto Conservador	80	Trabalho e Questão Social	80	2º

UC MATRIZ 2011		UC MATRIZ 2023		
3º TERMO	CH	CORRESPONDENTES	CH	TERMO
Economia Política	40	Economia Política	80	2º
FHTM: Renovação e Projetos Profissionais	80	FHTM II	80	4º
TS – Prática Clínica Integrada: Análises de Demandas e Necessidades em Saúde	80	TS – Encontros e a Produção de Narrativas	80	3º
Psicologia Social	80	Psicologia Social	80	6º
Teoria Política	80	Teoria Política	80	3º
Teoria Sociológica: o Pensamento de Karl Marx	40	Teoria Social de Marx	80	3º

UC MATRIZ 2011		UC MATRIZ 2023		
4º TERMO	CH	CORRESPONDENTES	CH	TERMO
TS: Prática Clínica Integrada: Atuação em Grupos Populacionais	80	Extinta – estudante dispensado	--	---
Direitos e Legislação Social	40	Direitos e Legislação Social	80	4º
Ética Profissional	80	Ética Profissional	80	5º
Fundamentos da Política Social e Seguridade Brasileira	80	Política Social I	80	5º
FHTM: O Projeto Ético-Político	80	FHTM III	80	4º
Pesquisa em Ciências Sociais	40	Pesquisa Social I	60	3º

UC MATRIZ 2011		UC MATRIZ 2023		
5º TERMO	CH	CORRESPONDENTES	CH	TERMO
OTP: Instrumentalidade e Espaços Sócios Ocupacionais	80	OTP I	80	6º
Pesquisa em Serviço Social	40	Pesquisa Social II	60	4º
Políticas Sociais Brasileiras	80	Política Social II	80	6º
Seminários Temáticos (eletivas)	80	Seminário Temático I (ou eletivas)	40	5º
Estágio Supervisionado em Serviço Social I	120	Estágio Supervisionado em Serviço Social I	140	6º
Supervisão Acadêmica de Estágio I	40	Supervisão Acadêmica de Estágio I	60	6º
Teoria Social Crítica	80	Gênero, Raça/Etnia e Classe	80	5º

UC MATRIZ 2011		UC MATRIZ 2023		
6º TERMO	CH	CORRESPONDENTES	CH	TERMO
OTP: Instrumentalidade e Técnicas	80	OTP III	80	8º
Classes e Movimentos Sociais	80	Classes e Movimentos Sociais	80	7º
Projeto de TCC	40	Oficina de TCC	40	7º
Seminários Temáticos (eletivas)	80	Seminário Temático II (ou eletivas)	40	5º
Estágio Supervisionado em Serviço Social II	120	Estágio Supervisionado em Serviço Social II	140	7º
Supervisão Acadêmica de Estágio II	40	Supervisão Acadêmica de Estágio II	60	7º
Trabalho e Profissão	80	Processos de Trabalho e Serviço Social	80	5º

UC MATRIZ 2011		UC MATRIZ 2023		
7º TERMO	CH	CORRESPONDENTES	CH	TERMO
OTP: Instrumentalidade e Estratégias Grupais e Sócio Territoriais	80	OTP II	80	7º
Gestão Social	80	Gestão Social	60	9º
Estágio Supervisionado em Serviço Social III	120	Estágio Supervisionado em Serviço Social III	140	8º
Supervisão Acadêmica de Estágio III	40	Supervisão Acadêmica de Estágio III	60	8º
Seminários de TCC	80	Extinta – estudante dispensado	—	—
Orientação/Elaboração de TCC I	120	Orientação de TCC I	60	8º

UC MATRIZ 2011		UC MATRIZ 2023		
8º TERMO	CH	CORRESPONDENTES	CH	TERMO
OTP: Instrumentalidade: Dimensão Propositiva e Avaliativa	80	Planejamento Social	60	7º
Serviço Social e o Debate Contemporâneo	80	Serviço Social e o Debate Contemporâneo	80	9º
Estágio Supervisionado em Serviço Social IV	120	Extinta – estudante dispensado	—	—
Supervisão Acadêmica de Estágio IV	40	Extinta – estudante dispensado	—	—
Orientação/Elaboração de TCC II	160	Orientação de TCC II	60	9º

7.5.3 Tabela de Equivalência Matriz 2016 para Matriz 2023:

UC MATRIZ 2016		UC MATRIZ 2023		
5º TERMO	CH	CORRESPONDENTES	CH	Termo
Gênero, Raça e Etnia	80	Gênero, Raça/Etnia e Classe	80	5º

Obs.: As demais UCs da Matriz 2016 não alteraram nome nem carga horária, deste modo mantem-se todas as UCs previstas na Matriz 2023.

7.6 Ementa e Bibliografia

Serão apresentadas, a seguir, as ementas e bibliografias das Unidades Curriculares que os/as/es estudantes deverão cursar, para a integralização do curso. Serão organizadas por termos, nos quais serão ministradas. A ementa é constituída dos tópicos principais a serem vistos na Unidade Curricular que, por sua vez, deverão ser detalhados nos Planos de Ensino elaborados em cada semestre pelas/os docentes e aprovados em Comissões de Curso.

1º. Termo

Nome da Unidade Curricular: **TS - Condições de vida e produção social de saúde**

Carga Horária: 40 horas (32h teórica e 08h prática)

Pré-requisito: n/c.

Termo: 1º (Integral, vespertino e Noturno)

Ementa: Diferentes concepções de saúde, de território, de determinação social da saúde e o percurso formativo do Eixo Trabalho em Saúde. Relação e articulação entre os referenciais, no encontro de saberes sob os quais operam vários paradigmas e práticas no campo da saúde. Aproximação aos territórios do município de Santos e aos modos de vida da população.

Bibliografia Básica:

AYRES, J. R. C. M. Prevenção de agravos, promoção da saúde e redução de vulnerabilidade. In: **Clínica Médica**. V.1. Barueri: Manole, 2009; p.435-455.

ALMEIDA FILHO, N. **O que é saúde?** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011,160 p. (Coleção Temas em Saúde)

GARBOIS, J. A.; SODRÉ, A; DALLBELLO-ARAUJO, M. Da noção de determinação social à de determinantes sociais da saúde. **Saúde em Debate**, v. 41, n.112, p. 63-76, 2017.

JUNGES, J. R. Saberes populares e cientificismo na estratégia saúde da família: complementares ou excludentes? **Ciência &Saúde Coletiva** [online], v. 16, n. 11, p. 4327-4335, 2011. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/S1413-81232011001200005>>. Epub 02 Dez 2011.<https://doi.org/10.1590/S1413-81232011001200005>.

SANTOS, M. Lugar e valor do indivíduo. In: SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1993. (Coleção Espaços)

Bibliografia Complementar:

AYRES, J. R. Entrevista. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 51-60, 2018. Disponível em: <https://scielosp.org/article/sausoc/2018.v27n1/51-60/>

BATISTELLA, C. Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. In: FONSECA, A. F.; CORBO, A. D. (org.) **O território e o processo saúde doença**, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 51-86.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa, Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa, Brasília: 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A Saúde e seus Determinantes Sociais. **Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17, n.1, 2007 p. 77-93.

COIMBRA, J. R., C. E. A., SANTOS, R. V., CARDOSO, A. M. Processo saúde–doença. In: BARROS, D. C., SILVA, D. O., GUGELMIN, S. Â., (org). **Vigilância alimentar e nutricional para a saúde Indígena** [online], v. 1. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, pp. 47-74. Disponível em: Doi: 10.7476/9788575415870.004. Disponível em: ePUB: <http://books.scielo.org/id/fyyqb/epub/barros-9788575415870.epub>.

DEJOURS, C. Por um novo conceito de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v.14, n.54, p.7-11, abr./ jun.1986.

GARNELO, L.; WRIGHT, R. Doença, cura e serviços de saúde. Representações, práticas e demandas Baniwa. **Cadernos de Saúde Pública** [online], v. 17, n. 2 [Acessado 10 junho 2021], pp. 273-284, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2001000200003>

GONDIM, G. M. M.; MONKEN, M. Territorialização em Saúde. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 392-404, 2009. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/tersau.html>

MERHY, E. E.; STEFANINI, A.; MARTINO, A. (org.). **Problematizando epistemologias na saúde coletiva: saberes da cooperação Brasil e Itália** [recurso eletrônico] 1.ed., Porto Alegre: Rede UNIDA; Bolonha: CSI-Unibo, 2015. p.147.

MOTA, C. N. da. Saúde e povos indígenas: tradição e mudança. In: FERREIRA, M. B. R. et al. **Cultura corporal indígena**. Guarapuava, Ed. Unicentro, 2003

MOTA, C. S. A gente vive pra cuidar da população: estratégias de cuidado e sentidos para a saúde, doença e cura em terreiros de candomblé. Trad. BOMFIM, L. A. **Saúde e Sociedade** [online]. 2011, v. 20, n. 2 [Acessado 10 junho 2021] p. 325-337. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000200006>

NUNES, J. A.; LOUVISON, M. Epistemologias do Sul e descolonização da saúde: por uma ecologia de cuidados na saúde coletiva. **Saúde e Sociedade** [online]. 2020, v. 29, n. 3 [Acessado 10 junho 2021], e200563. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902020200563>>.

PASSOS, N. R. Determinantes, determinação e determinismo sociais **Saúde em Debate**, v. 33, n. 83, septiembre-diciembre, 2009, pp. 397-406. Centro Brasileiro de Estudos de Saúde Rio de Janeiro, Brasil

SANTOS, A. L.; RIGOTTO, R. M. Território e territorialização: incorporando as relações produção, trabalho, ambiente e saúde na atenção básica à saúde. **Trab. educ. e saúde** [online]. 2010, v. 8, n. 3. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462010000300003>

SCLIAR, M. História do Conceito de Saúde. *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n.1, p. 29-41, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a03.pdf>

SILVA JÚNIOR, A. de A.; TOYANSK, M. Saúde das comunidades ciganas no Brasil: contextos e políticas públicas. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação** n. 10, agosto 2020. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/files/artigo/d953e278/aaa0/49ca/a7a6/08e39b636ced.pdf>

SILVA, M. J. S. et al. Das possibilidades de um conceito de saúde. **Trab. Educ. Saúde**, v. 17, n. 1, p. 1-22, 2019.

SOUZA, A. S. A. de; SAWAIA, B. B. A Saúde como Potência de Ação: uma análise do coletivo e de Comuna do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 16, n. 37, p. 305-320, dez. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2016000300005&lng=pt&nrm=iso

Nome da Unidade Curricular: **Formação Sócio-histórica Brasileira**

Carga Horária: 80h (60h teóricas/ 20h práticas) - 30 horas de Extensão

Pré-requisito: n/c

Termo:1º.

Ementa: Formação social, política e econômica do Brasil na perspectiva histórico-crítica com destaque para a construção da cultura e identidade nacional. Lutas indígenas e negras contra o regime escravista. Racismo como componente estrutural da sociabilidade brasileira e a luta de classes.

Bibliografia Básica:

FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

MOURA, Clovis: **Dialética Radical do Brasil Negro**, São Paulo: Fundação Maurício Grabois, Anita Garibaldi, 2020.

SCHWARCZ, Lília M. e STARLING, Heloisa M. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo, Companhia das Letras; 2015.

Bibliografia Complementar:

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**: de 1961 a 1967. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

D'ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes**. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. editora Zahar. 2020.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FREIRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Formação da família brasileiro sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

Nome da Unidade Curricular: **Introdução ao Pensamento Filosófico**

Carga Horária: 60 horas (60h teórica)

Pré-requisito: n/c

Termo: 1º

Ementa: As origens da filosofia: da África Negra a Aristóteles. Ontologia e metafísica. Helenismo e sabedoria. Idade Média: filosofia e teologia. Reflexão filosófica e atitude crítica na modernidade. Pilares do pensamento ocidental na atualidade: totalitarismos, ideologias e linguagens.

Bibliografia Básica:

AGOSTINHO. **Sobre o livre arbítrio**. Campinas-SP: Ecclesiae, 2019.

DESCARTES, R. **Meditações metafísicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005

NOGUEIRA, Renato. **O Ensino da Filosofia e a lei 10.639**. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.

Bibliografia Complementar

AGAMBEN, G. **Homo sacer. O poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

EPICURO. **Carta sobre a Felicidade (a Meneceu)**. São Paulo: Unesp, 2002.

HERÁCLITO. **Fragmentos contextualizados**. Trad. de A. Costa. Rio de Janeiro: Odisseus, 2012.

PLATÃO. **O banquete**. São Paulo: Abril Cultural, 1972. (1ª. ed.).

SPINOZA, B. de. **Tratado da Emenda do Intelecto**. São Paulo-Campinas: Unicamp, 2015.

Nome da Unidade Curricular: **Introdução ao Trabalho Científico**

Carga Horária: 40 horas (30h teórica e 10h prática)

Pré-requisito: n/c

Termo: 1º

Ementa: Inserção dos/as estudantes na vida acadêmica a partir da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Introdução à produção e sistematização do conhecimento. Diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos: exercícios de leitura e produção de textos acadêmicos.

Bibliografia Básica:

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2000

VIANNA, I. O. A. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica**. São Paulo: E.P.U, 2001

Bibliografia Complementar

ABNT- NBR 6028. Informações, documentação, referências: elaboração. Rio de Janeiro 2002.

MACHADO, A. R. (Coord.). **Resenha**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004a.

_____. **Resumo**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004b.

_____. **Trabalhos de pesquisa: diários de leitura para a revisão bibliográfica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

Nome da Unidade Curricular: **Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I - FHTM I**

Carga Horária: 80 horas (60 teóricas /20 práticas)

Pré-requisito: n/c

Termo: 1º.

Ementa: O Serviço Social como profissão inserida na divisão social, técnica e racial do trabalho. Questão Social como fundamento e objeto de intervenção do Serviço Social. Os espaços sócio-ocupacionais de trabalho da/o Assistente Social. A profissão e seus marcos ético-legais.

Bibliografia Básica:

IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, nº 3, Brasília, ABEPSS, Grafiline, 2001. (p. 9 a p. 32)

IANNI, O. A questão Social. In: **Capitalismo, violência e terrorismo**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Cap. 4 (p. 71 a 90),

MARTINS, Tereza. Crise do capital e pandemia: a "questão social" atravessada por determinações do racismo. In: EURICO, M.; PASSOS, R.; ALMEIDA, M.; MARTINS, T. (orgs). **Questão racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos**. São Paulo: Papel Social, 2021.

Bibliografia Complementar:

BRAZ, NETTO, J.P; & BRAZ, M. **Economia Política – uma introdução crítica**. Biblioteca Básica – Serviço Social. São Paulo, Cortez, 2006.

CARDOSO, Priscila F. G. O significado social e o caráter contraditório do Serviço Social na sociedade de classes. In: **Ética e Projetos Profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil**. Campinas: Editora Papel Social, 2013.

FORNAZIER, Tales. **Serviço Social e luta antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo**. São Paulo: Letramento, 2021

IAMAMOTO, M. V. Os espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social. In: **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YASBEK, C. O Serviço Social e o movimento histórico da sociedade. In: **Legislação brasileira para o serviço social**, São Paulo: CRESS, 2004.

Nome da Unidade Curricular: **IS Natureza, Cultura e Sociedade**

Carga Horária: 40 horas (25h teórica; 15h prática) – 12 horas de Extensão

Pré-requisito: n/c

Termo: 1º.

Ementa: Relação natureza, cultura e sociedade. Etnocentrismo e relativismo cultural. Diferença, modos de vida e ambiente. Observação participante.

Bibliografia Básica:

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FOOTE-WHYTE, W. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ROCHA, E. **O que é etnocentrismo?** São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994.

Bibliografia Complementar:

FAUSTINO, Deivison et. al. **Vacina contra covid-19 na cidade de São Paulo: uma proposta de abordagem territorial**. Opera Mundi [online]. 2021. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/coronavirus/68565/vacina-contracovid-19-na-cidade-de-sao-paulo-uma-proposta-de-abordagem-territorial>

GAUDENZI, P. Intersexualidade: entre saberes e intervenções. **Cad. Saúde Pública**, v.34 n.1, 2018, p. 1-12. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v34n1/1678-4464-csp-34-01-e00000217.pdf>

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. Zoológicos humanos, racismo disfarçado de ciência para as massas no século XIX. **El País** [online], 05/07/2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-07-05/zoologicos-humanos-racismo-disfarçado-de-ciencia-para-as-massas-no-seculo-xix.html>

Guia de boas práticas acadêmicas. Unifesp, 2021. Disponível em: [https://repositorio.unifesp.br/xmlui/bitstream/handle/11600/62171/GUIA DE INTEGRIDADE ACADEMICA %285%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unifesp.br/xmlui/bitstream/handle/11600/62171/GUIA_DE_INTEGRIDADE_ACADEMICA%285%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

INGOLD. Tim. “Gente como a gente”: O conceito de homem anatomicamente moderno. **Ponto Urbe** [Online], n. 9, 2011, posto online no dia 31 dezembro 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1823>; DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.1823>

MAGNANI, José Carlos Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 17, no 49, jun. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200002&lng=pt&nrm=iso

Política Carolina Maria de Jesus. Unifesp, 2021. Disponível em: https://www.unifesp.br/images/docs/consu/resolucoes/2021/Resolucao_212_08534_14_publicada_21out2021.pdf

VICENTE, Filipa Lowndes. Exposições de seres humanos na Europa dos séculos XIX e XX [online]. ICS-ULisboa, GI Impérios. Disponível em: <http://gi-imperios.org/blog/filipa-vicente-exposicoes-seres-humanos-europa-seculo-xix-xx/>

2º. Termo

<p>Nome da Unidade Curricular: Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social</p> <p>Carga Horária: 80 horas (60h teórica e 20h prática)</p> <p>Pré-requisito: n/c</p> <p>Termo: 2º</p>
<p>Ementa: Pressupostos filosóficos que influenciaram ou influenciam o Serviço Social brasileiro: da gênese à atualidade. O pensamento aristotélico-tomista. Neotomismo e o humanismo cristão. O pensamento positivista/funcionalista. Fenomenologia, existencialismo e análise fenomenológica do racismo. Dialética e ontologia do ser social em Marx.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>KONDER, Leandro. O que é dialética. 25ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.</p> <p>LUKÁCS, Gyorgy. Para uma Ontologia do Ser Social. São Paulo: Boitempo, 2012.</p> <p>SARTRE, J-P. Reflexões sobre o racismo. Rio de Janeiro: Difel, 1977.</p>
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>AGUIAR, A. G. Serviço Social e filosofia: das Origens a Araxá. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.</p> <p>CARDOSO, Priscila F. G. Ética e projetos profissionais. Campinas (São Paulo): Papel Social, 2013.</p> <p>COMTE, A. “Discurso sobre o Espírito Positivo”, in: Os Pensadores, vol. XXXIII. 1ª. ed. São Paulo: Abril Cultural, 2007.</p> <p>SALANSKIS, Jean-Michel. Husserl. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.</p> <p>REALE, G.; ANTISERI, D. “A neoescolástica”, in: História da Filosofia, vol. III. 7ª. ed. São Paulo: Paulus, 1991.</p>

<p>Nome da Unidade Curricular: Trabalho e Questão Social</p> <p>Carga Horária: 80 horas (60h teórica e 20h prática) - 30 horas de Extensão</p> <p>Pré-requisito: n/c</p> <p>Termo: 2º</p>
<p>Ementa: Trabalho como categoria fundante da sociabilidade humana. A divisão social, sexual e racial do trabalho na sociedade de classes. Acumulação capitalista, desigualdades de classes, raça e gênero e, questão social na particularidade brasileira. Trabalho e Questão social - implicações para o Serviço Social.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ANTUNES, R., Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.</p> <p>GONÇALVES; R. Quando a questão racial é o nó da questão social. Revista <i>Katálysis</i>, Florianópolis, v. 21, n. 3, 2018, p. 514-522. Acesso: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p514</p> <p>NOGUEIRA. C. M. O Trabalho Duplicado. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.</p>
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>CARNEIRO, S., Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. São Paulo: Editora Selo Negro, 2011.</p> <p>COSTA, R. G.; CARRIJO, J. Questão social e sua particularidade no Brasil: imbricação entre patriarcado-racismo-capitalismo. Revista Temporalis: Crise Capitalista, Questão Social no Brasil e Diretrizes Curriculares da ABEPSS; v. 21 n. 42, 2021. Link: https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/1410</p> <p>GONÇALVES, B. S. A colonialidade do poder: raça e controle do trabalho na formação históricas das populações indígenas no Brasil. CRESS/SP. Revista <i>Emancipa – o cotidiano em debate</i> (04). Revista <i>Assistentes Sociais no Combate ao Racismo</i>, maio de 2019, p. 48-61.</p> <p>JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo – diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.</p> <p>NETTO, J. P., <i>Cinco notas a propósito da “questão social”</i>. In: Temporalis. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n.3. Brasília: ABEPSS, 2001.</p>

Nome da Unidade Curricular: **Teoria Sociológica**

Carga Horária: 80 horas (60h teórica e 20h prática)

Pré-requisito: n/c

Termo: 2º

Ementa: A sociologia e as principais correntes teóricas que influenciaram a formação do pensamento sociológico: Augusto Comte, Émile Durkheim, Max Werber e Karl Marx. A importância da sociologia para a compreensão das transformações da sociedade burguesa, classista, racista e heteropatriarcal.

Bibliografia Básica:

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da "raça branca"** (vol.I). São Paulo: Globo, 2008.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. SP: Pioneira, 1967.

Bibliografia Complementar

COMTE, A. **Coleção grandes cientistas sociais**. SP: Ática, 1978.

DAHRENDORF, Ralph. Sociologia e sociedade industrial. In: FORACCHI, Marialice M.; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade**. Rio de Janeiro / São Paulo: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1980.

MARX, K; ENGELS, F. **História**. Organizador: Florestan Fernandes. 3a. edição. São Paulo: Editora Ática, 1989

MOURA, Clóvis. Teorias à procura de uma prática. In: **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do ser negro**. São Paulo: Educ, 2002.

Nome da Unidade Curricular: **Economia Política**

Carga Horária: 80 horas (60h teórica e 20h prática)

Pré-requisito: n/c

Termo: 2º

Ementa: O processo de produção, organização e distribuição de mercadorias. Conhecimento e análise dos diversos sistemas econômicos. As diversas correntes teóricas da economia política – liberalismo, marxismo, keynesianismo e neoliberalismo. Análise do sistema capitalista: o debate entre a economia clássica e a crítica da Economia Política.

Bibliografia Básica:

MARX, k. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil.** Território e Sociedade no início do século XXI. Editora Record, Rio de Janeiro, 2006.

SMITH, A. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações.** In: Col. Os Pensadores – vol. 28. Abril Cultural, São Paulo, 1974.

Bibliografia Complementar

KEYNES, J. M. **Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda.** São Paulo: Saraiva. 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência.** In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). Ruy Mauro Marini: Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011, pp. 131- 172.

MARX, K. O Capital, vol II.Col. **Os Economistas.** São Paulo: Nova Cultural, 1974.

RICARDO, D. Princípios de economia política e tributação. In: **Col. Os Pensadores** – vol. 28. Abril Cultural, São Paulo, 1974.

SOTELO VALENCIA, Adrián. **Los rumbos del trabajo. Superexplotación y precariedad social en el siglo XXI.** México D.F.: Miguel Ángel Porrúa, 2012.

Nome da Unidade Curricular: **TS - Desigualdades Sociais e Políticas de Saúde no Brasil**

Carga Horária: 80 horas (64h teórica e 16h prática) – 80 horas de Extensão

Pré-requisito: n/c

Termo: 2º (Integral, vespertino e Noturno)

Ementa: Desigualdade sócio territorial na sociedade brasileira, em específico as desigualdades em saúde, Conhecimentos epidemiológicos associados às condições de vida e indicadores de saúde, incluindo a perspectiva da epidemiologia crítica. Política pública de saúde inserida no conjunto da Seguridade Social discutida tanto em seus eixos estruturantes quanto na imersão dos estudantes na rede de serviços nos lugares do território na Região da Baixada Santista. Introdução à organização e funcionamento dos serviços de saúde e assistência social, com foco no trabalho das equipes que compõem a rede ampliada do SUS.

Bibliografia Básica:

BARATA, R. B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde?** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2009. 120 p.

BOSCHETTI, I. A política de seguridade social no Brasil. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. CFESS/ABEPSS, 2009, p.323-338.

BRASIL, Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. 110p. (Série E. Legislação em Saúde). Disponível em: <<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>>.

SCOREL, S. Equidade em saúde. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: Escola Saúde Soc. São Paulo, v.25, n.1, p.9-18, 2016 17 Politécnica em Saúde Joaquim Venâncio, 2008. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/equsau.html>

MATTA, G. C.; MOROSINI, M. V. G. **Atenção Primária à Saúde**. 2009. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/ateprisau.html>;

PAIM, J. S. **O que é o SUS**. Rio de Janeiro. Ed. Fiocruz, 2015. 93p (Coleção Temas em Saúde);

PAIM, J.; TRAVASSOS, C.; ALMEIDA, C.; BAHIA, L.; MACINKO, J. O Sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. *Lancet*, 21;377(9779):1778-97, May 2011. DOI:10.1016/S0140-6736(11)60054-8.

Bibliografia Complementar:

BARROS, F. P. C. de; SOUSA, M. F. de. Equidade: seus conceitos, significações e implicações para o SUS. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 9-18, Mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000100009&lng=en&nrm=is>

CECILIO, L.C.O. et al. A Atenção Básica à Saúde e a construção das redes temáticas de saúde: qual pode ser o seu papel? **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 11, p. 2893-2902, nov 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012001100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 Set. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012001100006>

COUTO, B. R. et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil (PNAS e SUAS)**. Editora Cortez, 2010.

LOPES, M. H.C. O tempo do SUAS. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 87. São Paulo: Cortez, 2006

MUNIZ, E. SUAS e os serviços socioassistenciais. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n 88. São Paulo: Cortez, 2006

REIS, J. R. F. O coração do Brasil bate nas ruas: a luta pela redemocratização do país. In: PONTE, C. F.; FALLEIROS, C. (org.) **Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história**. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC; Fiocruz/EPSJV, 2010. p. 219-236.

3º. Termo

<p>Nome da Unidade Curricular: Teoria Social de Marx</p> <p>Carga Horária: 80 horas (80h teórica)</p> <p>Pré-requisito: n/c</p> <p>Termo: 3º</p>
<p>Ementa: A teoria e método em Marx. Materialismo histórico e dialético. A produção e reprodução das relações sociais. A sociedade burguesa e seus antagonismos de classe, raça, gênero e sexualidades. Produção material e produção da consciência. A divisão do trabalho, práxis e alienação. A teoria do valor trabalho. Luta de classes e ideologia.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>HARVEY, D. Para entender o capital. Vol 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.</p> <p>MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. (Prefácio). São Paulo. Expressão Popular, 2008</p> <p>_____. O Capital – Crítica da Economia Política. Livro I - Vol.I . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.</p>
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>MARX, K. Para a questão judaica. São Paulo: Expressão Popular, 2009.</p> <p>MARX, K. e ENGELS, F. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2005.</p> <p>_____. A ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2012.</p> <p>NETTO, J.P; BRAZ, M. Economia Política - uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006 (Biblioteca Básica de serviço social; vol. 1)</p>

Nome da Unidade Curricular: **Teoria Política**

Carga Horária: 80 horas (60h teórica e 20h prática)

Pré-requisito: n/c

Termo: 3º

Ementa: Poder e Política. A Formação do Estado Moderno. Contribuição teórica dos clássicos da Ciência Política - Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau, Karl Marx e Gramsci – para o debate sobre o Estado e Sociedade Civil, democracia, representação, cidadania, participação política e soberania. Capitalismo e racismo.

Bibliografia Básica:

GRAMSCI, A. **Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política.** In **Cadernos do Cárcere**, volume 3; Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe.** Bauru: Edipro, 2002..

ROUSSEAU, J-J. **O Contrato Social.** Porto Alegre: L&PM POCKET, 2007.

Bibliografia Complementar:

ESPINOSA, Baruch de. **Tratado Político.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HOBBS, T. **Leviatã.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

LOCKE, J. **Segundo Tratado Sobre o Governo.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

LOSURDO, Domenico. Liberalismo e escravidão racial: um singular parto gêmeo, in: LOSURDO, D. **Contra-história do liberalismo.** Aparecida-SP: Ideias e Letras, 2006.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

Nome da Unidade Curricular: **Pesquisa Social I**

Carga Horária: 60 horas (40h teórica e 20h prática)

Pré-requisito: n/c

Termo: 3º

Ementa: Natureza, método e processo de construção de conhecimento. Importância da Pesquisa, considerando as dimensões de classe, raça, gênero e sexualidades, na Produção do conhecimento para o Serviço Social. Tipologia da pesquisa social. Técnicas de investigação em pesquisa social: metodologias e instrumentais. Elaboração do projeto de pesquisa.

Bibliografia Básica:

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. pp.19-31

MINAYO. Maria Cecília de Souza (et al) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO. José Paulo. Introdução ao método na teoria social. In. **Serviço Social, direitos e competências**. Brasília: CFESS/ABEPSS,2009.

Bibliografia Complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Revista Temporalis**. Ano V, nº 9 – janeiro a junho de 2005. Brasília, ABEPSS,2005.

DIAS; Jussara; GIOVANETTI. Márcia R; SANTOS; SEABRA; Naila J. **Cor ou Raça/Etnia no Sistema Único de Saúde**. Disponível em: http://www.saude.sp.gov.br/resources/ouvidoria-da-secretaria-de-estado-da-saude-de-sao-paulo/biblioteca/perguntar_nao_ofende.pdf.

FRAGA. Cristina Kologeski. **A atitude investigativa no trabalho do assistente social**. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n101/04.pdf> Acesso em: 23 fev.de 2021

GIL. A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

SEVERINO. A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24ªedição. São Paulo: Cortez, 2016.

Nome da Unidade Curricular: **Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II – FHTM II**

Carga Horária: 80 horas (60 teóricas /20 práticas)

Pré-requisito: FHTM I

Termo: 3º.

Ementa: Constituição e desenvolvimento da profissão nos marcos da expansão do capitalismo racista, heteropatriarcal e a particularidade da Questão Social na América Latina e no Brasil. Gênese e institucionalização do Serviço Social brasileiro e as influências doutrinária franco-belga e teórico metodológica norte-americana. O pensamento conservador e o Serviço Social Tradicional. A expansão da profissão no processo do desenvolvimentismo no Brasil. As bases da erosão do Serviço Social Tradicional no Brasil.

Bibliografia Básica:

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina.** São Paulo: Cortez, 2000. p.68-150.

GOES, Weber Lopes. **Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro:** a proposta de povo em Renato Kehl. São Paulo: Liber Ars, 1969

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009

Bibliografia Complementar:

FERREIRA, Camila Manduca. A História do Serviço Social pensada a partir da “Revista do Padre Saboia”. **Revista Em Pauta.** Rio de Janeiro (RJ), Volume 6 - Número 24 - Dezembro de 2009, p.253-271.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis,** Florianópolis, v. 21, n. 3, 2018, p. 514-522. Acesso: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p514>

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992. p.17-35.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social:** identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 1989. p.17-80.

MARTINS, Tereza Cristina Santos; SILVA, Nelmiros, Ferreira da (org.) **Racismo estrutural, institucional e Serviço Social.** São Cristovão (SE): Editora UFS, 2020.

Nome da Unidade Curricular: **TS - Encontro e Produção de Narrativas**

Carga Horária: 80 horas (32h teórica e 48h prática) - 80 horas de Extensão

Pré-requisito: n/c

Termo: 3º e 4º (Integral, vespertino e noturno)

Ementa: Demandas e necessidades de saúde. Aspectos da atuação interprofissional e desenvolvimento da Clínica Comum em território. Vínculo e escuta. Alteridade, cotidiano e identidade. Construção de Narrativas orientadas para o cuidado em saúde. Narrativa como um dispositivo de formação de si na relação com o outro. Experiências de cuidado com pessoas em equipamentos de saúde ou assistência social, cultura, educação e outros.

Bibliografia Básica:

BENJAMIN, W. O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 197-221. Disponível em: <http://www.usp.br/cje/depaula/wp-content/uploads/2017/03/O-Narrador-Walter-Benjamin-1.pdf>

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, jan./fev./mar./abr. n.19, p.20-8, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>

CAPOZZOLO, A. A.; CASETTO, S. J.; HENZ, A. O. (Orgs). **Clínica comum: itinerários de uma formação em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2013.

CAMPOS, A. A.; NASCIMENTO, E. C. M.; VANZUITA, S. C. Notas sobre o declínio da narrativa a partir de Benjamin e Larrosa. **Revista Tuiuti: Ciência e Cultura**, Curitiba, n. 58, c. 5, 2019. Disponível em: <https://1library.org/document/qm3r754y-notas-declinio-da-narrativa-partir-benjamin-larrosa.html>

SANTANA, B. **Quando me descobri negra**. São Paulo: SESI-SP. 2015, p.27-31.

Bibliografia Complementar:

AMADO, J. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, São Paulo, 14: 125-135, 1995. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/PPGG%20-%20PESQUISA%20QUALI%20PARA%20GEOGRAFIA/AMADO%20-%20O%20grande%20mentiroso.pdf

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. & AMADO, J. (org.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.183-191. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1185/mod_resource/content/1/Bourdieu%20-%20A%20Ilus%C3%A3o%20Bibliogr%C3%A1fica. Pdf

BRASIL. Caso Roberta. 2013. **Cadernos de Atenção Básica**, n. 34, p. 12-15. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: 2013. 176 p.

_____. Em direção a novos objetos de cuidado em saúde, pela vida da Atenção Básica: cuidado do sofrimento de pessoas. **Cadernos de Atenção Básica**, n. 34, p. 29-36. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: 2013. 176 p.

CHACOFF, A. À Espera dos Bárbaros. O que os personagens masculinos de Elena Ferrante têm a nos dizer. Questões de Literatura e Gênero. **Revista Piauí**, 18 Edição 137, fev. 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-espera-dos-barbaros/>

FERRANTE, E. 'Escrever é como girar a faca na ferida'. Entrevista concedida à Ana Carolina Sacoman e Ubiratan Brasil, **Caderno de Cultura**, O Estado de São Paulo, São Paulo, 30 de agosto de 2020. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,escrever-e-como-girar-a-faca-na-ferida-revela-elena-ferrante,70003417132>

GOULART, P. M.; Luciane, L. M. (Orgs.). **Narrativas de si: práticas em educação e saúde**. Porto Alegre: Rede Unida, 2020. Disponível em <http://editora.redeunida.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Livro-Narrativas-de-Si.pdf>

MACHADO, L. D. O Desafio Ético da Escrita. **Psicologia & Sociedade**, v.16 n.1. n. Especial, p.146-150, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/psoc/a/5tm5gqj5r9b6L5JRxyPWw5D/?lang=pt&format=pdf>

MORIN E. Diário de um caminhante. 2012. In: Palestra proferida por ocasião do lançamento da coleção Diários de Edgar Morin, composta por três títulos: Diário da Califórnia, Um ano Sísifo, Chorar, amar, rir, compreender – Edições Sesc SP, 2012. Disponível em: <https://edgarmorin.sescsp.org.br/categoria/palestra/5-diaros-de-um-caminhante>

OLIVEIRA, E. C. S. Manifesto Antirracista: Carta para Sara Baartman. In: GOULART P.M.; PEZZATO, L.M. (org). **Narrativas de si. Práticas em Educação e Saúde**. Rede Unida: Porto Alegre, 2020, pp.149 160. Disponível em: <http://editora.redeunida.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Livro-Narrativas-de-Si.pdf>

SECHES, F. V. A. **Uma longa experiência de ausência: a ambivalência em A amiga genial, de Elena Ferrante**. 2019. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – FFLCH-USP, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8151/tde-09092019-120933/pt-br.php>

4º. Termo

Nome da Unidade Curricular: **IS - Constituição do Humano, Políticas e Marcadores Sociais da Diferença**

Carga Horária: 40 horas (25h teórica; 15h prática) – 12 horas de Extensão

Pré-requisito: n/c

Termo: 4º.

Ementa: A morte como constitutiva do humano e marcadores sociais da diferença, na sociedade dos vivos. Marcadores sociais da diferença em disputa. Diferenças, estereótipos e relações sociais. Políticas afirmativas e interseccionalidade. Infância, classe social e medicalização. Juventude, sexualidade, raça e gênero. Vida Adulta, gênero, raça e trabalho. Velhice, gênero e violência.

Bibliografia Básica:

DEBERT, G G. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 49-70, jul./dez. 2010.

FRASER, N. Igualdade, identidades e justiça social. **Le Monde Diplomatique Brasil** (online), 01 de junho de 2012. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1199>>. Acesso em 08 Ago 2016

LEIS, Hr R. A sociedade dos vivos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n.9, p. 340-353, jan/jun 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n9/n9a12.pdf>

MELLO, L e GONÇALVES, E. Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde. **Revista Cronos**, v.11, n.2, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2157/pdf>

PINHO, O. A “fiel”, a “amante” e o “jovem macho sedutor: sujeitos de gênero na periferia racializada. **Saude Soc.**, São Paulo, v.16, n.2, p.133-145, 2007

ZAMBONI, M. Marcadores Sociais da Diferença. *Sociologia: grandes temas do conhecimento (Especial Desigualdades)*. São Paulo, v. 1, p.14 - 18, 2014. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/07/ZAMBONI_MarcadoresSociais.pdf>

Bibliografia Complementar:

COHN, C. Antropologia da Criança. RJ: Jorge Zahar Ed., 2005. p. 7-18.

DUARTE, L.F.D; GOMES, E.C. **Três famílias:** identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares. Rio de Janeiro, FGV, 2008. 313 páginas.

Entrevista com Mauro Brigeiro - "Envelhecer pra onde?". **CLAM (Revista do Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos)**. Disponível em: <http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=10306>

PELLISSIER, Jérôme. Com que idade nos tornamos velhos? **DOSSIÊ ENVELHECIMENTO** <http://diplomatie.org.br/com-que-idade-nos-tornamos-velhos>

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a03v2691.pdf>

SIMÕES, J. A.; FRANÇA, I. L.; MACEDO, M. Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo. **Cad. Pagu**, n.35, p. 37-78, 2010. (SciELO)

Nome da Unidade Curricular: **Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III - FHTM III**

Carga Horária: 80 horas (60 teóricas/20 práticas)

Pré-requisito: FHTM II

Termo: 4º.

Ementa: O processo de renovação do Serviço Social brasileiro em tempos de Reconceituação na América Latina. A intenção de ruptura com o conservadorismo na profissão. A construção do projeto ético-político profissional nos marcos históricos, teóricos e políticos: antirracista, antipatriarcal, anticapitalista.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Magali; ROCHA, Roseli da Fonseca; BRANCO, Suelma Inês de Deus. Assistentes Sociais negras na construção da “virada” do Serviço Social brasileiro. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje:** reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019, p. 169-181.

BATISTONI, Maria Rosangela. O projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte — 1960-1975: uma reconstrução histórica. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, Cortez Ed, n. 136, p. 538-558, set./dez. 2019.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

Bibliografia Complementar:

CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviço Social. Documentos. **Teorização do Serviço Social – Documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

COUTINHO, Carlos N. Pluralismo: dimensões éticas e teóricas. **Cadernos ABESS (4). Ensino em Serviço Social:** pluralismo e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1991.

IAMAMOTO, M. V.; & SANTOS, C.M. (Org). **A história pelo avesso - A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais.** São Paulo; Cortez, 2021.

NETTO, J.P. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade. Reconceituação do Serviço Social:** 40 anos. No. 84. São Paulo: Cortez Ed., ano XXVI, nov. 2005, p. 5-20.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** Acesso:http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf

Nome da Unidade Curricular: **Pesquisa Social II**

Carga Horária: 60 horas (40h teórica e 20h prática)

Pré-requisito: Pesquisa Social I

Termo: 4º

Ementa: A pesquisa como processo de conhecimento das expressões da questão social, suas manifestações específicas na realidade do município e região, considerando as dimensões de classe, raça, gênero e sexualidades. Referencial teórico do objeto de estudo. Coleta, sistematização, análise e interpretação de dados.

Bibliografia Básica:

BARROCO. Maria Lúcia. **Ética, Trabalho e Formação Profissional**, In. Conselho Federal de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

FAUSTINO, D. M. **Reflexões indigestas sobre a cor da morte**: as dimensões de classe e raça da violência contemporânea. In: FEFFERMANN, Marisa et al. (Orgs.). *As interfaces do genocídio: raça, gênero e classe*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2018. pp. 141- 158. Disponível em: https://deivisonnkosi.com.br/wp-content/uploads/2019/11/ilovepdf_merged.pdf (deivisonnkosi.com.br) Acesso em 02 ago 2021.

MINAYO. Maria Cecília de Souza (et al) **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar:

CONCEIÇÃO. Evaristo. **Escrevivencia**: A Negritude em Evidência. Rio de Janeiro: Clube de Autores. 2021.

HOOKS, Bell. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. *Revista Brasileira de Ciência Política*. [online] n.16, pp.193-210, 2015.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/mrjHhJLHZtfyHn7Wx4HKm3k/?lang=pt>

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244 p. Disponível em:

https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/MEMORIAS_DA_PLANTACAO_-_EPISODIOS_DE_RAC_1_GRADA.pdf

MENDES. Jussara. **As recentes tendências das Pesquisas em Serviço Social**. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/03.pdf>

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em serviço Social**: utopia e realidade. Cortez: São Paulo, 2005.

Nome da Unidade Curricular: **Direito e Legislação Social**

Carga Horária: 80 (60 teóricas/ 20 práticas) - 30 horas de Extensão

Pré-requisito: n/c

Termo: 4º.

Ementa: A luta por direitos no capitalismo. Trajetória histórica da construção dos direitos civis, políticos e sociais no Brasil. Elementos centrais da Constituição Federal de 1988 e da legislação social para o campo dos direitos e das políticas sociais. Debate sobre os direitos humanos no Brasil na perspectiva anticapitalista, antipatriarcal e antirracista.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

PAULA, Renato Francisco dos. (org.) **Direitos humanos em tempos de barbárie: questionar o presente para garantir o futuro**. São Paulo: Cortez, 2022.

Bibliografia Complementar:

BARROCO, M. L. **A historicidade dos direitos humanos**. Puc Viva, 2008. Disponível em <http://nepedh.blogspot.com/2014/08/a-historicidade-dos-direitos-humanos.html>

BOSCHETTI, Ivanete (Org.) **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018

NOGUEIRA, M. A. O desafio de construir e consolidar direitos no mundo globalizado. **Serviço Social e Sociedade**, n. 82. São Paulo: Cortez, 2005. p. 5-21.

RUIZ, J. L de S. **Direitos humanos e concepções contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2014.

TRINDADE, J. D. de L. **Direitos humanos: para além do capital**. Disponível em: <https://uniaocampocidadeefloresta.files.wordpress.com/2011/01/direitos-humanos-para-alem-do-capital-1.pdf>

LEGISLAÇÃO: Constituição Federal de 1988; Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto do Idoso; Estatuto da Juventude; Estatuto da Pessoa com Deficiência; Estatuto da Igualdade Racial; Lei Maria da Penha; Lei Orgânica de Assistência Social; Lei Orgânica da Saúde; Política Nacional para a População em Situação de Rua.

5º. Termo

<p>Nome da Unidade Curricular: Política Social I</p> <p>Carga Horária: 80 (60 teóricas/ 20 práticas)</p> <p>Pré-requisito: n/c</p> <p>Termo: 5º.</p>
<p>Ementa: Fundamentos teóricos e históricos das políticas sociais no contexto do liberalismo, keynesianismo e neoliberalismo. Constituição e desenvolvimento das políticas sociais no Estado brasileiro nas suas dimensões de classe, raça, gênero e sexualidades. Seguridade Social brasileira.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 6ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 2).</p> <p>MOURA, Clovis. O racismo como arma ideológica de dominação. São Paulo: Edição 34, 1998.</p> <p>PEREIRA, Potyara A.P. Política Social Temas & Questões. São Paulo: Cortez, 2011.</p>
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e Trabalho: Paradoxos na construção das políticas de Previdência e Assistência Social no Brasil. Brasília: EDITORA UNB: Letras Livres, 2006.</p> <p>ÇOUTO, B.; YAZBEK, M.C.; SILVA E SILVA, M.O.; RAICHELIS, R. (org.). O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: SUAS. Uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>FERREIRA, Gracyelli Costa. Raça e nação na origem da política social brasileira: união e resistência dos trabalhadores negros Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UERJ, 2020.</p> <p>MOTA, A. E. (et all) Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Cortez Editora, 2006.</p> <p>SILVA, Maria Lucia Lopes da. Previdência Social no Brasil. (Des) estruturação do trabalho e condições para sua universalização. São Paulo, Cortez, 2012.</p>

Nome da Unidade Curricular: **Gênero, Raça/Etnia e Classe**

Carga Horária: 80 (60 teóricas/ 20 práticas) - 30 horas de Extensão

Pré-requisito: n/c

Termo: 5º.

Ementa: O debate étnico-racial e de gênero na construção da sociedade capitalista. Lutas sociais e políticas de combate às explorações e opressões. O Serviço Social e a luta antirracista, antipatriarcal e anticapitalista.

Bibliografia Básica:

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1, 2018.

Bibliografia Complementar:

CISNE, Mirla. Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social em Revista** (Online), v. 18, 2015.

EURICO, Márcia Campos; PASSOS, Rachel Gouveia; ALMEIDA, Magali da Silva; MARTINS, Tereza Cristina Santos. **Questão racial, serviço social e os desafios contemporâneos**. Papel Social: São Paulo, 2021, 216p.

MOURA, Clovis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988. RODNEY, Walter. A Europa e as raízes de subdesenvolvimento africano. In: **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Lisboa: Sera Nova, 1975, pp. 133-145.

RODNEY, Walter. A Europa e as raízes de subdesenvolvimento africano. In: **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Lisboa: Sera Nova, 1975, pp. 133-145.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do ser negro**. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

Nome da Unidade Curricular: **Ética Profissional**

Carga Horária: 80 horas (60 teóricas/20 práticas)

Pré-requisito: n/c

Termo: 5º.

Ementa: Fundamentos ontológicos da ética. Particularidade brasileira, cotidiano e desvalores. Crítica ontológica ao racismo e ao patriarcado. A ética profissional na trajetória do Serviço Social: do conservadorismo à ruptura. O código de ética profissional de 1993 e a defesa de um projeto emancipatório.

Bibliografia Básica:

BARROCO, M. L. S. & TERRA, S. H. **Código de ética do/a assistente social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (org). São Paulo: Cortez, 2012, P.53-70. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788524921056>

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social. Fundamentos Ontológicos**. 8ª. Ed. São Paulo: Cortez Ed, 2009.

SILVA, Uelber B. **Racismo e alienação:** uma aproximação à base ontológica da temática racial. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

Bibliografia Complementar:

BARROCO, M. L. S. **Ética: Fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 4, p. 19-30 Capítulo 1)

BENTO, MARIA APARECIDA. **BRANQUEAMENTO E BRANQUITUDE NO BRASIL**
In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58)

CARDOSO, P. F. G. **Ética e Projetos Profissionais:** os diferentes caminhos do serviço social brasileiro. Campinas (SP): Papel Social, 2013.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Lei de Regulamentação da Profissão, lei no. 8662 de 07 de junho de 1993 e lei no. 12.317 de 26 de agosto de 2010. Código de Ética Profissional de 1993.

CFESS. **Série assistente social no combate ao preconceito**. Brasília: CFESS: s/d.

Nome da Unidade Curricular: **Processos de Trabalho e Serviço Social**

Carga Horária: 80 horas (70 teóricas/10 práticas)

Pré-requisito: n/c

Termo: 5º.

Ementa: O significado social da profissão no processo de produção e reprodução social: a dimensão contraditória. Processos de Trabalho e o Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Espaços sócio-ocupacionais: constituição, metamorfoses, demandas, o trabalho do/a assistente social. Competências e atribuições profissionais nas dimensões anticapitalista, antirracista e antipatriarcal.

Bibliografia Básica:

CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos sociais e Competências Profissionais.** Brasília: 2009.

EURICO, Marcia Campos. **Questão racial e Serviço Social:** uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC, 2011

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar:

DAL ROSSO, Sadi. Teoria do Valor e Trabalho produtivo in **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, no. 70, 2014

GOIS, Dalva A. (Org.) **Famílias e Trabalho Social:** trilhando caminhos no Serviço Social. Campinas: Papel Social, 2018.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social.** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Brasília, 1999.

RAICHELIS, Raquel. Trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo in

RAICHELIS, Raquel (at all) **A nova morfologia do Trabalho no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018.

Nome da Unidade Curricular: **Seminários Temáticos I e II**

Carga Horária: 40 horas (30 teóricas/10 práticas)

Pré-requisito: n/c

Termo: 5º.

Ementa: Temáticas emergentes e transversais no exercício profissional, que refletem as expressões da questão social contemporânea.

Bibliografia Básica:

Bibliografia Complementar:

6º. Termo

<p>Nome da Unidade Curricular: Oficina do Trabalho Profissional I</p> <p>Carga Horária: 80 horas (60 teóricas/20 práticas) - 30 horas de Extensão</p> <p>Pré-requisito: n/c</p> <p>Termo: 6º.</p>
<p>Ementa: A dimensão técnica operativa do trabalho profissional. A instrumentalidade como mediação no trabalho profissional. Estratégias, procedimentos e instrumentais: observação, entrevistas, visitas domiciliares e institucionais; formas de registro e documentação. Conhecimento da realidade institucional em suas dimensões de classe, raça/etnia, gênero e diversidade sexual.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>COSTA. S. M G, Nova cartografia social como exercício de leitura do território tradicionalmente ocupado In: MARRO, K. I.; BARBOSA, E. C. V.; SANTOS, S. (Orgs.). Caminhos metodológicos, saberes e práticas profissionais e populares em territórios de resistência. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.</p> <p>JESUS, Maria Carolina de Jesus. Quarto de despejo: Diário de uma favelada. Ed Ática, 2019</p> <p>SANTOS, C. M., BACKX, S e GUERRA, Y. (org.) A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.</p>
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>ARRUDA, Daniel Péricles. PINTO, Patrícia da Silva. “Pela estrada afora”: sensibilidades e representações sobre a visita domiciliar. 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais – 80 anos de Serviço Social: tendências e desafios, 2016.</p> <p>BAREMBLITT, G. Sociedade e Instituições. In Compêndio de Análise Institucional e outras correntes - Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992, pp. 27-39.</p> <p>CFESS. Assistentes Sociais no combate ao racismo. Brasília, 2020, In: http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf</p> <p>KOGA, Dirce. Diagnósticos socioterritoriais: conhecimento de dinâmicas e sentidos dos lugares de intervenção. In FÁVERO, Eunice. T.; GOIS, Dalva A. (Orgs.). Serviço Social e temas sociojurídicos: debates e experiências. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2014. Disponível em: https://pt.calameo.com/read/0064248046f5f6115b6e3 .</p> <p>LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SILVEIRA, Esalva Maria Carvalho. A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. In: Texto e Contexto, PUCRS, v6, nº2, 2007 Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/fass/article/view/2315.</p>

Nome da Unidade Curricular: **Psicologia Social**

Carga Horária: 80 horas (60h teórica e 20h prática)

Pré-requisito: n/c

Termo: 6º

Ementa: Introdução à história e ao campo da Psicologia Social. A pessoa como ser social e dialógico. Fundamentos psicossociais da vida social em uma sociedade capitalista, racista, sexista, patriarcal e heteronormativa. Temas em psicologia social: espaço social e espaço simbólico; linguagem e conhecimento na vida cotidiana; memória social e memórias da cidade; instituições sociais e socialização; identidades, grupos sociais e interseccionalidades; percepções sociais falsas; pertencimento e desenraizamento; conformismo, submissão e rebeldia.

Bibliografia Básica:

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. 34 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 239 p. ISBN 9788532605986.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória:** ensaios de psicologia social. 3a edição. São Paulo: Ateliê, 2013. 219 p. ISBN 9788574806402

FARR, R. M. **Raízes da psicologia social moderna (1872-1954).** Petrópolis: Editora Vozes, 2013. 248 p. ISBN 9788532620927

Bibliografia Complementar:

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única.** 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64p. ISBN 9788535932539

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade.** São Paulo: Pólen, 2019. 152 p. ISBN 9788598349695

BENTO, M. A. S.; JESUS, M. S.; NOGUEIRA, S. G. (Orgs.) **Identidade, branquitude e negritude** - contribuições para a psicologia social no brasil: novos ensaios, relatos de experiência e de pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014. 312 p. ISBN 9788580403107

CHAUÍ, M. S. **Cultura e democracia:** o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2003.

HELLER, A. **Para mudar a vida** - Felicidade, Liberdade e Democracia. São Paulo: Brasiliense 1982.

Nome da Unidade Curricular: **Política Social II**

Carga Horária: 80 (60 teóricas/ 20 práticas) - 30 horas de Extensão

Pré-requisito: n/c

Termo: 6º.

Ementa: Neoliberalismo, crises econômicas e política social. As políticas sociais, intersectorialidade, o Fundo Público e o financiamento. Políticas setoriais e transversais na realidade brasileira, nas dimensões de classe, raça e gênero e sexualidades.

Bibliografia Básica:

BARROS, I.F., GUIMARÃES, M.C.R. Questão agrária e urbana no Brasil contemporâneo in MEDEIROS, E., NOGUEIRA, L, BEZERRA, L. (org.) **Formação social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate.** São Paulo: Outras Expressões, 2019.

PEREIRA, P. A intersectorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética in MONNERAT, G.L., ALMEIDA, N.L.T., SOUZA, R.G. **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais.** Campinas: Papel Social, 2014.

SILVA, Ademir A. da; PAZ, Rosangela Dias Oliveira da.(org.) **Políticas Públicas e Direitos Sociais.** No contexto da crise capitalista contemporânea. 1ª. Ed. São Paulo: Paulinas, 2020.

Bibliografia Complementar:

CASTRO, Jorge Abraão; POCHMANN, Marcio (org.) **Brasil: Estado Social contra a barbárie.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.

GAIO, Daniel; DINIZ, Ana Paula Santos (org.) **A população em situação de rua e a questão da moradia.** BH: Imprensa Universitária da UFMG, 2021.

GONZALEZ, Lelia. **Primavera para as rosas negras.** Coletânea organizada e editada pela UCPA (União dos coletivos Pan-africanistas). Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

OLIVEIRA, Denis de. **Racismo Estrutural:** uma perspectiva histórico-crítica. 1ª. Ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

SOUZA, Adrianyce Angélica Silva de. et al. (org.) **Trabalho e os limites do capitalismo:** novas facetas do neoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

Nome da Unidade Curricular: **Supervisão Acadêmica de Estágio I**

Carga Horária: 60 horas (40 teóricas/20 práticas)

Pré-requisito: Ética Profissional, FHTM I, II, III

Termo: 6º.

Ementa: Conhecimento do espaço socioinstitucional. Inserção na dinâmica institucional. Apreensão da realidade sócio territorial e das expressões da questão social. Redes de serviços, trabalho e cotidiano profissional. Serviço Social e o racismo institucional.

Bibliografia Básica:

Serão retomadas bibliografias utilizadas no percurso formativo e outras que se fizerem necessárias, conforme a demanda apresentada pelos estudantes no processo de supervisão acadêmica de estágio.

BRASIL. Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10a. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf.

DIAS, S. A. **Serviço Social e relações raciais:** caminhos para uma sociedade sem classes. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7182>. Acesso em 19 jun.2022.

IAMAMOTO, Marilda. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.** Brasília: CFESS, 2009 In: Serviço **Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p.341-375.

Bibliografia Complementar:

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Política Nacional de Estágio**, 2010. Disponível em: [Estágio e Supervisão | ABEPSS](#). Acesso 07/07/2022.

CFESS. RESOLUÇÃO No 533, de 29 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf> Acesso em: 09 ago. 2019.

CFESS. RESOLUÇÃO no 493/2006 de 21 de agosto de 2006. Disponível em: www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf Acesso em: 09 ago. 2019.

GUERRA, I.; BRAGA, M.E. Supervisão em Serviço Social. In: CFESS, **Serviço Social:** Direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

ROSA. Lucia Cristina dos Santos; GUIMARAES. Thais de Andrade. **O racismo na/da política proibicionista brasileira:** redução de danos como antídoto antirracista. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/47204>. Acesso em: 19 jun.2022.

7º. Termo

<p>Nome da Unidade Curricular: Oficina do Trabalho Profissional II</p> <p>Carga Horária: 80 horas (60 teóricas/20 práticas) - 30 horas de Extensão</p> <p>Pré-requisito: n/c</p> <p>Termo: 7º.</p>
<p>Ementa: A dimensão técnico-operativa do trabalho profissional. Estratégias, procedimentos e instrumentais: trabalho com grupos e coletivos; formas de mobilização, organização e participação, conferências, conselhos, fóruns e movimentos sociais. Conhecimento dos grupos e coletivos em suas dimensões de classe, raça/etnia, gênero e diversidade sexual.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>FREIRE, Madalena. Grupo: indivíduo, saber e parceria: malhas do conhecimento. (3º), PND Produções Gráfica, 2003. Disponível em: http://subsidiopj.blogspot.com/2011/03/o-que-e-grupo.html.</p> <p>MARRO, K. I.; BARBOSA, E. C. V.; SANTOS, S. (Orgs.). Caminhos metodológicos, saberes e práticas profissionais e populares em territórios de resistência. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021</p> <p>VILERIENE, Reginaldo Miguel de Lima. Instrumentais técnicos no trabalho com grupos, In LAVORATTI, Cleide e COSTA, Dorival. (org.) Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. 261 p.; 2.300 Kb; PDF.</p>
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>ARRUDA, Daniel Péricles. O manejo de recursos audiovisuais na socio educação. OLH@RES - Revista Eletrônica do Departamento de Educação da Unifesp, v. 7, p. 47-55, 2019. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/868/7180</p> <p>BAIERL, Luzia. Síntese da teoria sobre grupos humanos de Martin Baró: categorias centrais. Material Didático pedagógico -Disponível em PDF</p> <p>DURIGUETTO, Maria Lucia. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo, Revista Katálisis, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 193-202, jul./dez. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/5yKQcYhZCF9J6GxhYz7dXYs/?lang=pt.</p> <p>EIRAS, Alexandra A. L. T. A intervenção do Serviço Social no CRAS: análise das demandas e possibilidades para o trabalho socioeducativo realizado grupalmente. In: A dimensão técnico operativa no serviço social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora/UFJF, 2012.</p> <p>MARTIN BARÓ, Ignácio Sistema, grupo y poder, Espanha, San Salvador, El Salvador: UCA Editores, 1989. PDF.</p>

Nome da Unidade Curricular: **Supervisão Acadêmica de Estágio II**

Carga Horária: 60 horas (40 teóricas/20 práticas)

Pré-requisito: SAE I

Termo: 7º.

Ementa: Aprofundamento técnico operativo. Articulação dos conhecimentos teóricos metodológicos e ético-políticos com os instrumentos e técnicas no exercício profissional, nas dimensões de classe, raça/etnia, gênero e diversidade sexual.

Bibliografia Básica:

Serão retomadas bibliografias utilizadas no percurso formativo e outras que se fizerem necessárias conforme a demanda apresentada pelos estudantes no processo de supervisão acadêmica de estágio, além da Lei de Regulamentação da Profissão(8662/93), do Código de Ética do/a Assistente Social (1993) e as Diretrizes Curriculares (1996).

CAPUTI, L.; MOREIRA, T. W. F. **Estágio Supervisionado em Serviço Social: contribuição para defesa do projeto ético-político Profissional.** Brasília: Universidade e Sociedade, v. 62, p. 126-135, 2018.

EURICO. Márcia. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, no. 133. São Paulo: Cortez, p.515-529, set/dez. 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/M6LN5kSVxDzLNYWtkTxqvBc/?lang=pt&form>.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Instrumental técnico e o Serviço Social. In: SANTOS, Claudia Mônica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço social: desafios contemporâneos.** Juiz de Fora, Ed. UFJF,2012.

Bibliografia Complementar:

ABEPSS, Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2010.

CFESS. **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo: O Livro.**

<http://www.cfess.org.br/arquivos/2020CfessLivroCampanhaCombateRacismo.pdf>.

KALCKMANN. Suzana; SANTOS. Claudete Gomes dos; BATISTA. Luís Eduardo; CRUZ. Vanessa Martins da. **Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS?** Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2007.v16n2/146-155/>.

LIMA. Telma Cristiane Sasso de; MIOTO. Regina Célia Tamaso; PRÁ. Keli Regina Dal. **A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo.** Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br>.

Nome da Unidade Curricular: **Planejamento Social**

Carga Horária: 60 horas (40 teóricas/20 práticas)

Pré-requisito: n/c

Termo: 7º.

Ementa: Planejamento como processo técnico-político, institucional e participativo. Indicadores sociais, nas dimensões de classe, étnico-racial, gênero e sexo como insumos para os processos de planejamento e avaliação no âmbito das políticas sociais. Debates teóricos metodológicos no campo do monitoramento e da avaliação. Planejamento orçamentário e financeiro.

Bibliografia Básica:

BAPTISTA, M. V. **Planejamento Social:** intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Editora Veras, 2003.

BERTOLLO, K. Planejamento em Serviço Social: tensões e desafios no exercício profissional. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/11943>

XAVIER, E. M. (org) **Gênero e raça no orçamento público brasileiro**. 1.ed. - Brasília: Assecor, 2020. Disponível em: https://www.assecor.org.br/files/1815/9802/7678/Genero_e_Raca_no_Orcamento_Publico_Brasileiro_-_Org._Elaine_de_Melo_Xavier.pdf

Bibliografia Complementar:

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais na formulação de políticas públicas**. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/lobelia.faceira/ensino/graduacao-em-servico-social/disciplinas-2010-2019/disciplinas-2017-2019/Uso-de-indicadores-sociais-para-o-servico-social/textos/texto-6-jannuzzi-p-m-indicadores-sociais-no-brasil-conceitos-fonte-de-dados-e-aplicacoes/view?searchterm=indicadores+sociais>

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, 56(2), p. 137-160. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222/227>

GADELHA, Sergio Ricardo de Brito. Módulo I. **Entendendo o Orçamento Público** Brasília, 2017. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3167/1/Modulo%201%20-%20Entendendo%20o%20Orçamento%20Publico.pdf>

SALVADOR, Evilasio. **O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal**. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0426.pdf>

<p>Nome da Unidade Curricular: Oficina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)</p> <p>Carga Horária: 40 horas (30 teóricas/10 práticas)</p> <p>Pré-requisito: Pesquisa Social II</p> <p>Termo: 7º.</p>
<p>Ementa: Aproximação aos temas de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso. Delimitação de temas de pesquisa. Levantamento e sistematização inicial do referencial bibliográfico. Elaboração de pré-projeto de pesquisa.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ALCOFORADO, Mirtes Guedes. Elaboração de Projetos de Pesquisa. Serviço Social – Direitos Sociais e competências profissionais. CFESS:ABEPSS; Brasília (DF), 2009:719-760.</p> <p>GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. Serviço Social – Direitos Sociais e competências profissionais. CFESS: ABEPSS: Brasília (DF), 2002.</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.)& DESLANDES, Suely Ferreira & NETO, Otávio Cruz & GOMES, Romeu. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis (RJ), Vozes, 1994.</p>
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para Relações Étnico-Raciais. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana</p> <p>GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1999.</p> <p>MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. São Paulo: PUC, 1994.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23 ed. Ver. E atual. - São Paulo. Cortez, 2007.</p>

Nome da Unidade Curricular: **Classes e Movimentos Sociais**

Carga Horária: 80 (60 teóricas/ 20 práticas) - 30 horas de Extensão

Pré-requisito: n/c

Termo: 7º.

Ementa: Perspectivas teóricas de classe e movimentos sociais. Lutas sociais, movimentos sociais, organizações sindicais e partidos políticos no Brasil nas dimensões de classe, gênero, raça e etnia. Conjuntura e desafios da organização dos/as/es trabalhadores/as.

Bibliografia Básica:

ABRAMIDES, Maria Beatriz e DURIGHETTO, Maria Lúcia (org.). **Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária.** São Paulo: Cortez, 2014.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica Marxista, n. 32,** Campinas, 2011.

MOURA, Clovis. **Rebeliões da Senzala.** São Paulo: Lech Livraria Editora Ciências Humanas Ltda.

Bibliografia Complementar:

BORON, Atilio Alberto. **Bitácora de un navegante: Teoría política y dialéctica de la historia latinoamericana: antología esencial.** Prólogo de Sabrina González. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020. PDF – disponível em: https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/libro_detalle.php?id_libro=2233&pageNum_rs_libros=0&orden=nro_orden

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos, 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** 1ª.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PDF – disponível em www.expressaopopular.com.br

RODRIGUES, L. M. Partido, ideologia e composição social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais/RBCS.** Vol. 17 no 48 fevereiro/2002, p.31-47. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/9yf86/pdf/rodrigues-9788579820250.pdf>

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

8º. Termo

<p>Nome da Unidade Curricular: Oficina do Trabalho Profissional III</p> <p>Carga Horária: 80 horas (60 teóricas/20 práticas)</p> <p>Pré-requisito: n/c</p> <p>Termo: 8º.</p>
<p>Ementa: Instrumentalidade e Serviço Social. Territorialidade. A dimensão técnica operativa do trabalho profissional: a intersecção entre classe, gênero, raça/etnia e sexualidade. Estratégias, procedimentos e instrumentais: Projeto de intervenção profissional; estudo social/socioeconômico; perícia social, laudos, relatórios e pareceres sociais.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>EURICO, Marcia. Tecendo tramas acerca de uma infância sem racismo, EM PAUTA, RJ 1o Semestre de 2020 - n. 45, v. 18, p. 69</p> <p>KOGA, Dirce. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais, IN Serviço Social em Revista, Londrina, V. 16, N.1, P. 30-42, jul/dez. 2013 (PDF)</p> <p>MIOTO, Regina. Estudos Socioeconômicos. In CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009</p>
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. O Estudo Social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuições ao debate no judiciário, no penitenciário e na previdência social. São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>COUTO, Berenice Rojas. Formulação de projeto de trabalho profissional. In: CFESS/ABESS (Orgs.) Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.</p> <p>Fávero, Eunice Teresinha, O estudo social na perspectiva dos direitos, XX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social Asamblea General de ALAEITS y XX Encuentro Académico Nacional de la Federación Argentina de Unidades de Trabajo Social. Desafíos del Contexto Latinoamericano al Trabajo Social 24 al 27 de setiembre de 2012, Córdoba/Argentina.</p> <p>IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos, Serviço Social e Sociedade, n. 136, São Paulo: Cortez, p. 439-461, set./dez. 2019.</p> <p>TEJADAS, Sílvia da Silva. Serviço Social e Ministério Público: aproximações mediadas pela defesa e garantia de direitos humanos, In: Serviço Social e Sociedade, n. 115, São Paulo: Cortez p. 462-486, jul./set. 2013.</p>

Nome da Unidade Curricular: **Supervisão Acadêmica de Estágio III**

Carga Horária: 60 horas (40 teóricas/20 práticas)

Pré-requisito: n/c

Termo: 8º.

Ementa: O projeto de intervenção profissional. As demandas da população nos serviços sociais e as respostas profissionais, considerando as dimensões de classe, raça/etnia, gênero e diversidade sexual. A sistematização do estágio curricular no processo de formação profissional. Projetos profissionais em disputa.

Bibliografia Básica:

Serão retomadas bibliografias utilizadas no percurso formativo e outras que se fizerem necessárias conforme a demanda apresentada pelos estudantes no processo de supervisão acadêmica de estágio, além da Lei de Regulamentação da Profissão (8662/93), do Código de Ética do/a Assistente Social (1993) e as Diretrizes Curriculares (1996).

COUTO, Berenice Rojas. Formulação de projeto de trabalho profissional. In: CFESS/ABESS (Orgs.) **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social e Sociedade**, n.114, São Paulo, p. 290-310, abr./jun., 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/8Vhsxg8xGgrBL6GnCjknqyL/?format=pdf&lang=pt>

TEIXEIRA. Joaquina Barata; BRAZ. Marcelo. O projeto ético político do Serviço Social. In: CFESS, **Serviço Social: Direitos e competências profissionais**. Brasília:CFESS, 2009.

Bibliografia Complementar:

CFESS. RESOLUÇÃO Nº 533, de 29 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf> Acesso em: 09 ago. 2019.

CFESS. RESOLUÇÃO nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006. Disponível em: www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf Acesso em: 09 ago. 2019.

GUERRA, I.; BRAGA, M.E. Supervisão em Serviço Social. In: CFESS, **Serviço Social: Direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade.** Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>.

LIMA. T. C. S.; MIOTO. R. C. T.; PRÁ. K. R. D. **A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais:** algumas considerações acerca do diário de campo. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1048>

Nome da Unidade Curricular: **Orientação de TCC I**

Carga Horária: 60 horas (30 teóricas/30 práticas)

Pré-requisito: Oficina de TCC

Termo: 8º.

Ementa: Orientações acadêmicas para o desenvolvimento e a concretude do trabalho de conclusão de curso. Submissão dos trâmites éticos de aprovação do projeto de pesquisa. Revisão bibliográfica. Planejamento da pesquisa de campo, definições metodológicas e estruturação da monografia.

Bibliografia Básica:

UNIFESP. Campus Baixada Santista. Curso de Serviço Social. **Regulamento e Manual do Trabalho de Conclusão de Curso**. Projeto Político Pedagógico, 2016.

Dada a natureza do Trabalho de Conclusão de Curso, as bibliografias básica e complementar serão definidas de acordo com as temáticas de estudos.

Bibliografia Complementar:

9º. Termo

Nome da Unidade Curricular: **Serviço Social e o Debate Contemporâneo**

Carga Horária: 80 horas (70 teóricas/ 10 práticas)

Pré-requisito: n/c

Termo: 9º.

Ementa: Transformações societárias, determinações da questão social no século XXI e impactos sobre a profissão no Brasil. Mudanças no mercado de trabalho e implicações na formação e trabalho profissional. Desafios históricos contemporâneos à consolidação do projeto ético-político. Agenda do debate acadêmico e profissional do Serviço Social brasileiro na sua relação afro-américa-latina e caribenha nas dimensões de classe, étnico-racial, gênero e sexo.

Bibliografia Básica:

ELPIDIO, M. H; VALDO, J. P. S; ROCHA, R. (orgs.) **Desafios para o serviço social na luta antirracista:** questão étnico racial em debate. Annablume: São Paulo, 2021, 286p.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. In: **Serviço Social e Sociedade**, N. 111, São Paulo: Cortez, jul/set/2012, pp. 41

YAZBEK, M.C. Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.20, n.2, jul/dez, 2020, pp 293-306.

Bibliografia Complementar:

CFESS. **CFESS Manifesta**. www.cfess.com.br

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais do. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018

IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo. Ed. Cortez, 2007.

SGORLON, C.T.S.; TORRES, M.M. **CFESS Manifesta: o posicionamento político dos(as) assistentes sociais**. *Serviço Social em Perspectiva*, Montes Claros (MG), v.5, n.1, jan/jun, 2021.
<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/3433/3527>

SIMIONATTO, I. & LUIZA, E. Estado e sociedade civil em tempos de contrarreforma: lógica perversa para as políticas sociais. In: **Textos & Contextos**. Porto Alegre: PUCRS, v. 10, n. 2. ago/dez 2011. Pp. 196-226.

Nome da Unidade Curricular: **Gestão Social**

Carga Horária: 60 horas (40 teóricas/20 práticas)

Pré-requisito: n/c

Termo: 9º.

Ementa: As relações entre Estado e Sociedade e a dinâmica da gestão social no Brasil. Gestão democrática e participativa como direção das lutas sociais anticapitalista, antipatriarcal e antirracista. Perspectivas e disputas da gestão social na ordem do capital. Intervenção profissional no campo da gestão social.

Bibliografia Básica:

BEHRING, E. R. **Contra-Reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008 (Cap. 4).

SILVA, A.A. **A gestão da seguridade social brasileira:** entre a política e a competitividade mercantil. São Paulo: São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, R. F.; GURGEL, C. **Gestão democrática e Serviço Social:** princípios e propostas para a intervenção crítica. São Paulo: Cortez, 2016. (Cap. 4)

Bibliografia Complementar:

CABRAL, Maria Izabel Rêgo; FILHO, Evandro Alves Barbosa. **Gerencialismo: a Resposta Neoliberal para a Gestão das Políticas Sociais.** In SILVESTRE, L. P. F. (org.) Ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico]: entendendo as necessidades

COSTA, Frederico Lustosa da. Brasil: **200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas.** Revista de Administração Pública (RAP) — Rio de Janeiro. 42(5): 829-74, SET/OUT. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/DxgBXcJLnFHVxsqPbgCWckQ/abstract/?lang=pt#>

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a sociedade civil:** temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004. (Cap. 3)

RIOS, Flavia. **Antirracismo, movimentos sociais e Estado (1985-2016).** LAVALLE, Adrian Gurza [et al.], Org. Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição. R

VALLE, K. F.; LEITE, J. L. **Contrarreforma do Estado e gerencialismo:** novo fetiche, velha proposta. São Paulo: Revista Serviço Social & Sociedade, n. 131, p. 109-129, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n131/0101-6628-sssoc-131-0109.pdf>

Nome da Unidade Curricular: **Orientação de TCC II**

Carga Horária: 60 horas (30 teóricas/30 práticas)

Pré-requisito: Orientação de TCC I

Termo: 9º.

Ementa: Orientações acadêmicas para o desenvolvimento e a concretude do trabalho de conclusão de curso. Produção da pesquisa. Orientação teórico-metodológica. Sistematização do conhecimento resultante do processo investigativo. Elaboração final da monografia e a apresentação pública.

Bibliografia Básica:

UNIFESP. Campus Baixada Santista. Curso de Serviço Social. **Regulamento e Manual do Trabalho de Conclusão de Curso.** Projeto Político Pedagógico, 2016.

Dada a natureza do Trabalho de Conclusão de Curso, as bibliografias básica e complementar serão definidas de acordo com as temáticas de estudos.

Bibliografia Complementar:

8. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

8.1 Sistemas de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

O processo de avaliação do Curso de Serviço Social insere-se no sistema de avaliação institucional da UNIFESP e da Proposta Pedagógica do Instituto Saúde e Sociedade - Campus BS, tendo ainda, como referências, os processos de discussão e orientações dos órgãos da categoria profissional, ou seja, a ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e CFESS – Conselho Federal de Serviço Social.

A avaliação do processo de ensino aprendizagem decorre da concepção de educação enquanto a construção de conhecimento e saberes através da apreensão dos fundamentos teórico metodológicos, éticos e técnico operativos expressos nas teorias sociais, análises articuladas com a realidade sócio-histórica contemporânea e desenvolvimento de habilidades e competências para o trabalho em Serviço Social.

Trata-se de uma avaliação centrada no processo de ensino-aprendizagem, comprometendo-se com o desempenho acadêmico e com a construção do conhecimento e de práticas em diálogo com as questões apresentadas pela realidade social numa relação dialógica e democráticas com grupo, movimentos e forças sociais.

Compreende a avaliação como inserida no processo formativo, mediador, investigativo, reflexivo, e permanente do desempenho acadêmico, a partir de questões postas pela realidade, reconstrução de categorias analíticas, exercícios e vivências práticas e outros tipos de raciocínios e reflexões diferenciadas, complexas e contextualizadas. Caracteriza-se por ser processual, ou seja, é permanente e contínua e está diretamente vinculada ao processo de ensino-aprendizagem do/a/e estudante e desempenho docente. Assim, passa a ser também, um “*feedback*”, um mecanismo de retroalimentação para todos os envolvidos.

As formas de avaliação da aprendizagem devem considerar as características e natureza própria de cada UC, relacionadas as competências e habilidades, incluindo a produção de atividades individuais e/ou coletivas que envolvam expressões escritas, faladas, visuais, entre outras. Tal processo compreende a realização de reflexões individuais, exercícios, seminários, pôsteres, reflexões críticas, estudos em grupos, levando em consideração a capacidade de argumentação e fundamentação, problematização, proposição e postura ética.

Os docentes são orientados a construir processualmente os instrumentais de avaliação referentes ao conteúdo de cada UC, sem fragmentar o processo didático-pedagógico e/ou figurar como um momento isolado da dinâmica das aulas. Os instrumentais devem ser criativos, críticos, problematizadores e possibilitar a relação do conteúdo ministrado com questões da realidade local e global. Também devem abranger formas de avaliação da capacidade de proposição e intervenção nessas realidades, garantindo a práxis (unidade teórico-prática) como exercício fundamental na constituição do profissional ético, crítico, com postura investigativa e competente. As formas de avaliação de aprendizagem são definidas nos Planos de Ensino de cada UC, devendo ser comunicada aos estudantes pelo professor responsável pela UC no início de cada semestre letivo.

As avaliações constituem em instrumento para redimensionar o conteúdo da UC, considerando, além do conteúdo proposto e ministrado (avaliação da capacidade epistemológica, cognitiva e habilidades), as atitudes de estudantes no decorrer das aulas: a interação com os colegas e a capacidade de trabalhar em equipe; a seriedade, a responsabilidade e a pontualidade; o compromisso e o interesse pelos temas propostos e por seu processo formativo.

Estudantes devem receber uma devolutiva da avaliação pelo docente responsável pela UC. Notas e comentários que justifiquem o grau de aprendizado, a identificação das dificuldades e/ou defasagens, quando for o caso, os meios, estratégias e alternativas para a sua superação. Da mesma maneira, as práticas e trabalhos realizados com grupos, movimentos e sujeitos

sociais, vinculados aos conteúdos da UC devem ter uma devolutiva para os sujeitos envolvidos que propiciem a ampliação e troca de saberes.

A aprovação do/a/ estudante de acordo com o Regimento Interno da PROGRAD em sua seção IV – Da avaliação acadêmica, em seu artigo 89 “seguirá os critérios descritos em seu plano de ensino, definindo-se pela frequência mínima e pelo aproveitamento acadêmico” (p.26). O aproveitamento acadêmico ocorre por meio de notas atribuídas em uma escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), computadas até a primeira casa decimal, a exceção da UCs Orientação de TCC I e II.

As Normas para aprovação nas Unidades Curriculares, conforme definem os art. 91 e 92 do Regimento da Prograd (2014), são:

I – se obtiver nota inferior a 3,0 (três), estará reprovado sem direito a exame;

II – se obtiver nota entre 3,0 (três) e 5,9 (cinco inteiros e nove décimos), terá que se submeter a exame;

III – se obtiver nota igual ou maior que 6,0 (seis), estará automaticamente aprovado.

Art. 92. No caso de o estudante realizar exame, a nota final de aprovação na Unidade Curricular deverá ser igual ou maior que 6,0 (seis) e seu cálculo obedecerá à seguinte fórmula: Nota final = (média obtida na Unidade Curricular + nota do exame)

A frequência mínima exigida, por Unidade Curricular é 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas. O estudante com frequência inferior a 75% estará automaticamente reprovado, independentemente da nota de aproveitamento obtida. Os resultados das avaliações são registrados em um sistema informacional, por meio de notas e frequência, através pasta verde

Em caso de reprovação o/a estudante deverá obrigatoriamente cursar a(s) UC(s). Importante destacar que o Curso não adota o Regime Especial de Recuperação (RER), previsto nos artigos 97-100 do Regimento da Prograd 2014.

Estudantes podem contribuir e acompanhar o processo de avaliação com participação em reuniões docentes e Comissão de Curso. A coordenação de curso realiza reuniões com os representantes de estudantes por turma e termos para acompanhamento do processo ensino aprendizagem com as devidas

particularidades para o/a estudante que apresentarem dificuldades, encaminhando-se as situações que forem pertinentes ao Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) e Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) com vista à garantia de permanência do estudante na universidade.

8.2 Sistemas de Avaliação do Projeto Político Pedagógico do Curso

O Curso possui um sistema de acompanhamento e avaliação do seu Projeto Político Pedagógico constituído pelas seguintes instâncias: Coordenação de Curso, Comissão de Curso, que conta com a participação dos docentes, técnicos e representação de discentes de cada termo do curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE) e, pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da universidade⁵⁵.

A coordenação tem o papel de viabilizar e garantir a condução político-pedagógica e acadêmica do processo de acompanhamento e avaliação do projeto do curso. Nesse sentido, busca a relação interdisciplinar, o trabalho em equipe, a integração do corpo docente/discente/técnico, a implementação da matriz curricular, a articulação para implantar a política e as práticas pedagógicas e acompanhar os resultados das estratégias pedagógicas.

A Comissão de Curso, órgão máximo de decisão na esfera do curso, assume o papel de deliberar, articular, controlar e zelar pela política de formação profissional e pela integralização curricular, subsidiando, auxiliando e acompanhando a Coordenação de Curso.

Ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) compete acompanhar, consolidar e atualizar, permanentemente, o Projeto Político Pedagógico do Curso. Tem o papel de garantir uma política de acompanhamento e avaliação da proposta

⁵⁵ De acordo com a lei federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior em seu artigo "Art. 11. Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP"; e em conformidade com Portaria normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 - Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

político-pedagógica do curso, a partir das deliberações da Comissão de Curso, considerando a concepção, a estrutura, a organização e a integralização curricular da formação profissional para os necessários aprofundamentos, qualificação e redirecionamentos (atualização).

A CPA tem como atribuições conduzir os processos de avaliação internos da universidade, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Aquela obedecerá às seguintes diretrizes:

I - Constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II - Atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior (UNIFESP)⁵⁶.

No Relatório de autoavaliação institucional ano base 2018-2020 (março - 2020) a CPA informa as ações desenvolvidas e a autoavaliação do triênio. No que diz respeito as comissões locais há um destaque para as reformulações ocorridas no campus da Baixada Santista onde uma nova gestão, experiência de atuação e processos auto avaliativos, assume a coordenação local (p.30).

Assim, no percurso do sistema de avaliação, o Curso examinará os dados e resultados provenientes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), do MEC/INEP, formado pelo tripé: avaliação das instituições, avaliação dos cursos e avaliação do desempenho dos estudantes (Exame Nacional dos Estudantes - ENADE). Além disso, tomará como referência estudos e levantamentos da PRAE e PROGRAD sobre o perfil do/a estudante, permanência estudantil, trajetória acadêmica e os processos auto avaliativos da CPA local a serem agendados. São insumos importantes ao processo de monitoramento e avaliação deste PPP.

Em novembro de 2019 o curso passou por avaliação do MEC para Renovação do Reconhecimento do curso obtendo a nota máxima: 5.0 (cinco).

⁵⁶ Informações da CPA In: <https://www.unifesp.br/reitoria/cpa/apresentacao>

9- ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares visam possibilitar o enriquecimento e ampliação do processo formativo do/a estudante, para além das atividades acadêmicas vinculadas às Unidades Curriculares do Curso. Nesse sentido, buscam concretizar alguns dos princípios norteadores do Projeto Político Pedagógico do Campus da Baixada Santista, como: a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, prática profissional como eixo norteador do projeto pedagógico, problematização do ensino a partir da prática e da pesquisa, interdisciplinaridade, postura ativa do estudante na construção do conhecimento e postura facilitadora/mediadora do docente no processo ensino/aprendizagem.

O/A estudante deve cumprir 140 horas de atividades complementares, que devem constar no Histórico Escolar, e a validação seguirá as normas gerais do Campus Baixada Santista e específicas do Curso conforme o Regulamento ANEXO.

Estudantes deverão apresentar a documentação de Atividades Complementares sempre no último semestre antes de formar, em acordo com os cronogramas elaborados pela comissão de Atividades Complementares e Secretaria de Graduação. Além do cronograma, a Comissão de Atividades Complementares deve realizar a análise da documentação comprobatória apresentada pelo Estudante e proceder a equivalência e validação de carga horária conforme Tabela de Equivalência de carga horária das Atividades Complementares.

Ao longo do curso, os/as estudantes são incentivados a participar de diversas atividades internas e externas a Universidade, estando previstas oportunidades de atividades de monitoria acadêmica, pesquisa (iniciação científica), extensão etc., as quais podem ser desenvolvidas com os/as docentes de todos os eixos dos cursos ou mesmo fora da universidade.

Os/As alunos/as também são estimulados/as a participar de eventos culturais, científicos e esportivos, além de cursos para aprimoramento profissional, tais como cursos de línguas e de capacitação profissional. Horas dedicadas a atividades de representação discente nos diversos órgãos colegiados da

UNIFESP, das organizações profissionais e estudantis, também podem ser convalidadas.

Considerando que as atividades complementares têm como objetivo ampliar o repertório teórico-prático nos âmbitos cultural, social e político do/a estudante, estas deverão ser estimuladas pelos/as respectivos/as docentes nos diferentes módulos e eixos dos quais participa, motivando o/a estudante a complementar o conhecimento através de diferentes formas de apropriação de conhecimento e prática, que propicie reflexões que contribuam para ampliação do processo de formação.

As normas e orientações específicas para apresentação dos documentos de comprovação das Atividades Complementares encontram-se no REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL, disponível para todos as/os/es estudantes no site do Campus Baixada Santista⁵⁷.

⁵⁷ Disponível em: [Serviço Social \(unifesp.br\)](http://unifesp.br)

10. ESTÁGIO CURRICULAR

O Estágio em Serviço Social (ESS) é um componente curricular obrigatório indispensável à integralização do processo de formação acadêmica do (a) estudante e condição para obtenção de diploma no Curso de Serviço Social.

A concepção de estágio curricular está apoiada na Política Nacional de Estágio/PNE-2010 da ABEPSS, que compreende:

O estágio supervisionado no curso de Serviço Social apresenta como uma de suas premissas oportunizar ao(a) estudante o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital⁵⁸.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 define o estágio supervisionado enquanto:

(...) atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar⁵⁹

Como parte constitutiva do Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social, o Estágio em Serviço Social (ESS) está conectado aos objetivos que conformam a identidade do curso e se particularizam em cada ano do processo de formação:

- I. Compreensão da realidade e do Serviço Social: Trabalho e Cultura, Questão Social e suas Expressões.

⁵⁸ POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO - PNE/2010 - ABEPSS. Disponível em: [Estágio e Supervisão | ABEPSS](#). Acesso em 29/06/2022.

⁵⁹ Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Disponível em: [ABEPSS/CEDEPSS \(abepss.org.br\)](#) Acesso em 29/06/2022.

- II. Respostas à questão social: Estado, sociedade e profissão – diferentes referenciais teórico-metodológicos de apreensão e intervenção social.
- III. Enfrentamentos às expressões da questão social: Trabalho e cotidiano profissional, projetos profissionais e organização da categoria.
- IV. Instrumentalidade e Serviço Social: exercício profissional e construção do conhecimento.

O Estágio Supervisionado em Serviço Social/ESS é unidade curricular de caráter teórico-prática, efetivada por meio da inserção do (a) estudante em espaços socioinstitucionais, nos quais trabalham os/as assistentes sociais, e que possibilitem condições de aprendizagem do trabalho profissional, sob supervisão direta de assistentes sociais.

Como componente curricular estratégico, o ESS possibilita a articulação entre as unidades curriculares e as dimensões ético-política, teórico metodológica e técnico operativa que conformam o exercício profissional.

São objetivos do Estágio em Serviço Social (ESS):

- I. Qualificar o processo de ensino-aprendizagem do trabalho profissional que ocorre no âmbito da formação e da intervenção profissional.
- II. Provocar o conhecimento acerca da realidade social e do trabalho profissional no contexto da Baixada Santista.
- III. Inserir o (a) estudante em cenários de trabalho, aproximá-los (as) da dinâmica e contraditória realidade dos espaços socioinstitucionais e refletir sobre as possibilidades e limites da profissão nos campos de estágio.
- IV. Reconhecer e refletir sobre os elementos constitutivos do projeto profissional em curso nos espaços de trabalho e sua relação com o projeto ético-político da profissão.

- V. Estabelecer relações entre os conhecimentos teórico-metodológico, ético-político, técnico operativo e o trabalho profissional.
- VI. Aproximar a dimensão formativa e interventiva e refletir sobre as implicações do trabalho na experiência educacional efetivada por meio do estágio.
- VII. Contribuir na construção de respostas profissionais às demandas sociais e institucionais.
- VIII. Oportunizar o aprendizado de competências e habilidades próprias da atividade profissional.
- IX. Contribuir com a construção da identidade profissional do (a) estudante.
- X. Estimular o (a) estudante a elaborar análises críticas sobre o cotidiano de estágio, a formação e o trabalho profissional.
- XI. Incentivar o (a) estudante a identificar no estágio objetos de investigação para produção de conhecimento na área do Serviço Social.

O estágio supervisionado, enquanto elemento fundamental no processo formativo, se estrutura em duas Unidades Curriculares articuladas e simultâneas: Supervisão Acadêmica de Estágio e Estágio Supervisionado em Serviço Social. A UC Supervisão Acadêmica de Estágio é atividade docente, de responsabilidade do/a professor/a com formação em serviço social, ofertada em sala de aula, do 6º aos 8º termos, com 60 horas-aula em cada termo. A UC Estágio Supervisionado em Serviço Social tem natureza diferenciada das demais UCs, pois se realiza por meio da inserção do/a estudante em campos de estágio conveniados com a UNIFESP, sob supervisão direta de assistentes sociais do quadro funcional desses campos, em articulação direta com a UC de Supervisão Acadêmica de Estágio. Os/As estudantes estagiários/as em estágio supervisionado obrigatório possuem Apólice Individual de Seguros contratado pela UNIFESP.

A realização do estágio supervisionado, a partir da UC Supervisão Acadêmica I e Estágio Supervisionado I tem como pré-requisitos as UCs: Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I, II e III; e Ética Profissional, de acordo com as exigências previstas para realização de estágio obrigatório da PNE da ABEPSS (2010). E para Supervisão Acadêmica II e Estágio Supervisionado II, pré-requisito: Supervisão Acadêmica I e Estágio Supervisionado I. Para Supervisão Acadêmica III e Estágio Supervisionado III, pré-requisito: Supervisão Acadêmica II e Estágio Supervisionado II.

Deverão ser cumpridas 420 horas de estágio supervisionado, distribuídas em três semestres letivos, do seguinte modo: 140 horas de estágio no do 6º termo; 140 horas de estágio no 7º termo e 140 horas de estágio no 8º termo.

Este PPPC inova ao definir uma articulação orgânica na localização na matriz de UCs que são fundamentais para a inserção do/a estudante em campos de estágio. Nesse sentido, a UC Processos de Trabalho e Serviço Social contempla conteúdos necessários à inserção no campo de estágio. Também, a UC Oficina do Trabalho Profissional I é ofertada simultaneamente com a Supervisão Acadêmica de Estágio I. Outra inovação está na compreensão das particularidades do/a estudante em situação de emprego, com a possibilidade de realização de estágio em período concentrado, em cada termo e durante o semestre, mediante aprovação da Comissão de Estágio do Curso.

O processo de Estágio Supervisionado se dá a partir da relação dos três sujeitos: estudante estagiário/a, supervisor/a de campo e supervisor/a acadêmico/a. O curso de Serviço Social da UNIFESP, em sintonia com as orientações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (1997), propõe espaços de construção coletiva desse processo e de formação permanente para os/as assistentes sociais supervisores/as de estágio, como o Fórum de Supervisão de Estágio, Encontro de Supervisores/as de Estágio e cursos de extensão periódicos.

Salienta-se a capilaridade promovida pelo Curso de educação permanente organizado pela coordenação da Comissão de Estágio, que oferece geralmente uma vez ao ano às/aos supervisoras/es de campo. Todos os espaços são

construídos de forma horizontal e coletiva, reconhecendo e potencializando o protagonismo estudantil e a valorosa contribuição dos/as assistentes sociais, sobretudo da região da Baixada Santista, no processo formativo dos/as estudantes e que, ao assumirem a supervisão de campo, reforçam o compromisso ético com a direção da profissão expresso nas competências previstas no perfil de egresso do curso.

As normas e orientações específicas para a inserção e início dos estágios encontram-se no REGULAMENTO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL, disponível para todos as/os/es estudantes no site do Campus Baixada Santista⁶⁰.

⁶⁰ Disponível em: [Serviço Social \(unifesp.br\)](http://servico-social.unifesp.br)

11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma exigência curricular para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. Constitui-se na produção de uma monografia científica na qual o/a estudante sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo originário de indagações teóricas, geradas a partir das experiências nos estágios, de projetos de Iniciação Científica (IC) ou de outras experiências e reflexões de interesse, explicitadas e amadurecidas no decorrer do curso. Conforme as Diretrizes Curriculares Gerais para o curso de Serviço Social da ABEPSS, em edição comemorativa de 25 anos da Diretrizes Curriculares, afirma-se que o TCC “deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional” (ABEPSS:2021, p. 39). Também é importante considerar que temáticas deverão estar situadas, sempre que possível, nas dinâmicas socioprofissionais da Região Metropolitana da Baixada Santista, vinculadas a objetos de investigação em suas dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.

O TCC tem como objetivos:

- Contribuir para o processo de formação do/estudante a partir dos conhecimentos absorvidos durante o curso;
- Possibilitar que o/a estudante desenvolva a pesquisa de acordo com as exigências do Curso de Serviço Social e da Comissão de TCC, considerando, portanto, as normas acadêmicas e os critérios de avaliação;
- Produzir conhecimento a ser publicizado no campo acadêmico, bem como na sociedade em geral;
- Sistematizar o processo de formação da/o estudante.

Quanto à autoria, pode ser individual, em dupla ou trio. É realizado dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas e construído em um processo de articulação teórico-metodológica que perpassa as Unidades

Curriculares de Oficina de TCC no 7º Termo e Orientação de TCC I e II nos 8º e 9º Termos.

O TCC compõe a carga horária total do curso e possui como pré-requisito a UC Oficina de TCC. Neste atual PPPC, inclui-se como pré-requisito para UC de Oficina de TCC, as UCs de Pesquisa Social I e II, considerando a importância das/os/es estudantes vivenciarem práticas investigativas antes do início da elaboração de seu Pré-Projeto de TCC que se concretiza na UC Oficina de TCC.

A carga horária destinada à elaboração do TCC é de 60 horas na UC de Orientação de TCC I (8º termo) e 60 horas na UC de Orientação de TCC II (9º termo), totalizando 120 horas.

O/A estudante no processo de construção do TCC, conta com a orientação de um/a docente do curso de Serviço Social ou de outros cursos/*campi* da UNIFESP. Quando de orientadores de outros cursos, estes deverão ter necessariamente um percurso de estudos e pesquisas voltadas às temáticas do TCC. Cada orientador/a tem, no máximo, 05 TCCs sob sua responsabilidade, semestralmente.

No 9º Termo, finalizando este processo, é realizada a banca de Apresentação Oral Pública, constituída por dois membros, sendo o/a orientador e um/a convidado/a. Quando o/a orientador/a não tiver formação em Serviço Social, necessariamente, o/a leitor/a convidado/a deverá ser um/a docente do curso, com formação em Serviço Social⁶¹.

⁶¹ Conforme orientações do Regulamento de TCC que está disponível no link do curso: <https://www.unifesp.br/campus/san7/graduacao/cursos/servico-social>.

O TCC será avaliado de acordo com os critérios aprovados em Comissão de Curso, que constam no Regulamento do TCC, a saber:

Crítérios para avaliação do TCC
Título condizente com o trabalho
Introdução adequada e justificativa para a realização da pesquisa
Embasamento teórico
Metodologia adequada ao estudo
Apresentação dos resultados adequada à metodologia
Interpretação dos resultados encontrados
Conclusões relacionadas com os objetivos propostos e baseadas nos resultados obtidos
Normas da ABNT
Apresentação oral pelo aluno/a
Escrita conforme a língua portuguesa, com coesão e coerência

Os/as/es estudantes serão informados, durante o processo de formação em Orientação de TCC I e II, como pela Comissão de TCC, sobre as formas de acesso a: Manual de TCC (2013); o Regulamento de TCC (2015), bem como dos fluxos da universidade para depósito do TCC ao Repositório Institucional da UNIFESP, Tutorial Turnitin (2021) para verificação de similaridades ou plágios; e o Tutorial para Auto-Arquivamento de TCCs da Graduação. Destaca-se, ainda, que o/a/e estudante poderá acessar as produções acadêmicas já desenvolvidas por outros discentes as quais estão disponíveis para acesso no Repositório

Institucional da Unifesp: <https://repositorio.unifesp.br/>. Ressalta-se que os estudantes só poderão colar grau após o depósito do TCC no Repositório.

12. APOIO AO DISCENTE⁶²

As Instituições de Ensino Superior são marcadas pela diversidade humana, considerando-se aqui todas as dimensões que constituem o Humano.

O arcabouço legal brasileiro atual garante o acesso à Educação, em todos os níveis - da creche ao ensino superior. Tal direito convoca as Universidades a avançarem nos meios que garantem o acesso e a acessibilidade no ensino superior, cujos currículos ainda se encontram inflexíveis e descontextualizados e contribuem para um alto índice de evasão e exclusão perversa. Mesmo com todos os avanços nas políticas afirmativas e na democratização do ensino superior, a universidade ainda se depara com desafios estruturais para eliminar a estigmatização, segregação e exclusão de grupos historicamente marginalizados, tal como pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento dentre outros (JURDI; SANTOS, 2022).

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007), a educação especial deve se efetivar na educação superior por meio de ações que assegurem a permanência, o acesso ao conhecimento e o sucesso acadêmico dos estudantes alvo da educação especial. Tais ações envolvem planejamento e organização de recursos e serviços que promovam a acessibilidade arquitetônica, comunicacional, e nos sistemas de informações - dos materiais didáticos à prática docente.

Ademais, o Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior, do Governo Federal buscou fomentar ações específicas, por meio dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão para promover a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência, transtornos globais do

⁶² Texto elaborado pelo NAI com contribuições do Curso.

desenvolvimento, altas habilidades e superdotação nas instituições de ensino superior (BRASIL, 2013).

Assim temos que os Núcleos são uma importante instância institucional para tecer redes de apoio aos estudantes com deficiência, transtornos de aprendizagem e globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação cujas ações visam principalmente fomentar uma cultura institucional baseada no conceito de diversidade funcional e da centralidade da acessibilidade para assegurar a permanência e acesso ao conhecimento e sucesso acadêmico (SANTOS et al. 2022; SANTOS, JURDI e MORETTI, 2022. JURDI; SANTOS, 2022).

O Instituto Saúde e Sociedade e o Instituto do Mar do *campus* Baixada Santista recebem estudantes das mais diversas regiões do país, que trazem consigo suas diferenças culturais, as marcas dos trajetos de escolarização, desvantagens socioeconômicas refletindo-se em singularidades e necessidades pedagógicas específicas.

De modo a oferecer apoio à inclusão e permanência estudantil se organiza através do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) e Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) com vistas a atender as necessidades educacionais e socioeconômicas na interrelação com as especificidades dos cursos do *campus*, Portanto, os estudantes alvo da Educação Especial no *campus* contam com o NAI-BS⁶³, que foi criado após aprovação da Política de Acessibilidade Inclusão⁶⁴ pelo Conselho Universitário da UNIFESP, no ano de 2018, e se constitui localmente como instância consultiva da diretoria de *campus* e dos Institutos buscando a mediação em relação ao tema da inclusão dos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e ou com altas habilidades/superdotação voltando suas ações para o alunado de ambos os

⁶³ Portal de Acessibilidade da Universidade Federal de São Paulo. Disponível em: <https://acessibilidade.unifesp.br/nai/nai-baixada-santista>

⁶⁴ Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. São Paulo, 2018. RESOLUÇÃO n° 164, de 14 de novembro de 2018. Dispõe sobre a Política de Acessibilidade e Inclusão na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/prae/acessibilidade/acessibilidade/camara-de-acessibilidade>

institutos, com vistas ao direito de acesso ao conhecimento, de participação em todos os âmbitos da vida universitária e à permanência estudantil,

O NAI-BS, como prevê a Política de Acessibilidade e Inclusão, realiza ações que variam desde o acolhimento dos ingressantes e ou veteranos, seguida da mediação dialogada com coordenadores de Eixos Comuns e Específicos e os discentes para traçar planos educacionais flexíveis e inclusivos. Investe em Oficinas de formação e capacitação docente para acessibilidade comunicacional e pedagógica (audiodescrição, por exemplo), e diligentemente identifica e sugere medidas administrativas para a eliminação de barreiras de acessibilidade arquitetônica, digital, pedagógica e atitudinal.

Todas as ações do NAI-BS são orientadas pelo Modelo Social da Deficiência, pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão, tomando-se o conceito de desenho universal e o princípio da razoabilidade das adaptações necessárias, da flexibilização curricular como ferramentas para encontrar, de modo compartilhado e participativo com todas as instâncias locais e centrais, as melhores soluções para a eliminação de barreiras à acessibilidade (em todas as suas dimensões) privilegiando a autonomia, independência do estudante e a plena participação discente nas atividades relacionadas ao cotidiano universitário.

Por fim, incentiva fortemente a reflexão crítica acerca do tema da inclusão e acessibilidade, tomando esta última como a ferramenta que materializa o direito à Educação.

Também compõe as iniciativas institucionais de apoio ao estudante, a política de permanência estudantil coordenada pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e executada no *campus*, principalmente, pelo Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE). Essa política é regulamentada pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Decreto nº 7234/2010, e tem como pilares de atuação, ações voltadas para a assistência à alimentação, saúde, cultura, apoio pedagógico e oferta de auxílio permanência para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A equipe do NAE é composta por profissionais de diversas áreas de conhecimento (assistente social, médico, enfermeira, pedagoga, assistente administrativo e coordenador) que trabalham coletivamente. A equipe realiza ações como acolhimento, orientações, atendimentos pontuais ou longitudinais, estes nas modalidades individual ou coletiva, além de gestão do Programa Auxílio para Estudantes (PAPE), encaminhamentos ao Serviço de Saúde do Corpo Discente (SSCD) e rede de serviços do município, desenvolvimento de ações de apoio pedagógico e outras atividades pertinentes a política de permanência estudantil.

De maneira geral, conforme previsto no regimento do NAE, cabe à equipe:

- Executar as políticas de assistência da PRAE de forma a propiciar condições para a permanência estudantil e demais demandas da sociabilidade estudantil;
- Contribuir para o desenvolvimento acadêmico, visando a formação de qualidade;
- Trabalhar de forma coletiva na perspectiva da interdisciplinaridade;
- Colaborar na mediação de conflitos referentes à comunidade discente, especialmente àqueles relacionados à permanência na universidade;
- Envolver as redes de suportes coletivos (esportivos, culturais, educacionais, de saúde etc.) intra e extra universidade como forma de potencializar a autonomia do estudante em seu processo acadêmico;
- Auxiliar a comunidade universitária nos processos educacionais e de vivência acadêmica;
- Avaliar e encaminhar os estudantes para os equipamentos e/ou Centros de referência intra e extra universidade;
- Trabalhar de forma intersetorial com os equipamentos universitários;
- Auxiliar a Universidade a identificar demandas discentes;
- Executar ou apoiar a realização de eventos, campanhas e demais atividades da PRAE.

13. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO

A coordenação do Curso de Serviço Social é responsável pelo planejamento da atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e da Comissão de Curso, os quais se reúnem ordinariamente, com periodicidade mensal e extraordinária sempre que se faz necessário. A coordenação do Curso integra a Câmara de Graduação do Campus.

No Curso de Serviço Social existem reuniões pedagógicas, espaço específico para o encontro da coordenação com as/os docentes, de forma sistemática e com periodicidade mensal. As demandas específicas dos/das docentes e discentes do curso são atendidas de forma processual.

A Comissão de Curso é o órgão colegiado do Curso de Serviço Social em que participam coordenação, docentes, discentes e os/as técnicos/as. O Núcleo Docente Estruturante é a instância consultiva e assessora a Comissão de Curso da Graduação em Serviço Social com atribuições acadêmicas destinadas ao aprimoramento do Projeto Pedagógico do Curso o qual visa à formação acadêmica e profissional do corpo discente. Tem por missão garantir o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão dos/das docentes e discentes do curso em consonância com as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social (ABEPSS:1997), bem como com os objetivos estabelecidos pelo Projeto Político Pedagógico do Campus e da UNIFESP.

O Curso de Serviço Social da UNIFESP se organiza por meio de três Núcleos: Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; Fundamentos da Formação Sócio histórica da Sociedade Brasileira e Fundamentos do Trabalho Profissional, os quais buscam uma formação que garanta qualificação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa com vistas ao desempenho do trabalho profissional que contribua com o fortalecimento das políticas sociais, participação popular em prol da equidade e da justiça social.

A coordenação de curso dispõe de três comissões no curso que assessoram nas dimensões: do Estágio, do TCC e das Atividades Complementares. As

comissões são compostas por docentes e técnicos/as do curso e o mandato é orientado pela gestão da Coordenação do Curso

O corpo discente tem participação ativa no processo de avaliação e monitoramento do Projeto Pedagógico do Curso e contribui de forma conjunta com a instituição e com os docentes no desenvolvimento do curso.

A coordenação do Curso tem estreita relação com a coordenação da pós-graduação, principalmente com a promoção da participação dos/das docentes, discentes e técnicos nos Grupos/Núcleos de Estudo, Pesquisa e Extensão, bem como, nas atividades promovidas para o fortalecimento da área de Serviço Social.

14. RELAÇÃO DO CURSO COM O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO

Na formação profissional do/a Assistente Social um dos grandes desafios que se impõe é a realização de um trabalho que assegure a indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa, considerando que as universidades têm *“autonomia didático-científica administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obediência ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”* conforme conquistado na Constituição Federal de 1998, (Artigo 207) e na LDB de 1996, que estabeleceu a extensão universitária como uma das finalidades da Universidade (Artigo 43).

A relação entre ensino, pesquisa e extensão é assegurada na direção social do Curso, por compreender a indissociabilidade entre as três dimensões da formação.

As diretrizes curriculares da (ABEPSS:1997) elaboraram princípios e orientações para formulação das unidades curriculares de ensino que permitam assegurar uma densa leitura sócio-histórica da realidade social para intervenção na realidade social. A dimensão investigativa conquistou uma dimensão transversal no currículo, de modo a formar profissionais capazes de sistematizar e produzir conhecimento com o seu trabalho profissional. Assim, o curso dispõe de unidades curriculares que assegurem vivências de pesquisa, acrescido dos programas de iniciação científica e a participação nos Grupos/Núcleos de Ensino, Pesquisa e Extensão, de acordo com as duas linhas de pesquisa.

A extensão universitária é compreendida como componente da formação da universidade no estreito diálogo com a sociedade e promove o reconhecimento e respeito das diferenças e defesa dos direitos humanos contribuindo com a democratização do acesso ao conhecimento sistematizado. Essa perspectiva de extensão tem sido confrontada com projetos que negam o conhecimento popular, hierarquizam os projetos extensionistas e não contribuem com a inserção social da Universidade de modo emancipatório. Desse modo, o Curso tem promovido debates para materializar a indissociabilidade que exige uma

mudança de cultura e mentalidade para romper com o isolamento das três dimensões e a dicotomia entre teoria e prática, refletindo o distanciamento entre universidade e sociedade.

Docentes e técnicos do Curso participam e coordenam os Programas de Educação Tutorial – PETs: Educação Popular “Criando e recriando a realidade Social” e o PET Saúde. Ambos selecionam anualmente diversos estudantes dos vários cursos do Campus. Os demais projetos de extensão do Curso contam com bolsa PIBEX e se desenvolvem de modo interdisciplinar.

O Centro de Educação em Direitos Humanos da UNIFESP *Campus* Baixada Santista, criado em 2011 numa perspectiva de efetivação de uma cultura de educação em direitos humanos em acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, se tornou em 2022, como Programa de extensão para auxiliar no desenvolvimento da curricularização.

O desafio que se põe é potencializar a vivência e estudo das situações em que um projeto, inicialmente classificado como de pesquisa seja capaz de suscitar a abertura de debates, reflexões com os sujeitos nele envolvidos, seja capaz de colocar a população e os/as pesquisadores/as diante de resultados e envolvidos em soluções para os problemas estudados.

Pensa-se também em projetos de extensão que sinalizem para a necessidade de realizações de levantamentos ou de outras modalidades de abordagens, criando espaços e possibilidades de atuação na universidade.

A partir dessas associações a sala de aula, certamente, será enriquecida e potencializada na dimensão ensino e aprendizado, podendo o mesmo ocorrer nos espaços dos campos de estágios, das oficinas pedagógicas, dos seminários temáticos, do Programa de Educação Tutorial (PET) e nos Núcleos e Grupos de Estudos, Extensão e Pesquisa, como celeiros de reflexões e práticas pedagógicas no universo acadêmico da formação profissional.

A UNIFESP tem ainda apoiado a criação e consolidação de grupos de pesquisa inseridos na Plataforma Lattes do CNPq, tem valorizado o diálogo *Inter campi*, visando prioritariamente a interdisciplinaridade, capaz de qualificar as partes envolvidas estimulando publicações conjuntas, a ampliação da equipe de

docentes comprometidos com a relação ciência e sociedade, seja no âmbito das ciências exatas, tecnológicas, sociais e humanas, com a produção de conhecimento socialmente referenciada e qualificada.

15. INFRAESTRUTURA⁶⁵

Atualmente o *Campus* Baixada Santista da UNIFESP conta com 5 Unidades, embora as atividades de Graduação se concentrem nas unidades descritas a seguir. A Unidade Central, inaugurada em 12 de abril de 2012 foi recentemente nomeada Unidade “Mariângela Gama Duarte”, em homenagem à deputada que teve fundamental importância para vinda de um campus da UNIFESP para a região da Baixada Santista. Nesta Unidade ocorrem a maior parte das aulas dos cursos de graduação do Instituto de Saúde e Sociedade. No entanto, além de toda estrutura disponível para as atividades de Graduação, como salas de aulas, laboratórios didáticos, restaurante universitário e biblioteca, essa unidade também conta com uma importante infraestrutura para Pesquisa, com laboratórios multiusuários implantados com recursos financeiros concedidos pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e FAPESP.

Outra importante Unidade em que atividades de Graduação acontecem é a Unidade Carvalho de Mendonça (Edifício Acadêmico II). O prédio da rua Carvalho de Mendonça, 144, foi adquirido no final de 2014, com absoluto apoio e trabalho conjunto da reitoria. Nessa Unidade ocorre a maior parte das atividades didáticas dos cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia do Mar (BICT-Mar), Engenharia Ambiental e Engenharia de Petróleo e Recursos Renováveis, além de abrigar a Direção Administrativa do campus Baixada Santista da UNIFESP.

A Unidade do Centro Histórico de Santos foi inaugurada em janeiro de 2022, com o intuito de substituir as atividades da Unidade-Fundadora, situada na Avenida D. Ana Costa no. 95, bem como de ampliar o espaço físico para os Cursos de

⁶⁵ Texto elaborado pela CEG do ISS com a contribuição do Curso.

Engenharia de Petróleo e Engenharia Ambiental do Instituto do Mar, com novas salas de aula e novos laboratórios didáticos. A nova Unidade advém da parceria com a Prefeitura de Santos, que já custeava o aluguel do prédio da Ana Costa, e atualmente garante o aluguel da nova Unidade. No que tange ao ISS, são 2 andares onde estão instalados laboratórios didáticos dos cursos de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, além de laboratórios de pesquisa, sala de aula de apoio, sala de aula da pós-graduação, secretaria integrada dos Programas de Pós-graduação dos 2 Institutos. Ainda no que se refere especificamente ao curso de Educação Física, o campus viabiliza o aluguel de espaços privados para a utilização de quadras e salas de aula, bem como da piscina de um clube, como forma de viabilizar as atividades do curso, até que as construções que estão apontadas abaixo, a serem realizadas nos terrenos cedidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), possam ser concretizadas.

Além da Unidade Central Mariângela Duarte, da Unidade Carvalho de Mendonça e da Unidade Centro Histórico, o campus conta ainda com a Unidade localizada na Rua Maria Máximo, onde foram implantados laboratórios de pesquisa do IMAR, e com a Unidade Epitácio Pessoa, que abriga o Serviço Escola de Psicologia, o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE) e o Grupo de Estudos da Obesidade (GEO), bem como projetos de extensão.

É importante registrar que se manteve a cessão de terreno na rua Silva Jardim, 133, onde serão instalados os espaços para atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, especialmente para o curso de Educação Física. E, ainda, a Superintendência de Patrimônio da União (SPU) fez a cessão dos terrenos situados: 1. na rua Campos Melo, 126; 2. na avenida Epitácio Pessoa; 3. na rua Maria Máximo; e 4. na rua República do Equador. A Prefeitura de Santos, por sua vez, fez a cessão da área do antigo Colégio Docas (rua Campos Melo, 126). Já há projetos executivos para construir as instalações tanto da Silva Jardim 133, como a do Campos Mello, 126 e do colégio Docas. Esses projetos preveem a instalação de laboratórios e salas de aula, bem como de parque esportivo, biblioteca e anfiteatro, abrigando as atividades atualmente realizadas na Unidade Centro Histórico de Santos. Além disso, no projeto de restauro do antigo

Colégio Docas está prevista a constituição de um Serviço Escola Integrado entre as profissões da Saúde do Campus. Os recursos para construção dependem do orçamento da União, bem como da Lei Rouanet, no caso do Serviço Escola Integrado, cuja proposta é fortalecer o caráter interdisciplinar das atividades práticas dos estudantes dos 6 cursos do ISS.

O curso de Serviço Social tem salas individuais e compartilhadas para docentes. Também conta com 8 salas que comportam 12 Núcleos de Estudos, Extensão e Pesquisas e mais 1 Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH)⁶⁶.

A organização física e espacial dos Núcleos inclui equipamentos necessários, para atender aos temas de investigação de interesse dos/das pesquisadores/as. Desta maneira, análises e procedimentos que tenham aplicação a um conjunto maior de projetos estão em contínua articulação com outros Núcleos e Laboratórios. O resultado desta opção é a aproximação de docentes e a interdisciplinaridade nos projetos, com articulação entre linhas de pesquisa e facilitação do trabalho interprofissional.

Em relação as salas de aula, o Curso conta com número disponível para oferta das UCs. No entanto, exige em cada semestre, uma articulação com os demais Cursos e Eixos Comuns do Campus para evitar a oferta de UCs que dividem turmas no mesmo dia da semana. Esta tem sido uma pauta de responsabilidade da CEG e da Direção de Campus.

Os espaços da UNIFESP estão se adequando à concepção de acessibilidade conforme a Lei Brasileira de Inclusão (LBI/2015), conforme art. 3º):

⁶⁶ O Centro de Educação em Direitos Humanos da Unifesp Campus Baixada Santista existe desde 2011 numa perspectiva de efetivação de uma cultura de educação em direitos humanos em acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Seu objetivo é potencializar a vivência da formação continuada e ações de intervenção para o aprofundamento e fortalecimento das relações no cotidiano da universidade com a sociedade em geral de modo a construção de diálogos fecundos entre sujeitos e instituições que ocupam diferentes lugares, olhares e saberes para a construção de conhecimento e intervenção social. O Centro de Educação em Direitos Humanos como um programa de extensão e espaço para realizar e viabilizar ações de formação, pesquisa, metodologias e articulação junto às políticas públicas, movimentos sociais, coletivos e fóruns, para contribuir com o enfrentamento das expressões da questão social no contexto da região da Baixada Santista na perspectiva de promover, garantir e defender a educação em direitos humanos e contribuir com uma cultura democrático-participativa e de respeito e convivência com a diferença na diversidade.

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;

III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social⁶⁷.

Um ponto a ser destacado refere-se ao não funcionamento regular do Campus/ISS, aos sábados, questão que vem sendo objeto de debate junto a comunidade acadêmica.

O Campus tem Biblioteca com acervo crescente para atender as demandas das áreas de formação. Em relação ao seu funcionamento destaca-se o horário de atendimento no noturno menor que o horário das aulas.

A UNIFESP possui atualmente cerca de 3300 computadores, todos conectados à rede institucional, com acesso à biblioteca. A rede de computadores da UNIFESP atende, por meio de ligações em fibra óptica e *wireless*, seus *campi*.

A UNIFESP participa da Rede Nacional de Pesquisa (RNP) como instituição primária. A RNP apoia o desenvolvimento de projetos interinstitucionais, como aqueles em parceria com o Instituto do Coração (InCor-USP), com o Laboratório de Arquitetura de Redes de Computadores (LARC-Poli-USP), e o Laboratório de Sistemas Integrados (LSI-Poli-USP). Estes projetos visam a difusão de recursos de Telemedicina e Tele-Educação em redes de alta velocidade.

A gerência da rede UNIFESP conta com 430 dispositivos de rede (hubs, switches, roteadores, rádios) e atende a mais de 7000 usuários e sete hospitais coligados. Estão disponíveis ainda 120 servidores de rede departamentais, implementados com serviços locais de rede e serviços Internet.

⁶⁷ Disponível em: [L13146 \(planalto.gov.br\)](http://L13146.planalto.gov.br)

A rede UNIFESP oferece diversos serviços aos seus usuários, tais como a Universidade Virtual da UNIFESP, que viabiliza, em parceria com os Departamentos Acadêmicos e com as Pró-reitorias da Universidade, cursos e seminários, provas e avaliações simuladas *on-line*, além de informação e orientação ao paciente e à comunidade, por meio da RNP. A Intranet é outro recurso para a oferta de serviços, como o hipertexto *World Wide Web*, com informações administrativas da universidade e grande conteúdo relacionado à área da saúde, de acesso também por parte de usuários externos.

16. CORPO SOCIAL

16.1 Docentes

Quadro nº 1 – Docentes do Curso de Serviço Social

Nº	Nome	Área de Formação – Doutor(a) em:	Titulação	Regime de Dedicção
1	Ana Maria Estevão	Serviço Social - Serviço Social	Livre Docente	DE
2	Anita Burth Kurka	Serviço Social - Serviço Social	Doutorado	DE
3	Claudia Maria França Mazzei	Serviço Social - Serviço Social	Doutorado	DE
4	Daniel Pércles Arruda	Serviço Social - Serviço Social	Doutorado	DE
5	Francisca Rodrigues de Oliveira Pini	Serviço Social - Serviço Social	Doutorado	DE
6	Gisele Aparecida Bovolenta	Serviço Social - Serviço Social	Doutorado	DE
7	Joana Duarte das Flores	Serviço Social - Serviço Social	Doutorado	DE
8	Juliana Biondi Guanais	Ciências Sociais - Sociologia	Doutorado	DE
9	Luzia Fátima Baierl	Serviço Social - Serviço Social	Doutorado	DE
10	Luciana Maria Cavalcante Melo	Serviço Social - Serviço Social	Doutorado	DE
11	Marcos Ferreira de Paula	Ciências Sociais - Filosofia	Doutorado	DE
12	Maria Liduina Oliveira e Silva	Serviço Social - Serviço Social	Doutorado	DE
13	Maria Lucia Garcia Mira	Serviço Social - Serviço Social	Doutorado	DE
14	Maria Natália Ornelas Pontes Bueno Guerra	Serviço Social - Serviço Social	Doutorado	DE
15	Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso	Serviço Social - Serviço Social	Doutorado	DE
16	Renata Cristina Gonçalves dos Santos	Serviço Social – Ciências Sociais	Doutorado	DE
17	Rosiran Carvalho de Freitas Montenegro	Serviço Social - Serviço Social	Doutorado	DE
18	Silvia Maria Tagé Thomaz	Serviço Social - Serviço Social	Doutorado	DE
19	Sonia Regina Nozabiel	Serviço Social - Serviço Social	Doutorado	DE
20	Tania Maria Ramos de Godoi Diniz	Serviço Social - Serviço Social	Doutorado	DE
21	Terezinha de Fátima Rodrigues	Serviço Social - Serviço Social	Doutorado	DE

Observação: DE = Dedicção Exclusiva, TI = Tempo Integral e TP = Tempo Parcial

Quadro nº 2. Docentes do Eixo Comum Trabalho em Saúde⁶⁸

Nº	Nome	Área de Formação – Doutor(a) em:	Titulação	Regime de Dedicção
1	Adriana Rodrigues Domingues	Psicologia - Psicologia Social	Doutorado	DE
2	Helton Saragor de Souza	Sociologia- Ciências	Doutorado	DE
3	Juarez Pereira Furtado	Fisioterapia – Saúde Coletiva	Pós-doutorado- Livre Docência	DE
4	Luciane Maria Pezatto	Cirurgião dentista - Saúde Coletiva	Pós Doutorado	DE
5	Maria de Fátima Ferreira Queiróz	Fisioterapia – Saúde Pública	Pós Doutorado	DE
6	Patrícia Martins Goulart	Psicologia – Psicologia Social	Pós-doutorado	DE
7	Roberto Tikanori Kinoshita	Medicina/Psiquiatria – Saúde Coletiva	Doutorado	TI
8	Simone Aparecida Ramalho	Psicologia – Psicologia Escolar	Doutorado	DE
9	Tatiana Alves Cordaro Bichara	Psicologia – Psicologia Social	Doutorado	DE

Observação: DE = Dedicção Exclusiva, TI = Tempo Integral e TP = Tempo Parcial

Quadro nº 3 – Docentes do Eixo Comum O Ser Humano em sua Inserção Social

Nº	Nome	Área de Formação – Doutor(a) em:	Titulação	Regime de Dedicção
1	Cristiane Gonçalves da Silva	Ciências Sociais – Psicologia Social	Doutorado	DE
2	Deivison Mendes Faustino	Ciências Sociais - Sociologia	Doutorado	DE
3	Eunice Nakamura	Ciências Sociais - Antropologia Social	Doutorado	DE
4	Luiz Henrique Passador	Ciências Sociais - Antropologia Social	Doutorado	DE
5	Marinez Villela Macedo Brandão	Ciências Sociais - Ciências Sociais	Doutorado	DE

⁶⁸ Obs.: Além de docentes vinculados ao Eixo Trabalho em Saúde, há composição com docentes dos eixos específicos como docentes colaboradores do Eixo. Assim, amplia-se o corpo social do Eixo trabalho em Saúde com docentes dos seis Eixos Específicos do campus Baixada Santista que se distribuem nas Unidades Curriculares no decorrer dos semestres.

6	Sylvia Helena Souza da Silva Batista	Psicologia - Psicologia da Educação	Livre Docente	DE
7	Vinícius Demarchi Silva Terra	Educação Física - Educação	Doutorado	DE

Quadro nº 4 Docentes Externos

Nº	Nome	Área de Formação – Doutor(a) em:	Titulação	Regime de Dedicção
1	Diana Mendes Machado da Silva	História – História	Doutorado	Profa. Substituta CAAF-UNIFESP
2	Egeu Gómez Esteves	Psicologia – Psicologia Social	Doutorado	DE – Campus ZL/UNIFESP

16.2 Técnicos Administrativo em Educação

Quadro nº 5

Nº	Nome	Cargo/Função	Local de atuação
1	Fabrcio Gobetti Leonardi	Assistente Social / Doutorando em Saúde Coletiva	Curso Serviço Social
2	Heloise Helena Pereira Nunes	Assistente Social / Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais	Curso Serviço Social

17. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL. Proposta básica para o projeto de formação profissional. In: **Serviço Social e Sociedade: O Serviço Social no século XXI**. n. 50. São Paulo, Ed. Cortez, ano XVII, abril de 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL – ABESS. **Diretrizes curriculares e pesquisa em Serviço Social**: São Paulo: Cortez, nº 8 – novembro, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. **Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social**: sobre o processo de implementação. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. Ano VII, nº14, julho a dezembro de 2007

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL – ABESS. **Formação Profissional: Trajetórias e Desafios**. São Paulo: Cortez, nº 7 – novembro, 1997. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/cadernos-abess/edicoes-anteriores/formacao-profissional-trajetorias-e-desafios-caderno-abess-n7-cortez-sao-paulo-1997-14>. Acesso em: 24 de jun.2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Política Nacional de Estágio - PNE**. Brasília: ABEPSS, 2009. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311145368198230.pdf. Acesso em: 24 jun.2022.

BATISTONI, R. MELLO E OLIVEIRA, I. I. de; CYWINSKI, M. M. Proposta curricular da faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo In: **Cadernos ABESS** No 8. São Paulo, Cortez, 1998.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 de jun. de 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei nº 9.795/99 de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: DF, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 15 de jun. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 492/2001, de 3 de abril de 2001.** Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de jul. 2001. Seção 1e, p. 50. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 15 de jun. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES n. 1.133, de 7 de agosto de 2001.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição. Diário Oficial da União, Brasília, 3 out. 2001. Seção 1E, p. 131. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/ces1133.pdf>. Acesso em:

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002.** Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 33. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES152002.pdf>. 16 de jun. de 2022.

BRASIL. **Decreto 4.281, de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de jun. 2002, p. 13. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm. Acesso em: 15 de jun. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. **Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares. 2010.** Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/images/stories/pdf/novo%20-%20bacharelados%20interdisciplinares%20->

[%20referenciais%20orientadores%20%20novembro_2010%20brasilia.pdf.](#) _

Acesso em: 03.jun.2016

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de mai. de 2004, Seção 1, p. 11. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 16 de jun. de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dez. de 2005, p. 28. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 15 de jun. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007.** Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de jun. de 2007, Seção 1, p. 6. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf. Acesso em: 17 de jun. de 2022.

BRASIL. **Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010.** Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), Brasília, DF. 17 jun. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16 de jun. de 2022.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de jun. de 2012, Seção 1, p. 70. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf. Acesso em: 17 de jun. de 2022.

BRASIL. **Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de dez. de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 18 de jun. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2012, Seção 1, p. 48. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 de jun. de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a **Lei Brasileira de Inclusão** da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 07 de jul. de 2015, p. 2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 17 de jun. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES nº 266, de 5 jul. 2011.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16418&Itemid=866. Acesso em: 03.jun.2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03.jun.2016

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 13.425, de 30 de março de 2017.** Estabelece diretrizes gerais

sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13425.htm.

Acesso em: 17/05/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância** (reconhecimento e renovação de reconhecimento). 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em: 17.abr.2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria Normativa nº 19, 13 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/indicadores/legislacao/2018/portaria_normativa_n19_de_13122017_substitui_portaria_n40_2007.pdf. Acesso em: 17.abr.2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria Normativa nº 20, 21 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=80171-anexo-1-portaria-normativa-n-20-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17.abr.2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria Normativa nº 21, 21 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de

educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior
Cadastro e-MEC. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=80181-anexo-2-portaria-normativa-n-21-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17.abr.2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria Normativa nº 23, 21 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=80201-anexo-4-portaria-normativa-n-23-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17.abr.2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria Normativa nº 315, 4 de abril de 2018**. Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância. Disponível em:
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=05/04/2018&jornal=515&pagina=13&totalArquivos=72>. Acesso em: 17.abr.2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Nº 9.034, de 20 de abril de 2017**. Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9034.htm. Acesso em: 17.abr.2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação

no sistema federal de ensino. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm.
Acesso em: 17.abr.2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento orientador: **Programa Incluir Acessibilidade na Educação Superior**. Brasília, 2013. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13292-doc-ori-progincl&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192.
Acessado em:13/03/2020.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Disponível em:
http://cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 24 de jun.2022.

CFESS. **Lei Nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Regulamentação da Profissão. Dispõe sobre a profissão. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em:
http://cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf. Acesso em: 24 de jun.2022.

CFESS. **Resolução nº 533, de 29 de setembro de 2008**. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>. Acesso em: 18 de jun. de 2022.

CFESS. **Resolução nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006**. Regulamenta as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Disponível em: www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf. Acesso em: 18 de jun.de 2022

CONSU. **Resolução nº 139, de 11 de outubro de 2017.** Regulamentou a Curricularização das Atividades de Extensão nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) (até 2020). Disponível em: https://www.UNIFESP.br/reitoria/proec/images/PROEX/Curriculariza%C3%A7%C3%A3o/Resolucao139_curricularizacao.pdf
Acesso em 02 de junho 2022

CONSU. **Resolução nº 170, de 10 de abril de 2019.** Dispõe sobre a política de inovação da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Disponível em: https://agits.UNIFESP.br/images/documentos/Resolucao_170_19_Politica_Inovacao.pdf . Acesso em 02 de junho 2022

CNE. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em 02 de junho 2022

FORPROEX. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – **Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus. Maio/2012.** Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 02.de junho 2022. .

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo, Cortez, 1998.

JURDI, A P S; SANTOS, M. C. Contribuições da Terapia Ocupacional aos desafios da inclusão de jovens com deficiência no ensino superior: relato de experiência em uma instituição federal. In: Lopes, Roseli Esquerdo; Borba, Patrícia Leme de Oliveira. (Org.). **Terapia Ocupacional, Educação e Juventudes.** 1ªed.São Carlos: EDUFSCAR, 2022, v. 1, p. 417-432.

SANTOS, M.C.; JURDI, A. P. S.; MORETTI, M. F. B. Núcleo de Acessibilidade e Inclusão: algumas reflexões sobre os avanços e desafios da inclusão no ensino superior. In: Comité Académico de Accesibilidad y Discapacidad. (Org.).

Políticas Inclusivas en Educación Superior: contribuciones del Comité Académico de Accesibilidad y Discapacidad de la Asociación de Universidades Grupo Montevideo. 1ªed. Santa Fe: Ediciones UNL, 2022, v.1, p.33-49 (no prelo)

SANTOS, M.C. et al. **Núcleo de Acessibilidade e Inclusão: Relato de Experiência Campus Baixada Santista.** Congresso Acadêmico Unifesp, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/149E1yAy-N9il1Gut1D1cldslQfczQqJ-/view>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO (UNIFESP). **Regimento Interno da Pró-Reitoria de Graduação.** São Paulo: UNIFESP, 2014. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/prograd/legislacao-normas/category/69-regimento?download=231:regimento-interno-da-prograd-2014>. Acesso em: 19 de jun. de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP). Conselho de Graduação (CG). **Resolução nº 1 de 20 de abril de 2016.** Estabelece normas e procedimentos para abreviação do tempo de duração dos cursos de graduação da Universidade Federal de São Paulo com base no extraordinário aproveitamento nos estudos. Publicado em 19 de mai. de 2016, São Paulo: SP. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/prograd/legislacao-normas/category/116-resolucao>. Acesso em: 19 de jun. de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP). Conselho de Graduação (CG). **Resolução nº 2, de 22 de novembro de 2016.** Regulamenta a oferta de unidades curriculares em língua estrangeira na graduação. Publicada em 22 de novembro de 2016, São Paulo: SP. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/prograd/legislacao-normas/category/116-resolucao>. Acesso em: 19 de jun. de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP). **Resolução Nº 2 do Conselho de Graduação, de 18 de abril de 2017.** Estabelece normas, prazos e orientações para elaboração, reformulação e tramitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação presenciais da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp. Publicado em 10 de outubro de 2017, São Paulo: SP.

Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/prograd/legislacao-normas/category/116-resolucao>. Acesso em: 19 de jun. de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP). Conselho de Graduação (CG). **Resolução nº 1, de 30 de março de 2017**. Dispõe sobre a revalidação de diplomas de graduação expedidos por instituições de ensino estrangeiras. Atualizado em 20 de julho de 2017, São Paulo: SP. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/prograd/legislacao-normas/category/116-resolucao>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP). Conselho de Graduação (CG). **Resolução nº 3, de 22 de junho de 2017**. Altera a Resolução nº 1, de 30 de março de 2017, para dispor sobre a revalidação de diplomas de graduação expedidos por instituições de ensino estrangeiras. Publicado em 20 de julho de 2017, São Paulo: SP. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/prograd/legislacao-normas/category/116-resolucao>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP). **Resolução nº 192/2021/CONSELHO UNIVERSITÁRIO**. Dispõe sobre alteração parcial da Resolução 139, de 11 de outubro de 2017, que regulamenta a Curricularização das Atividades de Extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). São Paulo: SP. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/proec/curricularizacao/documentos>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP). **Resolução nº 139, de 11 de outubro de 2017**. Regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). São Paulo: SP. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/proec/curricularizacao/documentos>. Acesso em: 21 de jun. de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP). **Resolução CG nº 1 de 17 de abril de 2019**. Estabelece normas e critérios para o funcionamento de Cursos Sequenciais na Universidade Federal de São Paulo. São Paulo: SP.

Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/prograd/legislacao-normas/category/116-resolucao>. Acesso em: 22 de jun. de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP). **Resolução nº 03 do Conselho de Graduação, de 19 de junho de 2019**. Estabelece normas, prazos e orientações para atualização, elaboração, reformulação e tramitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação presenciais da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. São Paulo: SP. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/prograd/legislacao-normas/category/116-resolucao>. Acesso em: 22 de jun. de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP). **Resolução do Conselho de Graduação nº 02 de 16 de outubro de 2019**. Cria o Programa de Ingresso de Refugiados e Portadores de Visto Humanitário nos cursos de graduação da UNIFESP e dá outras providências. São Paulo: SP. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/prograd/legislacao-normas/category/116-resolucao>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP). **Resolução Nº 183/2020/ Conselho Universitário**. Dispõe sobre o texto final do Estatuto da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. Boletim de Serviço Eletrônico em 24 de jun. de 2020. Disponível em: https://sei.unifesp.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=391665&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 22 de jun. de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP). **Resolução nº 198/2021/ Conselho Universitário**. Dispõe sobre o texto final do Regimento Geral da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Boletim de Serviço Eletrônico em 09 de abr. de 2021. Disponível em: https://sei.unifesp.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=727931&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 22 de jun. de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2021-2025**. São Paulo: UNIFESP, v. 1, 2021. Disponível em:

<https://www.unifesp.br/reitoria/proplan/pdi-2021-2025-volume-i>. Acesso em: 22 de jun. de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO (UNIFESP). **Projeto Pedagógico Institucional (PPI)**. São Paulo: UNIFESP, v. 2, 2021. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/proplan/pdi-2021-2025-volume-ii-ppi>. Acesso em: 22 de jun. de 2022.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Campus Baixada Santista. 2016-2020

_____, **Proposta de Criação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais/APCN**, Santos, 2015.

_____, **Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social**, 2011.

_____, **Projeto Político Pedagógico do Campus Baixada Santista**, 2006.

_____, **Regimento Interno da Pró-Reitoria de Graduação da Unifesp**. 2014.